



Universidades Lusíada

Ferreira, Nuno Rafael de Paiva Ribeiro Lobão

Introdução de dinâmicas espaciais nos centros históricos por meio da acupunctura urbana : uma intervenção em Amarante

<http://hdl.handle.net/11067/4484>

Metadados

Data de Publicação	2018
Resumo	<p>Resumo: Os centros históricos tendem a enfrentar problemas que exigem uma análise crítica e, conseqüentemente, uma intervenção que vise a sua reintegração na cidade. Dada a sua importância no contexto das mesmas, o principal objectivo deste estudo passa pela verificação dos problemas, sociais e físicos, que lhes são intrínsecos e que conduzem à sua degradação e declínio, procurando delinear estratégias, por meio de uma “Acupunctura” Urbana de intervenção, que possam contribuir para a inversão ...</p> <p>Abstract:.. Historical centres tend to face problems that require a critical analysis and consequently an intervention aimed to their reintegration back into the city. Given their importance in the cities’ context, the main purpose of this study is to verify the social and physical issues that are intrinsic to them and lead to their degradation and decline, seeking to outline strategies through the means of an Urban “Acupunctur” intervention, which may contribute to the reversal of the negativ...</p>
Palavras Chave	Arquitetura, Desenvolvimento urbano - Centros urbanos, Reabilitação arquitectónica, Amarante
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULP-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T17:20:48Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

**INTRODUÇÃO DE DINÂMICAS ESPACIAIS NOS CENTROS
HISTÓRICOS POR MEIO DA ACUPUNCTURA URBANA
UMA INTERVENÇÃO EM AMARANTE**

Nuno Rafael Paiva Ribeiro Lobão Ferreira

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre

Porto – 2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais.

Ao Professor Doutor António Oliveira, pelo seu tempo, doutrina, orientação e motivação.

À Universidade Lusíada do Porto e a todos os docentes presentes ao longo deste percurso académico que me possibilitaram novas aprendizagens e conhecimentos.

A todos os colegas de curso e amigos pelo companheirismo e que de forma mais ou menos directa contribuíram, também, para o meu crescimento pessoal e formação académica.

RESUMO

Os centros históricos tendem a enfrentar problemas que exigem uma análise crítica e, conseqüentemente, uma intervenção que vise a sua reintegração na cidade.

Dada a sua importância no contexto das mesmas, o principal objectivo deste estudo passa pela verificação dos problemas, sociais e físicos, que lhes são intrínsecos e que conduzem à sua degradação e declínio, procurando delinear estratégias, por meio de uma “*Acupunctura*” Urbana de intervenção, que possam contribuir para a inversão das tendências negativas que se observam nestes núcleos urbanos.

Deste modo, realizou-se um exercício prático de Reabilitação e Revitalização sobre três edifícios devolutos de um quarteirão da cidade de Amarante, assente nos ideais e pressupostos teóricos dos autores estudados, referidos e citados ao longo deste estudo.

Esse processo, resultante na proposta interventiva mencionada, desenvolveu-se em três fases. Investigação e análise teórica, através de arquivos, bibliotecas e publicações, investigação e análise prática, através de projectos de referência prósperos na resolução de problemas similares ao centro histórico de Amarante, e, por fim, na elaboração da proposta de intervenção em si, tendo como resultado principal a dinamização e revitalização de áreas degradadas nestes núcleos através de intervenções pontuais coordenadas que procuram produzir um estímulo global.

PALAVRAS-CHAVE

Centro Histórico; Dinamizar; Reabilitar; Revitalizar; Reintegrar; Acupunctura Urbana

ABSTRACT

Historical centres tend to face problems that require a critical analysis and consequently an intervention aimed to their reintegration back into the city.

Given their importance in the cities' context, the main purpose of this study is to verify the social and physical issues that are intrinsic to them and lead to their degradation and decline, seeking to outline strategies through the means of an *Urban "Acupuncture"* intervention, which may contribute to the reversal of the negative tendencies observed in these urban centres.

In that way, a practical exercise of Rehabilitation and Revitalization was carried out on three vacant buildings at one block in the city of Amarante, Portugal, based on the ideals and theoretical assumptions of the studied authors, referenced and cited throughout this work.

That process, resulting from the above mentioned proposal intervention, was developed in three phases. Research and theoretical analysis, through archives, libraries and publications, research and practical analysis, through successful referenced projects in the resolution of similar problems as the ones in Amarante's historical center, and, finally, in the essay of the intervention proposal itself, having as main result the dynamization and revitalization of degraded areas in these centres through coordinated point interventions that seek to produce a global result.

KEYWORDS

Historical Centre; Dynamization; Rehabilitate; Revitalize; Reinstatement; Urban Acupuncture

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ARU, Área de Reabilitação Urbana

DGOTDU, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

GAT, Gabinete de Apoio Técnico

INE, Instituto Nacional de Estatística

IPPAR, Instituto Português do Património Arquitectónico

ITUC, Integrated Territorial and Urban Conservation

NUTS, Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

SIM, Serviço Internacional de Museus

UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

NOTA

A presente dissertação não segue o novo acordo ortográfico.

ÍNDICE

Agradecimentos	II
Resumo e palavras-chave	III
Abstract and keywords	IV
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	V
Introdução	8
I. Percurso evolutivo dos centros históricos	14
1.1 Origem	15
1.2 Importância do património urbano	27
1.3 Perda de dinâmicas	36
II. Estratégia de dinamização	44
2.1 "Acupuntura Urbana" como meio de revitalização	45
2.2 Reintegrar funções para dinamizar	51
2.3 Espaço público como catalisador urbano.....	57
2.4 Paradigmas projectuais de revitalização em núcleos históricos	63
2.4.1 Solar da Porta dos Figos, Lamego	66
2.4.2 Casa de Chá, Montemor-o-Velho	77
2.4.3 Casa da Escrita, Coimbra	85
III. Caso de Estudo: Intervenção no Centro Histórico de Amarante	96
3.1 Enquadramento e análise territorial	97
3.1.1 Contextualização social e geográfica	98
3.1.2 Contextualização histórica e urbana	106
3.2 Escala do conjunto	113
3.3 Escala do edifício	120
3.3.1 Pré-existência	121
3.3.2 Proposta	133
Considerações finais	145

Referências bibliográficas	149
Índice de figuras	153
Anexos	164

ENQUADRAMENTO TEMÁTICO

Ligados à origem das cidades, os centros históricos são, na sua maioria, os núcleos urbanos originais a partir dos quais as mesmas se desenvolveram no passado. Fortemente conotados com a identidade cultural dos lugares, são percebidos como elementos fundamentais de afirmação e distinção entre cidades, catalisadores de memória e de história. Assumindo um importante papel nos processos evolutivos das mesmas, apresentam-se como estruturas com valor patrimonial, maioritariamente arquitectónico, que perpetuam a memória colectiva da história e da cultura, ao mesmo tempo que caracterizam uma relação primordial com o território.

Face à transformação da realidade urbana verificada ao longo das últimas décadas, os centros históricos tendem a afigurar-se como objectos de consumo turístico, distanciados e desarticulados da realidade das áreas metropolitanas, que se desenvolveram à sua volta, e das quais foram o seu núcleo fundador.

Os problemas que enfrentam, e que contribuem para a sua perda de dinâmicas são vastos, sendo, por isso, importante identificar e colmatar tais carências, encontrando soluções capazes de conduzir os mesmos a novas vivências e a uma consequente valorização do espaço público e do edificado existente. Essa estratégia passa pela introdução de novos elementos dinamizadores e de programas adequados que correspondam às suas necessidades específicas, promovendo, assim, interações sociais e humanas que visem a sua reintegração urbana com a cidade, sem comprometer, no entanto, a sua identidade histórica. É, ainda, igualmente importante compreender que, devido à forte diversidade de identidades locais e sociais, cada caso deve ser analisado individualmente para uma melhor apreensão das suas necessidades específicas.

ÂMBITO

Nesse sentido, a presente dissertação versa sobre a temática dos núcleos históricos, bem como as problemáticas e especificidades transversais que os caracterizam na actualidade, a partir de um caso de estudo como paradigma das estratégias de intervenção no centro histórico da cidade de Amarante, localizada na região Norte de Portugal continental, no âmbito da unidade curricular de Projecto III.

MOTIVAÇÕES

A cidade de Amarante encontra-se num local de passagem e transição entre o litoral e interior do Norte de Portugal continental, de fácil e igualitário acesso a essas duas zonas geográficas, tornando-a atractiva para a fixação de empresas e indústrias, originando a criação de novos postos de trabalho e, conseqüentemente, o aumento populacional e desenvolvimento da cidade e região.

Bastante interessante do ponto de vista cultural, artístico e histórico, Amarante é, ainda, uma cidade com fortes valores patrimoniais e arquitectónicos patentes no seu centro histórico, que se encontra, contudo, e em parte, subaproveitado e despovoado, fruto das debilidades sócio-económicas e as conseqüentes carências interventivas ao longo do tempo no seu edificado.

Não obstante o seu inegável valor, o centro histórico, voltado maioritariamente para o sector terciário, falece de vivências e dinâmicas habitacionais evidentes na desertificação e mau estado de conservação de grande parte do seu edificado.

Após a análise do local e das suas potencialidades, tornou-se notória a necessária intervenção, tanto sobre o seu edificado, como pela introdução de novas dinâmicas que estimulem a sua atractividade e revitalização funcional e vivencial e aproximem o centro histórico das componentes culturais e artísticas que caracterizam e marcam de forma vinculada a cidade e as suas gentes.

OBJECTO DE ESTUDO

A presente investigação resulta, assim, na proposta de um plano de intervenção no centro histórico, centrada em três edifícios, enquanto polos potenciais de

regeneração urbana, situados num quarteirão da margem Norte, definido pelas ruas Teixeira de Vasconcelos, 5 de Outubro e Frei José Amarante. O intuito da intervenção, encarada dentro de um plano global, é incutir novos polos dinamizadores de modo a combater a falência vivencial e funcional patentes, por meio de uma “*acupuncture*” de intervenções pontuais visando, ainda, a reestruturação e aproveitamento do interior do respectivo quarteirão.

Oriundo de uma forma de medicina oriental usada como terapia na revitalização de determinados centros nervosos, o termo é, então, transposto para a arquitectura pela introdução destes novos estímulos em zonas urbanas degradadas. Desse modo, através de intervenções cirúrgicas sobre edifícios devolutos, em mau estado de conservação, visam-se estruturar estratégias de revitalização e valorização, produzindo um processo que se possa estender e contagiar edifícios e zonas públicas contíguas.

Em termos conceptuais, a intervenção procura ser selectiva e focar-se em pontos críticos com um grande potencial de regeneração e dinamização, reproduzindo-se sobre o edificado que se impõe de modo negativo no território que, uma vez desprovido de usos e atividades, gera conflitos e contribui para a degradação urbana. Contudo, o mesmo plano não visa reger-se unicamente pelos habituais conceitos de reabilitação, com mera vista à introdução de unidades habitacionais e terciárias, procurando incluir elementos funcionais e programáticos de atractividade que apelem a novas actividades, de interesse público e local, que, para além de incentivarem à retenção e atração de moradores, estimulem vivências colectivas visando aproximar o centro histórico da população e da restante cidade.

OBJECTIVO

O principal objectivo passa pela revitalização do centro histórico, que se encontra desajustado da restante cidade, através de uma “*acupuncture*” de intervenção focada em pontos que apresentam uma forte capacidade de regeneração urbana, visando uma maior atractividade do ponto de vista habitacional e respeitando, no entanto, a história e identidade do local.

É igualmente importante compreender de que modo este método pode contribuir para o resultado pretendido, bem como a importância e papel que o espaço público e aproveitamento do interior do quarteirão assumem na intervenção.

ESTADO DA ARTE

Dada a complexidade, abrangência e singularidade individual da temática de intervenção nos centros históricos, e de modo a desenvolver de melhor forma a dissertação apresentada, urgiu efectuar uma pesquisa bibliográfica, não só focada em monografias mas também em publicações periódicas, publicações online, palestras e outras dissertações referentes a essa matéria, que fundamentasse os temas e questões que nos propomos a desenvolver.

Foram cruciais, pela sua relação directa ou indirecta com as preocupações sentidas, as consultas de autores em áreas de investigação científica diversas, desde a própria Arquitectura, à Sociologia, bem como à Geografia.

Assim, a leitura de obras como *“A Alegoria do Património”* e *“As Questões do Património”*, de Françoise Choay e a *“Acupunctura Urbana”*, de Jaime Lerner, foram imprescindíveis para a realização desta dissertação. Igualmente, *“Centros Históricos e Sustentabilidade Cultural das Cidades”*, de Paulo Peixoto, *“A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana”* e *“Geografia de Portugal: Sociedade, Paisagens e Cidades”*, de Teresa Barata Salgueiro, e *“Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade”*, de Jorge Manuel Gonçalves, foram essenciais para assimilarmos conceitos e conhecimentos referidos ao longo do presente estudo. Por último, foi, ainda, substancialmente esclarecedora a visão dos sociólogos Helder Marques e Luís Saldanha Martins publicada em *“Património e Identidade Territorial: apontamentos geográficos sobre novas (uma “nova”) componentes do processo de desenvolvimento”*.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, a primeira fase de trabalho passou pela visita e análise da cidade de Amarante, para uma melhor apreensão das condicionantes e potencialidades físicas e sociais do seu centro histórico.

Corroborando a análise, suportamos teoricamente o caso de estudo na presente investigação e nos autores e respectivas publicações referidas anteriormente no Estado da Arte.

Para a elaboração do projecto prático, foi efectuado o levantamento cartográfico, fotográfico e bibliográfico da cidade de Amarante, com especial foco no

seu centro histórico, tendo os elementos sido obtidos através da observação no local mas, também, em livros, artigos periódicos, entrevistas a actores locais, páginas web, monografias, entre outros elementos considerados relevantes (como o contacto com a população), tendo sido, para isso, essencial a colaboração da Câmara Municipal de Amarante e dos seus respectivos departamentos e gabinetes, bem como de outras entidades institucionais e educativas da cidade e região.

ESTRUTURA

Em termos formais, a dissertação divide-se em Introdução, I. Percurso Evolutivo dos Centros Históricos, II. Estratégias de Dinamização, III. Caso de Estudo | Intervenção no Centro Histórico de Amarante e Considerações Finais.

Na Introdução, é efectuado o enquadramento temático da dissertação, referindo o âmbito e motivações da mesma, definindo ainda o objectivo da investigação, o estado da arte e indicando a metodologia utilizada.

No primeiro capítulo, fazemos um breve enquadramento do percurso evolutivo dos centros históricos, assumindo a importância que o património assume no contexto da cidade e abordando os elementos conducentes à perda de dinâmicas funcionais, sociais e espaciais destes núcleos. São igualmente abordados os termos monumento e património e de que forma eles se relacionam e influenciam os centros históricos das cidades e a sua identidade no geral.

No segundo capítulo, debruçamo-nos sobre uma estratégia interventiva de dinamização assente nos princípios da Acupuntura Urbana, focando-nos em conceitos como Revitalização e Reintegração e na importância que o Espaço Público assume como catalisador urbano. Olhamos ainda, no mesmo capítulo, para os projectos de referência, com características físicas e/ou sociais semelhantes à nossa área de intervenção e proposta projectual, interpretando os factores que podem conferir vitalidade aos centros históricos e, desse modo, fundamentar a nossa proposta.

Após uma breve contextualização sócio-geográfica e histórica apresentamos, no terceiro capítulo, o caso de estudo, dividido em escala do conjunto e escala do edifício, onde se descreve a proposta de intervenção desenvolvida ao longo da unidade curricular de Projecto III.

Por fim, as considerações finais são o reflexo e o assimilar das temáticas abordadas ao longo dos capítulos I e II e do ensaio projectual apresentado no último capítulo.

I. PERCURSO EVOLUTIVO DOS CENTROS HISTÓRICOS



1.1 ORIGEM

Os centros históricos, ligados à origem das cidades, são, na sua maioria, núcleos centrais a partir dos quais as mesmas se desenvolveram, transportando consigo uma forte conotação com a identidade cultural caracterizadora dos lugares e, por isso, percebidos como um importante elemento de distinção.

Particularizados como “as partes mais antigas da cidade”, formam-se como uma “sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, e nos dá a dimensão temporal com a sequência dos factos que estruturam as identidades” (Salgueiro, 2005: 259), uma vez que neles é possível reconhecer e recordar a mutação ao longo dos anos que lhes inculuiu características individuais e específicas dos próprios lugares, onde os *monumentos* e os *monumentos históricos* acabam por ter um papel essencial na sua diferenciação.

O termo “monumento”, com origem no latim *monumentum*, derivado por sua vez de *monere* (*advertir, lembrar*), está relacionado com a memória como nos explica Françoise Choay:

“(…)chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de actuação sobre a memória.” (Choay, 1999: 17)

Para nos ajudar a perceber a distinção entre estes dois termos, Riegel explica que uma das diferenças fundamentais observadas no início do séc. XX é que “o monumento é uma criação deliberada, cujo destino foi pensado à priori e à primeira tentativa” enquanto que o monumento histórico “não é desejado inicialmente e



1



2



3

Os monumentos são elementos físicos com um contributo fundamental na diferenciação das cidades.

criado como tal (...) é constituído à posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o seleccionam de entre a massa dos edifícios existentes e de que os monumentos representam apenas uma pequena parte" (Riegel apud Choay, 1999: 22). Entende-se então, neste caso, por monumento e monumento histórico, edifícios ou construções com valores (co)memorativos, históricos e/ou artísticos submetidos a um estatuto jurídico especial, com uma consequente classificação administrativa, com vista à sua conservação e protecção, tais como Igrejas, Catedrais, Castelos, Fortificações, entre outras obras de igual ou semelhante valor simbólico.

De acordo com a DGOTU, o centro histórico de uma cidade é, regra geral, a área mais antiga que se tornou progressivamente o centro da cidade moderna, e que coincide normalmente "com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização" (DGOTDU, 2005: 128).

Está, portanto, ligado umbilicalmente à origem e evolução da respectiva cidade, que como define Leonardo Benevolo "nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu", pois a mesma surge "quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total.". O aparecimento de dois grupos sociais contrastantes, "dominantes e subalternos" permite que "a sociedade se torne capaz de evoluir e projectar a sua evolução" (Benevolo, 2003: 23)

Esta ligação primordial estabelecida com o fixação humana em determinada região, e o seu consequente desenvolvimento e evolução que conduz ao aparecimento de cidade, está assim de mão dada com o espaço que hoje designamos de centro histórico.

De modo geral, pode-se então afirmar que o mesmo é, por definição, um lugar central relativamente à restante área edificada das cidades com um "poder de atracção sobre os habitantes e turistas, foco polarizador da vida económica e social" que "permanecerá sempre como a parte antiga da cidade, e isso explica que o elemento mais marcante de um centro histórico na actualidade seja a sua imagem simbólica" (Cavém, 2007: 16), consolidando-os como um fundamental elemento de



4



5 / 6



7

Igrejas, castelos e outras fortificações são apenas algumas das construções que desenham a imagem urbana da cidade e contribuem para a sua distinção.

afirmação e diferenciação entre as mesmas (fig. 1 a 8). Uma imagem marcante não só pelas memórias da própria cidade, como também pela forte presença de instituições cívicas e representativas que nele se acumulam.

Assumindo um importante papel nos processos evolutivos das cidades até aos anos 70, os centros históricos tendem a destacar-se pela presença de estruturas patrimoniais, maioritariamente de valor histórico-arquitectónico, que perpetuam a memória colectiva dos lugares e da população, ao mesmo tempo que materializam uma relação primordial com o território. Devido à sua origem, constituem ainda um "elemento central do espaço urbano", com capacidade própria de gerar cidade, sendo ainda um "instrumento privilegiado para analisar a dialética urbana da permanência e da mudança" que nos permite "apreender a cidade no seu todo." (Peixoto, 2003: 211). Esta capacidade inata de construir cidade e servir simultaneamente de elemento de análise sobre a evolução da mesma e a respectiva população representa uma pequena parte da importância que os centros históricos carregam.

Face à complexidade e individualidade de cada caso, a interpretação contemporânea destes núcleos civilizacionais requer uma contextualização assente em quatro vertentes, segundo o autor Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (2003: 132):

- a temporal, marca dos ciclos evolutivos da cidade;
- a espacial, capaz de evidenciar a singularidade de cada núcleo e de compreender a sua diversidade interna;
- a funcional, de modo a compreender as interdependências e evidenciar a multifuncionalidade da cidade histórica;
- a cultural, na relação que estabelece com a sua (re)valorização simbólica.

Estas quatro vertentes permitem-nos sistematizar o valor destes antigos núcleos que deram origem às cidades ao mesmo tempo que nos auxilia na sua categorização. Se por um lado a vertente temporal permite estudar a transformação e desenvolvimento das cidades ao longo dos tempos, a vertente espacial possibilita a análise do território e da disposição e organização do edificado no mesmo. Por outro lado, as vertentes funcional e cultural exprimem as singularidades que os centros históricos estabelecem com as cidades.

Mas como determinamos a extensão do centro histórico de uma respectiva cidade? Quais são os seus limites e o que podemos considerar como histórico?

Apesar da delimitação do centro histórico não ser linear, e do que está em causa ser o valor patrimonial mais do que propriamente o centro histórico per si, esta é “facilitada no caso das pequenas cidades, que se tenham expandido pouco ou onde o desenvolvimento moderno é periférico e, mais difícil no caso das cidades grandes, formadas por períodos históricos múltiplos, e onde os conjuntos urbanos do século XIX podem ser legitimamente considerados como históricos” (Cavém, 2007: 15), ainda que limitar o centro histórico à zona mais central da cidade e ao seu correspondente período seja comum e maioritariamente acertado.

Já a demarcação é, ainda, mais notória quando existem limites físicos que ajudam a diferenciar períodos históricos. Se olharmos, por exemplo, de um ponto de vista circunscrito ao período medieval, o núcleo histórico poderá estar definido por uma muralha que outrora demarcava os limites da cidade. Contudo, caso tal não se verifique, podemos também localizar o centro histórico através do estudo e análise da malha urbana da cidade e da disposição do seu edificado, determinando, desse modo, em que local se deu a sua origem e até onde esta se expandiu, bem como as evoluções que a foram marcando ao longo dos tempos, obtendo uma contextualização temporal e espacial da mesma.

Casos ilustrativos da cidade do Porto (fig. 8) e da cidade de Salamanca (fig. 9) com uma malha urbana bastante consolidada e com a, praticamente, ausência destes limites físicos. Podemos, no entanto, ter uma noção clara e precisa do centro histórico destas cidades através de um ponto de vista elevado, onde conseguimos diferenciar a disposição do edificado no território, ou ainda através do domínio do peão, na diferenciação das características morfológicas do edificado e dos perfis viários.

A cidade de Barcelona (fig. 13) é um bom exemplo, uma vez que, apesar da autorização da coroa espanhola para a demolição das muralhas da cidade, em 1854 (Muxi; 2010, 105), é claramente destacável o seu centro da restante cidade. Mérito do urbanista Idelfons Cerdà que no seu plano manteve clara a diferenciação da *Ciutat Vella* (Cidade Velha) do restante conjunto urbano.

Por, outro lado, a ainda presente existência e preservação das fortificações que outrora defendiam e definiam os limites das cidades de Évora (fig.10), Lagos (fig. 11) e de



8



9 / 10



11

Os centros históricos marcam o desenho e a evolução tipo-morfológica das cidades.



12



13



14 / 15

A sua delimitação nem sempre é clara sendo necessário, por isso, recorrer a um ponto de vista aéreo.

Ávila (fig. 12) separam de forma mais clara e acentuada o núcleo histórico da restante cidade tornando-as casos exemplares nesse sentido.

Contudo, nem sempre é fácil e claro de determinar os limites do centro histórico, seja em cidades de maior ou menor dimensão, caso das cidades de León (fig. 14) e de Lamego (figura 15), onde a apenas pontual existência das muralhas exteriores ou a ocultação das mesmas pelo edificado presente requer uma observação mais detalhada e minuciosa sobre todos os aspectos a ter em conta. O mesmo se pode observar em conjuntos onde não se verificam quaisquer vestígios físicos e visíveis dos limites da antiga cidade e onde é comum e legítimo alargar-se o espaço temporal e conseqüentemente a designada zona histórica.



16



17

16 Ruas estreitas e sinuosas. Uma característica dos centros históricos.

17 A existência de elementos físicos como as muralhas ajudam-nos na sua localização.



18



19

A ocultação das muralhas pelo edificado existente exige uma análise mais detalhada.¹⁸
Centro histórico de Elvas perfeitamente delimitado e circunscrito à sua muralha defensiva.¹⁹



1.2 IMPORTÂNCIA DO PATRIMÓNIO URBANO



“A identidade e o estilo de uma cidade ou região são, hoje em dia, definidos, de um modo visível, pela valorização ou invenção de um património” (Peixoto, 2002: 215). Paulo Peixoto atesta, assim, a importância que o património assume no contexto não só das cidades como também das regiões, referindo até a “invenção” deste, uma vez que é a sua marca simbólica que lhes dá identidade e singularidade, diferenciando-as das restantes através das suas características particulares.

Neste sentido, podemos referir o *Revivalismo Arquitectónico* e a forma como esse fenómeno sócio-cultural e artístico, com repercussões claras na cultura e na arte, esteve presente em determinados períodos históricos, e que, de certo modo, continua a estar, sobretudo naqueles cujo passado apresenta momentos de elevada grandeza e esplendor histórico pela reinvenção do património, como iremos abordar de seguida.

Esta procura pelo resgate e valorização do passado verificou-se um pouco por toda a Europa e até América. Foi assim, por exemplo, com o *Renascimento* (fig. 20), durante os séculos XV e XVI, com o *Neoclassicismo* (fig. 21) e o *Neogótico* (fig. 22), entre os séculos XVIII e XIX, e até com um novo revivalismo de um movimento já de si revivalista, o *Neorrenascimento* (fig. 23) no séc. XIX.

O sentimento de nostalgia inerente ao revivalismo está, por sua vez, ligado, intrinsecamente, a esta ideia não só de valorização e recuperação do legado histórico, do património, como também à referida invenção do mesmo, precisamente pelas ideias de identidade e singularidade.

Podemos encontrar facilmente esta invenção de património em cidades relativamente recentes e sem, naturalmente, uma história ancestral. Caso da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, cuja fundação remonta a uma colónia holandesa nos inícios do séc. XVII, por exemplo.



20



21 / 22



23

A procura pelo resgate e valorização do passado está ligada ao *Revivalismo Arquitectónico*.

Actualmente, quando olhamos para esta cidade americana, é a unidade do seu conjunto urbano edificado, atribuída pelo tempo, que lhe confere identidade e uniformidade tornando-a única e inigualável em todo o mundo. Contudo, apercebemo-nos que a carência de vestígios materiais do passado local, reflectida num reduzido património histórico, conduziu à reinvenção de formalismos anacrónicos de forma a criar, uma identidade ficcionada sem fundamentos históricos. São exemplos claros disso as igrejas de Trinity (fig. 24), Saint Patrick (fig. 25) e Saint Thomas (fig. 26), todas neogóticas e edificadas já no séc. XIX, mas outros elementos de igual índole ainda hoje podem ser encontrados pela cidade.

Na verdade, os ideais de protecção e conservação do património edificado nos Estados Unidos são recentes, precisamente pela carência referida e pelo aparecimento tardio do mesmo, em oposição a uma pioneira protecção do seu património natural nos finais do séc. XIX (Choay, 1999: 13).

Contudo, o património não é apenas algo traduzido sob a forma física e material e, por isso, Helder Marques e Luis Saldanha Martins sublinham, que:

“(...)a noção de património é, nos nossos dias, cada vez mais abrangente” e “na sua origem remota, assentou essencialmente no visível, mas foi transcendendo no sentido do imaterial quando, além da rigidez do simples monumento evocativo, abarca um largo espectro da nossa memória significativa, quando inclui quase tudo de maior espessura geracional do nosso quotidiano.” (Marques e Martins, 1988: 12).

É, por isso, essencial perceber a abrangência patrimonial e como esta pode ser não só material como também imaterial. Para o arquitecto Adalberto Dias, “o património é hoje quase tudo, é o somatório do que vem e chegou das gerações anteriores, do que sobra e ainda do que faz parte deste nosso tempo de rápidas, profundas e por vezes dramáticas transformações.” (Dias, 2002: 113).

Será legítimo, então, afirmar, que património, em sentido lato, é o legado e a herança que nos chega do passado, das gerações anteriores, bem como das actuais gerações, independente das suas qualidades materiais ou valores culturais, mas importa compreender de forma mais aprofundada e, fundamentalmente, a importância do património urbano e edificado no contexto de cidade.



24



25



26

As igrejas de Trinity (24) e Saint Thomas (26) e a catedral de Saint Patrick's (25) são um exemplo nova-iorquino na procura da invenção patrimonial.

A noção de património urbano “adquiriu os primeiros contornos na segunda metade do século XIX, 400 anos após a formulação do conceito de monumento histórico, quando por contraste à nova escala urbana, consequente da revolução industrial, os núcleos antigos viram acentuada a sua especificidade tipo-morfológica.” (Castro, 2008: 26). A valorização que os centros históricos assumem a partir da revolução industrial é, assim, relevante uma vez que “face à tentativa de *modernização* da cidade e com o surgimento do urbanismo, a zona histórica, como afirma Françoise Choay, ao tornar-se num “obstáculo ao livre desenvolvimento de novas modalidades de organização do espaço”, emergiu como objecto de investigação, adquirindo uma identidade conceptual.” (Castro, 2008: 26). Um obstáculo que viria a conduzir ao crescimento e expansão das cidades nas zonas urbanas periféricas, fruto dessa procura pelo desenvolvimento de novas formas de desenhar o espaço e a cidade.

No caso do território nacional, o conceito também foi alargado, mais tarde, com a Lei nº13/85. A noção de “património arquitectónico, antes restrita aos monumentos nacionais, (...) foi juridicamente alargada passando a abranger todas as construções que pelo “seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social” se constituem como testemunhos com valor de civilização e cultura.” (Castro, 2008: 24-25). Neste sentido, a criação das categorias de “*monumento, conjunto e sítio* e a consequente extensão do vínculo de protecção a ambientes mais vastos e a edifícios mais modestos criaram uma generalizada sensibilização da sociedade pelas questões do património e da sua salvaguarda.” tendo-se verificado “nos últimos 20 anos e com particular incidência após a criação do IPPAR, uma intensificação das iniciativas de intervenção tanto por parte dos organismos públicos como das entidades privadas.” (Castro, 2008: 25),

Uma sensibilização importante e fundamental uma vez que nos conduz à consciência patrimonial e à valorização do nosso legado e herança colectiva. “A consciência patrimonial que subjaz à expressão centro histórico revela que os núcleos urbanos antigos são reflexo do nosso presente e do nosso futuro mais do que do nosso passado.” (Ashwort e Tunbridge apud Peixoto, 2003: 213), uma vez que a mesma “funciona (...) como uma invenção cultural (...) uma forma de reanimar o presente através da atribuição de uma segunda vida a um passado mais ou menos inerte e supostamente longínquo.” (Peixoto, 2003: 214).

Esta “efervescência patrimonial” que é cada vez mais debatida nos dias de hoje e se verifica em crescendo nos núcleos urbanos antigos “não pode deixar de ser vista

como uma reacção à atomização social e ao desenraizamento causados pela aceleração da vida moderna, pelo crescimento das periferias e correspondente desertificação dos centros urbanos e pelo ritmo de desaparecimento dos modos de vida tradicionais." (Peixoto, 2003: 214).

Existe, então, uma intenção de olhar para o passado, cada vez mais próximo, e para o antigo com vista ao seu "resgate" para o presente após um período de expansão para as periferias e novos centros urbanos, denotando um orgulho pela importância que o património representa na identidade, afirmação e, até, competição entre cidades.

A preservação desta herança é, no entanto, anacrónica, uma vez que "se apoia em conceptualizações formuladas no presente" sendo o "valor simbólico no presente que confere o carácter perene ou efémero ao património." através das intervenções e, por vezes, funções que lhe são impostas. "O tempo presente é, neste aspecto, mais significativo que o tempo passado, como também é o actual presente que mais descola dos passados porque vive um mais intenso sentimento de perda e até de nostalgia." (Marques e Martins, 1988: 11).

Para além do valor simbólico e importância na identidade que confere às cidades, o património assume também um relevante papel no desenvolvimento e melhoria das mesmas.

"O Património é agora também entendido na maioria dos territórios excêntricos aos principais polos urbanos, quer se trate de espaços serranos ou de áreas em perda demográfica e económica, como um dos eixos fundamentais na promoção de desenvolvimento e de melhoria de qualidade de vida das populações locais, possível através da diversificação das fontes de rendimento." (Marques e Martins, 1988: 12)

Algo que denota singularidade e maior evidência em localidades de menor dimensão onde "a revitalização das áreas centrais dos pequenos aglomerados urbanos, pela preservação do edificado, pela animação cultural e pela diversificação das formas de lazer, fazem não só parte do imaginário dos poderes locais, como constituem componente de acção." (Marques e Martins, 1988: 12), assumindo, assim, uma crucial influência na dinamização quer cultural quer urbana dos locais.



27



28

A frase vimaranense "Aqui Nasceu Portugal" atesta o orgulho e valorização do património.²⁷
O património edificado representa um importante papel na imagem urbana referenciadora das cidades.²⁸

Reflectido nos centros históricos, “nas duas últimas décadas, em Portugal assistiu-se a uma reformulação tanto do seu valor patrimonial como do seu significado enquanto parte integrante da estrutura complexa e abrangente da cidade.” (Castro, 2008: 26).

Segundo a visão dos sociólogos Helder Marques e Luís Martins Saldanha, o conceito de património “inicialmente distinto do tempo que decorre, feito para mera contemplação que formata os momentos chave da memória”, tem-se vindo a afirmar cada vez mais no presente e “não é agora somente a “herança colectiva”, mas irrompe no nosso quotidiano, faz parte dele, ao ponto de se tornar componente de uma integral “qualidade de vida” indissociável do desenvolvimento” e daí a sua relevância nos tempos que decorrem. Deste modo, “à necessidade cultural de, no tempo da geração presente, (re)construir/usufruir, soma-se o desejo – para alguns até o dever – de acrescentar, promovendo à perenidade as referências mais profundas de uma geração” (Marques e Martins, 1998: 12) uma vez que, como refere Siza Vieira, o arquitecto deve “pelo menos ter a ambição de estar a criar património” (Vieira, 2002: 20), ainda que o objectivo aqui referido seja maioritariamente qualitativo do que propriamente histórico.

Está ideia de conservação e protecção do património poderá parecer recente, mas ainda segundo os autores “o que é novo (...) é apenas a visão integradora globalizante e a intensidade ou o dramatismo com que, sobretudo na segunda metade deste século, se abraçam sentimentos de perda.” (Marques e Martins, 1988: 12) alertando, ainda, que a consequência desta evolução do conceito de património, “pelo facto de se ter tornado actualmente tão aberto, pode vir a correr o risco de, a curto prazo, submergir, no sincretismo que tudo classifica e que tudo quer preservar, desvalorizando as capacidades criativas do tempo presente e mitificando as do tempo passado” (Marques e Martins, 1988: 11).

1.3 PERDA DE DINÂMICAS

Face às transformações das realidades urbanas verificadas ao longo das últimas décadas, os núcleos históricos tendem a afigurar-se como espaços e objectos de consumo turístico, distanciados e desarticulados da realidade das áreas metropolitanas que se desenvolveram à sua volta. O índice de urbanização e crescimento dessas mesmas áreas verificou-se com grande impacto a partir dos anos 70 onde a implementação das redes viárias e ferroviárias, os planos rodoviários nacionais, e o progresso das comunicações, conduziu a uma emergência de novas centralidades e, conseqüentemente, ao “abandono dos centros históricos das cidades, deixando-os degradados e envelhecidos” (Cavém, 2007: 16).

Em consequência das profundas mudanças funcionais e sociais, os centros históricos propendem a apresentar uma vasta oferta de consumo e alojamento temporário em deterioramento da habitação e comércio locais, fruto da terciarização, conduzindo à perda das suas dinâmicas funcionais e sociais. A forte concentração de elementos patrimoniais de valor histórico e arquitectónico que os transforma em pontos de atracção turística, de passagem, e em “cartões-de-visita” das cidades, acentua a desertificação dos mesmos. Neste sentido, “se o turismo pode servir para recuperar o património arquitectónico e contribuir para a revitalização funcional, também pode gerar efeitos sociais, funcionais e ambientais negativos” (Brandis apud Troitiño Vinuesa, 2003: 132), o que levanta evidente preocupação de vivência e manutenção das estruturas urbanas, equipamentos e mesmo das infraestruturas, sendo prudente encontrar soluções que combatam os eventuais conflitos.

Os problemas que se apresentam mostram-se transversais à maioria dos casos e são vastos. O número em crescendo de espaços devolutos, a deterioração do edificado,



29/30



31

A deterioração do conjunto edificado é um dos aspectos negativos que se mostra transversal à maioria dos centros históricos das cidades.

as condições de habitação precárias e consequente envelhecimento da população local residente, a perda da vitalidade funcional, a subutilização residencial, as dificuldades de mobilidade e estacionamento, fruto do perfil das vias estreitas e sinuosas, e o nível precário de equipamentos e serviços são as principais problemáticas que se observam.

Perante este cenário e a crescente necessidade de intervenção nestas áreas históricas, acresce ainda a existência de:

“proprietários envelhecidos sem energia para fazer investimentos, situações de herança com muitos herdeiros, expectativas muito altas dos proprietários em relação à valorização do terreno que justificam o desejo de verem os prédios devolutos e a precisar de renovação, rendas baixas e deficientes condições de habitabilidade dos fogos, existência de trespasses comerciais que explicam que para alguns comerciantes a loja não tenha interesse financeiro imediato mas seja mantida com a ideia de obter um chorudo trespasse, garantia de uma reforma confortável, e (...) problemas de dimensionamento dos lotes difíceis de ultrapassar sem uma intervenção de conjunto e radical” (Salgueiro, 2005: 269).

“As condições precárias de arrendamento nos centros históricos” relacionam-se profundamente com “as rendas baixas e o fraco poder de compra dos inquilinos”, contribuindo assim para a degradação do edificado que por vezes atinge o estado de ruína (Cavém, 2007: 17). No entanto, e dada a sua singularidade, é necessário saber interpretar cada caso individualmente e em particular, sendo necessário, por isso, recorrer-se a uma inventariação e, seguidamente, à urgente intervenção de organismos de administração pública com estratégias bem planeadas e com recursos a fundos do Estado, que contrariem estas tendências.

A situação de degradação e perda de dinâmicas sociais e funcionais nos centros históricos está ligada, maioritariamente, aos princípios do Movimento Moderno no séc. XX que levaram à deslocação de grande parte da população operária para a periferia urbana. Uma descentralização que, também pelo crescimento das cidades e criação de novas realidades periféricas, conduziu à perda da até então centralidade urbana, diluindo as fronteiras entre o rural e urbano e alterando a funcionalidade e composição dos núcleos históricos.

Perante todas estas problemáticas assistiu-se, ao longo do séc. XX, a diversos encontros internacionais que visaram alertar e encontrar soluções para protecção e conservação do património arquitectónico e, conseqüentemente, dos centros históricos das cidades.

Neste contexto, um dos primeiros documentos de referência a ter em conta é a designada Carta de Atenas de 1931. Resultante da Primeira Conferência Internacional para a conservação dos Monumentos Históricos, a carta exprime as conclusões da referida conferência, visando promover a protecção de monumentos e respeitando a obra histórica e artística do passado. A conferência promovida pelo SIM, mostrou-se "não só pioneira como vanguardista, na medida em que refere cuidados a ter na construção de edifícios sobretudo na vizinhança de monumentos" (Marques e Martins, 1988: 14).

As cartas e convenções produzidas a partir de iniciativas levadas a cabo pela UNESCO e pelo Conselho da Europa ganham maior relevância após a Segunda Guerra Mundial, destacando-se, ambas em 1954, a Convenção Cultural Europeia e a Convenção de Haia com vista à protecção de bens culturais, esta última em caso de conflito armado.

A Carta de Veneza, outro documento de referência, surge em 1964, tendo como tema a conservação e o restauro de monumentos e sítios e representando um significativo alargamento dos conceitos uma vez que, a noção de monumento histórico passa a compreender não só a criação arquitectónica isolada mas também os espaços e conjuntos urbanos ou rurais que representem uma específica civilização, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Deste modo, a noção estende-se igualmente a edifícios modestos que com o tempo adquiriram um significado cultural e identitário relevante. A Carta de Veneza encoraja, ainda, à partilha e responsabilização de um património comum que é fundamental preservar e transmitir às gerações futuras.

Contudo, apesar deste reconhecimento gradual dos centros históricos como partes fundamentais e integrantes das cidades, e do interesse da cultura arquitectónica pelo passado ser uma realidade presente já durante os anos 50 e 60, a intervenção nestes núcleos antigos, "enquanto processo de requalificação, manteve-se num plano essencialmente figurativo. As renovações urbanas, indiferentes à dimensão social e funcional, reduziram os centros históricos a entidades abstractas e esvaziaram-nos de grande parte dos seus valores, procurando sobretudo promover a vocação turística e responder a eventuais interesses de carácter especulativo." (Castro, 2008: 31)

“O desenvolvimento do nosso sistema económico, sobretudo a partir do forte pendor neo-liberal que hoje o caracteriza, utilizou argumentos da Modernidade, que foram inventados com generosidade, para construir cada vez mais o subúrbio e esvaziar a cidade. Assim, a leitura dos processos longos que originaram, nos edifícios e nas cidades sucessivas sedimentações e transformações e constituíram a nossa estranheza e diferença, está fortemente perturbada.” (Costa, Alexandre, 2002: 591)

O desenvolvimento destas forças de descentralização, “alterou profundamente a composição e funções das áreas históricas das cidades”. Deste modo, “a secular e linear matriz de cidade, associada à concentração das suas principais funções nos centros históricos mudou, tendo estes entrado em crise.” A propagação do fenómeno de suburbanização alterou a anterior matriz, “as metrópoles e as cidades alongaram-se, (...) novas morfologias urbanas apareceram, (...) novas centralidades periféricas apareceram”, “a cidade perdeu a sua centralidade radial e o urbano espraiou-se” (Marques, 2005: 41). Este processo de crescimento das cidades para outras áreas urbanas, a suburbanização, conduziu ao declínio dos centros históricos e, por oposição, ao crescimento dos subúrbios, através da deslocação da população, bens e serviços das áreas centrais para a periferia.

Um movimento que se prende, igualmente, com o fenómeno da gentrificação. Uma transformação que, através da valorização dos espaços e consequente aumento dos bens e serviços, altera a composição e realidade do local e acaba por ditar o afastamento dos residentes com fraco poder de compra, em contraste com a chegada de novos moradores com maior capacidade financeira e de investimento. Assim, a antiga população em busca de habitação mais atractiva, não só do ponto de vista financeiro mas também de melhor qualidade de vida, dita este ajuste pelas preferências residenciais periféricas, fruto ainda de uma maior acessibilidade garantida pelos meios de transporte e novas formas de comunicação, e pelo o acesso a melhores conjuntos de serviços e novas oportunidades de emprego.

No que diz respeito à degradação acelerada que se assiste nos centros históricos, esta resulta, também, de “um hábito que se perdeu de manutenção das casas”. Um factor de declínio, pelo que “enquanto isso não acontecer, por mais que se recupere o património aceleradamente, aparecerá outro património em ruína” (Vieira, 2002: 20).



32/33



34

A população residente envelhecida em condições precárias de arrendamento acentua a falta de investimento dos proprietários e, conseqüentemente, a degradação do edificado.

A preocupação pela recuperação e, sobretudo, conservação do edificado existente é então, fundamental para renunciar a este contínuo e dispendioso ciclo vicioso.

Entender os centros históricos como organismos vivos, como espaços com necessidade de serem habitados, vivenciados e utilizados é fundamental, de modo a intervir visando à sua revalorização simbólica e dinâmica social e funcional, não os encarando meramente de um ponto de vista turístico, histórico e de um legado passado.

Nos últimos anos, com a realização cada vez mais frequente de encontros internacionais direccionados especificamente para esta temática. A abordagem à intervenção em património urbano inverteu-se.

“A consciência da necessidade de recuperar estes núcleos não apenas como cenários monumentais mas como lugares habitados com particulares condições sociais, funcionais e arquitectónicas veio definitivamente a consolidar-se. A partir deste momento, as políticas urbanas passaram a centrar-se no conceito de reabilitação, tornando-se claro, de acordo com a noção de conservação (...) que a par da requalificação física da cidade existente é necessário implementar estratégias de revitalização sócio-económica” (Castro, 2008: 31-32)

II. ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO



2.1 “ACUPUNCTURA” URBANA COMO MEIO DE REVITALIZAÇÃO

Uma vez percebida a evolução dos centros históricos e a sua importância no contexto de cidade e património urbano, bem como os elementos perturbadores que conduzem ao seu declínio e abandono, é fundamental encontrar soluções capazes de conduzir os mesmos a novas vivências, e a uma consequente valorização do espaço público e do edificado existente, que promovam interações sociais e humanas e visem a reintegração dos mesmos com a cidade.

A *Acupunctura Urbana* é uma metodologia que, partindo dos mesmos pressupostos que a acupunctura tradicional oferece e entendendo a cidade como um organismo vivo, permite iniciar processos de revitalização que, mais tarde, se estendam e contagem edifícios e zonas públicas contíguas. O arquitecto e urbanista brasileiro Jamie Lerner, precursor deste método interventivo, explica:

“Sempre tive a ilusão e a esperança de que, com uma picada de agulha, seria possível curar doenças. O princípio de recuperar a energia de um ponto doente ou cansado por meio de um simples toque tem a ver com a revitalização deste ponto ou área ao seu redor. Acredito que algumas “magias” da medicina podem, e devem, ser aplicadas às cidades, pois muitas delas estão doentes (...) Assim como a medicina necessita de interação entre médico e paciente, em urbanismo também é preciso fazer a cidade reagir.” (Lerner, 2011: 7)

Deste modo, através de intervenções pontuais cirúrgicas ao longo dos centros históricos das cidades, sobre edifícios devolutos e/ou que apresentam um mau estado conservativo e sobre os espaços vazios, procuram-se estruturar soluções que permitam enriquecer e valorizar estes núcleos globalmente.



35



36



37

³⁵ Metáfora entre a Acupunctura Tradicional e Acupunctura Urbana.

³⁶ O Museu Guggenheim, em Bilbao, ditou uma grande mudança cultural e vivencial na cidade.

³⁷ A recuperação das feridas criadas pelo homem na natureza pode gerar excelentes resultados.

Lerner considera como bons modelos de acupunctura urbana obras que iniciem uma acção e a conseqüente propagação da mesma, como o Parque Guëll, em Barcelona, o reaproveitamento da fábrica The Cannery, em São Francisco, ou a restauração da Grand Central Station, em Nova Iorque. Obras que dizem uma mudança cultural, como o Centro Georges Pompidou, em Paris, ou o Museu Guggenheim, em Bilbao (fig. 36), também são bons exemplos segundo o arquitecto brasileiro.

Em alguns casos, as intervenções surgem, também, pela necessidade de “recuperar feridas que o próprio homem produziu na natureza, como as pedreiras” (Lerner, 2011: 8), e nas cidades. O aproveitamento destas “feridas”, resultantes de erros passados causados pelo homem ou até por catástrofes naturais, e as conseqüentes correções, geram excelentes resultados, como o Estádio Municipal de Braga (fig. 37), ou a Ópera de Arapei, em Curitiba.

Assim, reproduzidas sobre o edificado que se impõe de modo negativo no território, e que, uma vez desprovido de usos e actividades, gera conflitos e contribui para a degradação urbana, as intervenções devem afigurar-se selectivas e focar-se em pontos críticos com um grande potencial de regeneração urbana. Intervir de modo a que se “possa ajudar a curar, melhorar, criar reacções positivas e em cadeia. É indispensável intervir para revitalizar” (Lerner, 2011: 7). Esta solução passa, muitas vezes, e no caso concreto dos centros históricos, por pequenas intervenções ao contrário de grandes obras que obrigam à mobilidade de grandes recursos humanos e financeiros.

É, igualmente relevante, que as soluções propostas procurem respeitar a identidade e memória características de cada local e correspondentes casos específicos, pelas questões de singularidade e identidade já abordadas, sendo que muitas vezes o sucesso das mesmas passa pela valorização e recuperação de hábitos ou costumes quotidianos que se encontram perdidos ou em desuso.

“É fundamental que uma boa acupunctura promova a manutenção ou o resgate da identidade cultural de um local ou comunidade. Muitas cidades hoje necessitam de uma acupunctura porque deixaram de cuidar da sua identidade cultural.” (Lerner, 2011: 13)

Os mercados e feiras tradicionais são um bom exemplo dessa identidade que deve ser respeitada e mantida. Seria errado “apagarmos” marcos tão importantes como o



38



39



40/41



38/39 Os mercados são exemplo de uma identidade que se deve preservar.

40/41 A introdução de um novo costume é, por vezes, suficiente para ditar transformações e melhoramentos.

Mercado do Bolhão, no Porto (fig. 38), ou o Mercado de La Boqueria, em Barcelona (fig. 39), das respectivas cidades e da sua memória, e não apenas pelo valor do edificado onde os mesmos se inserem. A transformação do mercado de Les Halles, em Paris, num complexo comercial, comprova esse erro pela perda de costume e tradição que desvirtuou o local e a sua singularidade.

“A memória da cidade é o nosso velho retrato de família. Assim como não se rasga um velho retrato de família (...) não se pode perder um ponto de referência tão importante para a nossa identidade.” (Lerner, 2011: 14)

Neste sentido, não é apenas o espaço físico em si que importa preservar, mas, também, todos os restantes elementos que contribuem para uma património singular e claramente identitário. Falamos das pessoas, dos sons, dos odores, das cores, do idioma e demais elementos imateriais únicos de cada local, em contraponto claro com uma imagem “standardizada” e genérica das grandes superfícies comerciais ou polos direcionados unicamente para o consumo turístico.

Verificamos, por isso, que nem sempre a acupuntura urbana se traduz de forma material, em obras, sendo que em alguns casos, é o resgate ou “introdução de um novo costume, um novo hábito, que cria condições positivas para a transformação.” (Lerner, 2011: 11).

Lerner sustenta a sua afirmação tendo por base o exemplo das *deli shops* nova-iorquinas (fig. 40 e 41). Estas *grocery stores* que foram introduzidas na cidade americana por intermédio de emigrantes coreanos, que não eram tradição e fazem hoje parte da cultura da mesma, são, segundo o autor, bons exemplos de acupuntura.

Estas lojas, ao estarem abertas 24 horas, “garantem não só o abastecimento da população, mas também levam animação a qualquer canto da cidade”, sendo ainda, pontos de encontro que, inevitavelmente, “geram mais segurança para o local.” e estabelecem “uma referência importante na cidade.” (Lerner, 2011: 11)



2.2 REINTEGRAR FUNÇÕES PARA DINAMIZAR

As intervenções nos centros históricos não se devem reger, unicamente, pelos habituais conceitos de reabilitação com vista à introdução de unidades habitacionais e comerciais, numa tentativa infortuita de que surja, espontaneamente, uma vontade da população em permanecer ou reocupar os mesmos e estes recuperem, por si só, a sua dinâmica e vivência espacial. Sabemo-lo através de inúmeros casos onde a solução referida não trouxe as melhorias desejadas para a revitalização destes núcleos urbanos, despendendo-se verbas e recursos em conjuntos edificados que, não sendo ocupados, raramente conseguem garantir a sua própria manutenção, ou até mesmo através de processos de gentrificação que acabam por descaracterizar a identidade e memória local ao esvaziarem-nos das suas gentes, costumes e tradições.

Criar condições favoráveis à habitação e fomentar a fixação de actividades comerciais, sobretudo as locais e tradicionais, é importante e não pode ser colocado de parte, mas é igualmente fundamental reintegrar elementos funcionais que apelem a novas, e resgatem igualmente passadas, actividades, de interesse público, que, para além de incentivarem à retenção e atracção de moradores, imponham vivências colectivas e aproximem os centros históricos dos seus residentes e da restante cidade. A intervenção deverá passar, então, por “uma integração de funções”, uma vez que quanto mais se “integrar as funções urbanas (...) mais humana a cidade ficará.” (Lerner, 2011: 57)

“temos de conseguir viver e gerir conjuntos marcados na sua riqueza pela diversidade: diversidade nos modos de organização do espaço; diversidade nas formas de sentir as memórias das fases da nossa História; diversidade nas práticas de uso e fruição dos nossos espaços urbanos”.
(Morais, 1997: 25-26)

Sabemos que as cidades, e conseqüentemente os seus núcleos históricos, “não são realidades abstractas, detentoras da mesma identidade, como se todas elas (...) tivessem nascido e crescido da mesma forma (...) e com as mesmas culturas.” (CPD, 2005: 9). Uma realidade presente que expressa, então, a necessidade de uma análise detalhada e direccionada para cada caso em específico, sendo o ponto inicial e fulcral para qualquer intervenção nos centros históricos, procurando compreender as suas características únicas que não se regem unicamente por um património material e imóvel.

“Propõem-se intervenções (...) esquecendo que as características próprias são, afinal, a sua força. (...) só o respeito por essas diferenças, e a respectiva tentativa de compreensão, é que poderá criar as bases de programas que permitirão, depois, abordagens pluridisciplinares próprias e soluções diferentes e qualificadas. (...)

São essas diferenças que as tornam cativantes (...) são esses traços que nos levam a lá querer viver, trabalhar ou passear.” (CPD, 2005: 9)

Contudo, compreender as características de cada cidade e a sua conseqüente identidade não tem de se traduzir, necessariamente, numa conservação funcional e programática dos seus edifícios, uma vez que, a arquitectura e os espaços não devem “ser fixados por uma ideia de conservação intransigente, mas sim manter a sua dinâmica” (Choay, 1999: 15), podendo os mesmos, dessa forma, ser adaptados e intervencionados com vista a novos usos e a novas apropriações dos seus espaços, sobretudo quando se encontram devolutos ou em mau estado conservativo.

Na verdade, a preservação dos centros históricos das cidades passa por esta multipluralidade de usos e funções, adaptadas à orgânica dos sítios, e por um recuperar do processo de dinâmica urbana que, curiosamente, os caracterizou no passado, sendo, por isso, fundamental a coexistência de diversos programas. Uma dinâmica da cidade que, segundo Rossi, “tende mais para a evolução do que para a conservação” (Rossi, 2001: 79), não nos podendo esquecer de viver o tempo presente e de adaptar os espaços a novas realidades, combatendo um carácter meramente purista e museológico de intervenções conservadoras.

“(...)o uso continuado ou renovado garante a manutenção e as qualidades de resistência das construções (...) em geral, unidades importantes de configuração urbana das nossas cidades e vilas

encontram-se localizadas em lugares centrais que necessitam de permanente dinâmica de uso, com preferência pelos usos colectivos, como factor de vida desses lugares. Para não deixar cair no submundo importantes sectores designados como cidade histórica, numa degradação continuada e difícil de superar (...)". (Tavares, 2002: 588)

Esta reflexão sobre o acto de intervir sobre determinados conjuntos arquitectónicos não é, contudo, recente, reportando-se a um período no qual a intervenção sobre património se começou a afirmar como uma ciência e objecto de estudo, procurando novas relações com o passado e colocando em causa um sentimento de ruptura com a protecção da memória.

Uma questão muito debatida durante os finais do séc. XIX e inícios do séc. XX consequente das visões distintas e opostas de Viollet-Le-Duc e John Ruskin, cujas influências são consideradas, ainda nos nossos dias, como pertinentes.

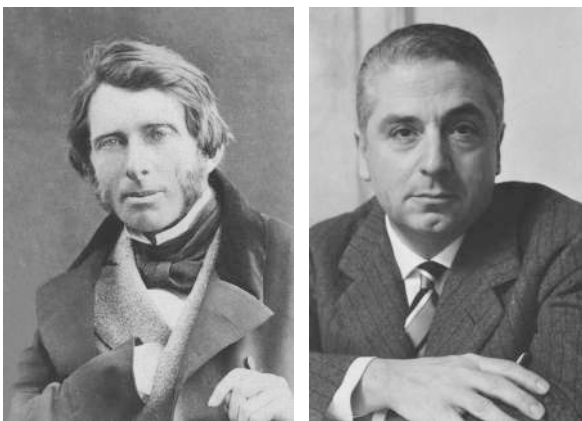
Viollet Le-Duc (1814-1879), arquitecto francês, debruçou-se sobre a recuperação de várias construções medievais, desenvolvendo uma visão muito pessoal sobre as técnicas de restauro e tendo defendido a recuperação e restabelecimento de um suposto estado original perdido. Para o mesmo, restaurar um edifício não seria mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, mas sim restabelecer uma situação completa, de perfeição, que poderia nunca ter existido em dado momento. Deste modo, defendeu a reconstrução revivalista de um estágio anterior ou mais correcto como forma de levar o edifício à sua forma mais pura e primitiva.

Contrariamente, John Ruskin (1819-1900), assume em Inglaterra, no mesmo momento, uma postura distinta defendendo apenas intervenções pontuais de conservação que não alterem a autenticidade da obra nem lhe confiram um novo carácter. Considerando o método de Viollet-Le-Duc como uma destruição e deturpação do edifício original, Ruskin defendeu uma continuidade historicista afirmando que restituir o mesmo ao seu estado primitivo seria encobrir os vestígios do tempo e privar as gerações futuras do legado e herança dos seus antepassados.

No entanto, é na revisão destas duas posturas tão divergentes que, mais tarde, Cesare Brandi (1906-1988) definiria os seus próprios ideais. Aceitando a introdução de novas intervenções nas obras originais que não promovam um falso artístico e histórico,



42



43/44

⁴² Viollet-Le-Duc defendia a recuperação das obras ao seu estado original e forma primitiva.

⁴³ Para Ruskin as intervenções deviam ser apenas pontuais sem alterar o carácter da edificio.

⁴⁴ Distinguíveis, sem comprometer a unidade intervencionada, era o pensamento apresentado por Brandi.

e que não apaguem as marcas da passagem do tempo sobre a mesma, o autor italiano defende que as alterações devem ser facilmente distinguíveis sem comprometer a unidade que se procura restituir.

Dada a complexidade da temática em análise, o debate mantém-se e é cada vez mais actual, bem como as diversas e distintas visões de variados autores que procuram dar o seu contributo. Contudo, podemos afirmar que o conceito de *Integrated Territorial and Urban Conservation* (ITUC) é o que tem gerado, de forma universal, mais consenso, surgindo mesmo como uma recomendação internacional face aos problemas da cidade.

“Esta gestão integrada tem se revelado muito rica, porque induz a novas formas de intervenção que vão exigindo um contínuo ajustamento dos procedimentos e dos âmbitos de intervenção. É, de facto, uma das recomendações que surge a nível internacional face aos problemas da cidade; o seu tratamento de forma integrada. A experiência mostra que esta forma de gestão induz à intervenção de novos parceiros, por haver uma maior abrangência dos assuntos tratados.” (Lopes, 1997: 45).

A ITUC pode definir-se como um conceito emergente de gestão do desenvolvimento humano em cidades, que tem a sua raiz numa ideia já preconizada em diversos documentos da década de 1970, nomeadamente na Declaração de Amsterdão sobre o Património Arquitectónico Europeu de 1975.

Sendo uma abordagem que abraça múltiplas disciplinas, desde a Antropologia à Arquitectura, da Economia à Ecologia, da Sociologia à Estatística, faz ainda parte de um processo global de planeamento e gestão dos territórios, de acordo com uma perspectiva multi-referencial, isto é, económica, política, social, cultural, ambiental e paisagística. Centrando-se nas áreas urbanas consolidadas e revestidas de valor histórico-cultural, procura manter uma integridade, autenticidade e continuidade das mesmas, enfatizando a conservação das suas características físicas e espaciais em articulação com o desenvolvimento e transformação da cidade. Apesar do termo conservação apresentar uma conotação um tanto redutora quanto limitativa, a ITUC não coloca entraves ao desenvolvimento e reintegração de elementos capazes de promover os valores culturais e vivenciais dos centros históricos, considerando antes que o problema não deve ficar unicamente a cargo do arquitecto, mas sim de uma equipa pluridisciplinar capaz de enfrentar todas as problemáticas derivantes desta complexa temática.



2.3 ESPAÇO PÚBLICO COMO CATALISADOR URBANO

A grande capacidade de catalisação urbana que o *espaço público* carrega surge da sua plurifuncionalidade e do desempenho fundamental que este representa nas vivências e dinâmicas colectivas e sociais das cidades, ao se afirmar como ponto de encontro, de convívio e de lazer dos seus habitantes, mas igualmente de conexão e circulação, uma vez que nele se desenvolvem as redes de infraestruturas viárias, de transportes e de comunicação. É, por isso, inquestionavelmente, o lugar mais democrático das cidades, palco de expressão e direitos dos cidadãos onde se compõe e verifica a heterogeneidade da actual sociedade urbana.

Sendo, por definição teórica, um "território de partilha colectiva" (Gonçalves, 2006: 40), é conformado pela articulação e permeabilidade dos espaços entre edifícios e dos quais se destacam as ruas, as praças, os largos, as avenidas, os jardins e os parques.

Nele exprime-se o viver de uma comunidade pela trivialidade dos seus hábitos e costumes quotidianos, estando intrinsecamente conectado com a ideia de identidade dos lugares, indissociável da sua riqueza, memória e especificidades particulares que promovem a sua diferenciação face aos demais.

"Quando visitamos uma cidade, a nossa recordação é marcada pelo que se passa no seu exterior, no seu espaço público, tanto numa perspectiva física como humana. A aposta feita por muitas cidades na reabilitação do seu espaço público consiste em simultâneo numa aposta na sua identidade" (Gonçalves, 2006: 257)

É, assim, um elemento fundamental de percepção e distinção com impacto directo na nossa empatia ou apatia pelos lugares, requerendo, por isso, um cuidado continuado sob pena de cair em degradação e conseqüente estranheza e rejeição imediata.



45



46

⁴⁵ O espaço público é palco das relações sociais e humanas.

⁴⁶ A banalidade dos hábitos e costumes quotidianos expressa-se no espaço público.

Para tal, a função, e também manutenção, das construções que o limitam e circundam é igualmente cooperadora, na medida em que dita o seu uso e apropriação, e os períodos do dia em que tal se sucede, por parte dos utilizadores e habitantes desses edifícios.

No caso dos centros históricos, a monofuncionalidade a que estas edificações foram condenadas, às quais acresce um esvaziar de habitantes, gerou desequilíbrios polarizados do uso do espaço público em horários distintos.

Se durante o período diurno, fruto da atividade terciária, pulsam de vivências colectivas, culturais e sociais, durante o período noturno, após o fecho destes estabelecimentos e despojados de residentes, tornam-se lugares inertes com uma nociva percepção de, ou até mesmo real, insegurança. Desse modo, para além de se inscreverem numa dimensão social e urbana, “permitem também uma (re)leitura das formas de utilização quotidiana da cidade medindo as causas e consequências das suas transformações” (Gonçalves, 2006: 19). A, então, necessária diversificação funcional dos espaços, que promova o seu uso nos diferentes períodos do dia, é cada vez mais factual.

Associada à mencionada insegurança, surge igualmente implícita a questão da qualidade do espaço público, da qual não podemos excluir o mobiliário urbano. A cargo da administração pública e do Estado, seus proprietários, os quais devem assegurar, da mesma forma, a sua manutenção e garantia de acesso e usufruto igualitário a todos os cidadãos, qualquer alteração verificada irá gerar estímulos positivos ou negativos locais mas também na restante cidade.

“(...) a apropriação do espaço público depende, em certa medida, do nível de conforto que este oferece e proporciona aos seus utilizadores, pelo que a degradação da estrutura edificada que o limita e a sua própria degradação, fazem com que a vivência urbana desse espaço seja cada vez menor. É, portanto, de extrema relevância que o espaço público seja capaz de transmitir as condições físicas, sociais e ambientais exigidas pelos diferentes habitantes da cidade” (Gonçalves, 2006: 54)

De facto, a actual perda de dinamismo verificada nos centros históricos, pode ser avaliada, precisamente, pela observação das características do seu espaço público e dos seus utilizadores, procurando analisar, desse modo, as transformações que conduziram ao progressivo afastamento de outros utilizadores desse mesmo espaço.



47



48

47 O espaço público é um ponto de encontro, de convívio e de lazer.

48 É ainda um local democrático, de expressão e direito dos cidadãos.

Uma causa também associada à dependência do automóvel e a presença dos transportes nas cidades, que se apropriou do espaço público ao longo dos tempos, em uma tendência crescente e difícil de contrariar. É, desse modo, importante conciliar o tráfego urbano com os vários espaços das nossas cidades, evitando uma sobreposição ou ocupação exagerada do automóvel em deterioramento dos transeuntes.

De facto, nas intervenções levadas a cabo nos centros históricos, é cada vez mais comum a valorização do domínio do peão, através de uma parcial recuperação pedonal, em parte pela excessiva poluição ambiental e sonora e pelo constrangimento rodoviário produzido em ruas de perfil estreito e sinuoso, que tão pouco oferecem opções de estacionamento realmente satisfatórias. Esta dependência pelo transporte privado poderia nos conduzir a um longo debate, mas na verdade cremos que se trata, acima de tudo, de um problema de consciencialização cívica que apenas o tempo e o desenvolvimento e melhoramento da rede de transportes públicos poderá combater.

O espaço público, especialmente degradado, torna-se assim, um lugar de especial importância no cenário de recuperação e catalisação urbana, pois caso bem intervencionado, o mesmo irá gerar sinergias positivas ao desenvolvimento e dinamismo funcional das cidades, permitindo aos seus habitantes um conjunto diversificado de atividades sociais, lúdicas, culturais e desportivas, indissociáveis do índice de qualidade de vida.

2.4 PARADIGMAS PROJECTUAIS DE REVITALIZAÇÃO EM NÚCELOS HISTÓRICOS

No desenvolvimento da presente investigação e no sentido de representar a mesma em casos práticos, urgiu pesquisar, selecionar e analisar projectos de referência que permitissem adquirir conhecimentos e desenvolver da melhor forma possível, e, conseqüentemente, fundamentar, a intervenção proposta, privilegiando, projectos nacionais que foram levadas a cabo por arquitectos portugueses.

Nesse intuito, cruzamo-nos com várias obras que poderiam ser aqui objeto de estudo e análise, pelas relações que estabelecem com as zonas históricas e património respectivo, entendendo, por isso, a sua pertinência, nomeadamente: a valorização da Cerca e Castelo de Óbidos, de José Manuel Garcia Ressano Lamas; a musealização da área arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, de João Luis Carrilho da Graça (fig. 49); a valorização do Palácio do Marquês de Castelo Rodrigo, de João Rapagão e César Fernandes; a remodelação e valorização do Museu de Grão Vasco e a reconversão do Convento de Santa Maria do Bouro em Pousada, de Eduardo Souto Moura (fig. 50); a Pousada do Castelo, de Alcino Soutinho; a reconversão do Convento de Santa Marinha em Pousada, Casa dos 24, Casa da Rua Nova (fig. 51) e a requalificação urbana do centro histórico de Guimarães, de Fernando Távora; a reorganização dos percursos pedonais em torno do Convento do Carmo, de Álvaro Siza Vieira e Carlos Castanheira; (as duas últimas pelas importâncias interventivas no espaço público), a Biblioteca Municipal de Caminha, de Nuno Brandão Costa; a reconversão do centro histórico de Évora e as intervenções levadas a cabo no Quarteirão das Cardosas e Passeio dos Clérigos, no Porto.

Contudo, dada a sua natureza de escala, contexto, ideais e objetivos, os casos do Solar da Porta dos Figos, de António Belém Lima, e da Casa de Chá e Casa da Escrita, de João Mendes Ribeiro, evidenciaram, nesse sentido, uma maior relevância merecedora de análise.



49



50/51



49 Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa.

50 Pousada de Santa Marinha do Bouro.

51 Casa da Rua Nova, Guimarães.

2.4.1 SOLAR PORTA DOS FIGOS, LAMEGO

O Solar da Porta dos Figos, em Lamego, da autoria do arquitecto António Belém Lima, é apresentado como o principal projecto de referência nesta investigação, não apenas pelo contexto e escala em que este se insere, mas também, e sobretudo, pelos objectivos, funcionalidade e conteúdo programático que em muito se assemelham ao que nos propomos introduzir no centro histórico de Amarante, que vão de encontro a temáticas já abordadas ao longo deste trabalho.

Não podemos, por isso, deixar de olhar com interesse e curiosidade para este projecto, inserido no plano *Viver Lamego*, da respectiva ARU da cidade, que procura a requalificação do centro histórico e o qual já conta, também, com outras intervenções relevantes. Destacam-se o Núcleo Arqueológico da Porta dos Figos, situado na Casa dos Bordalos, em frente ao Solar da Porta dos Figos e do lado oposto da Rua do Castelo, a Torre de Menagem e a muralha interior (Castelo), e a Cisterna. Pontos de interesse que materializam o *Centro Interpretativo da História da Cidade* e que devolvem o seu carácter histórico e, agora, museológico à região, procurando ainda promover e dinamizar o Bairro do Castelo e diminuir a sua desertificação populacional, naquilo que podemos designar, pelas suas características e objetivos, como um exercício de intervenções pontuais coordenadas.

Nomeado em 2017 para o *Prémio Europeu de Arquitectura Contemporânea*, levado a cabo pela *Fundação Mies van der Rohe* (EUMiesaward17), o projecto, iniciado em 2010 e concluído cinco anos mais tarde, debruça-se sobre um edifício medieval adjacente ao troço Norte da antiga muralha exterior e a uma, de duas, portas de acesso à antiga cidade lamecense.

Datado entre os séculos XVI e XVII e edificado, acredita-se, sobre ruínas de antigas construções moçárabes e romanas, o Solar da Porta dos Figos, assim designado pela sua



52



53

Vista da Rua do Castelo. ⁵²
Vista do Alçado Nascente. ⁵³



54



55

54 Vista da Biblioteca da Residência Artística para a Torre do Castelo.

55 Vista do Alçado Norte adjacente à Muralha Exterior, com a Torre dos Figos ao fundo.



- Porta dos Figs 1
- Porta do Sol 2
- Castelo 3
- Solar da Porta dos Figs 4
- Núcleo Arqueológico 5
- Cisterna 6
- Torre dos Figs 7

Localização do Solar da Porta dos Figs no centro histórico de Lamego. ⁵⁶

proximidade à Porta de mesmo nome, sofreu várias transformações ao longo dos séculos seguintes, destacando-se no mesmo as fachadas Norte e Poente, as escadas e deambulatório exteriores e a escada cilíndrica, que faz a ligação do topo da muralha com a Rua do Cantinho (extra-muralha).

Contudo, o elemento mais marcante e simbólico do edifício, é o antigo oratório da Capela da Nossa Senhora do Socorro (fig. 52), do séc. XVIII, integrado no conjunto da Porta dos Figos e convertido, agora, em uma biblioteca com vista para o Castelo (fig. 54 e 61).

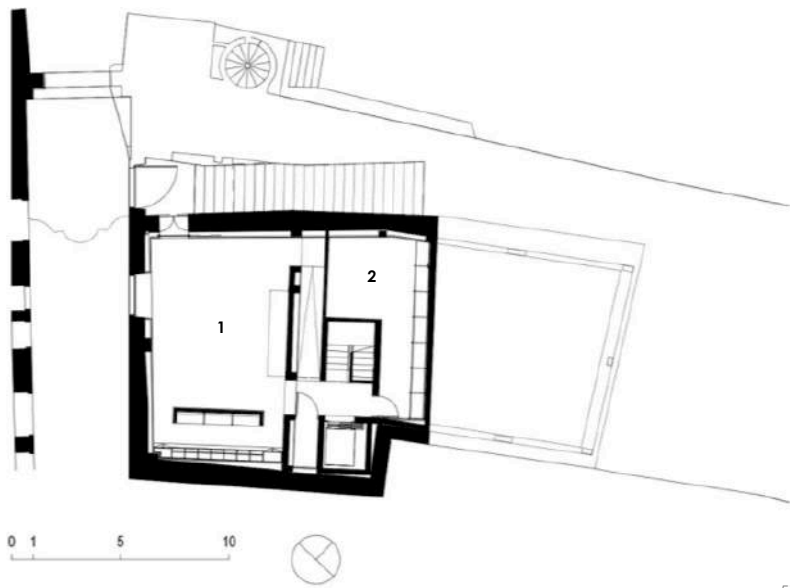
Olhando para o conteúdo programático, a reconversão do Solar veio permitir a coexistência simultânea e autónoma de dois equipamentos distintos mas relevantes para a dinamização do Bairro do Castelo: o Centro de Artesanato e Ofícios Tradicionais e a Residência de Artistas. Dois equipamentos que se encontram, actualmente, sob a alçada da plataforma de arte contemporânea lamecense ZONA, com vista à investigação, produção e divulgação artística do município.

O Centro de Artesanato e Ofícios Tradicionais ocupa os pisos 0, 1 e 2, composto pela loja e espaço expositivo (piso 0)(fig. 64), sala de formação/investigação e oficina (piso 1), com ligação directa ao logradouro a nascente (fig. 53), e sala de conferências e auditório (piso 2)(fig. 63).

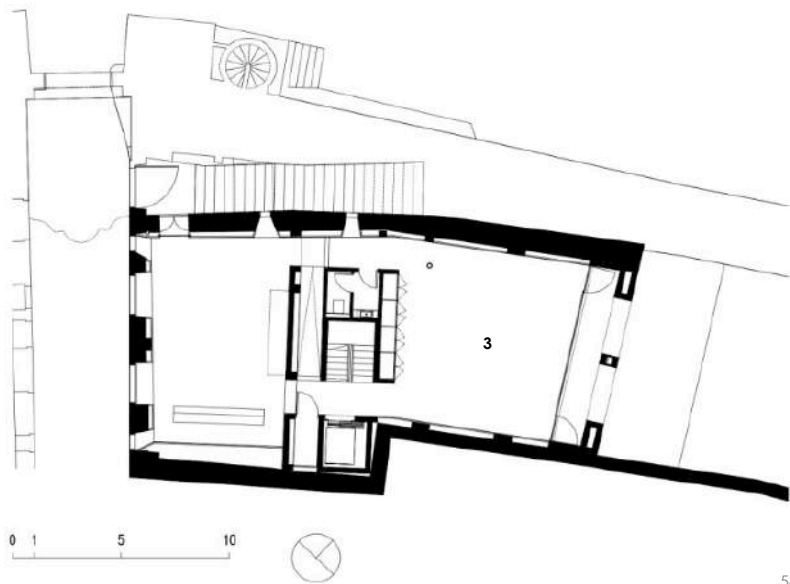
Por sua vez, a Residência de Artistas configura-se nos pisos 2 e 3, incluindo uma biblioteca (piso 2)(fig. 54 e 61), uma a sala de estar e cozinha (piso 3)(fig. 62), com relações visuais exteriores para Norte, e dois quartos (piso 3), com vistas a Nascente para a Torre dos Figos.

A coabitação destes dois programas distintos, tendo em vista constituir um equipamento útil para a cidade e, conseqüente, dinamização urbana, implicou uma reorganização espacial interior do edifício. Contudo, a volumetria e os elementos constructivos em pedra e madeira exteriores foram restaurados, procedendo-se ainda, por questões de integridade e coerência formal, à demolição de adições dissonantes que ocorreram ao longo do tempo.

Garantir uma continuidade, adicionando história ao edifício, exigiu, segundo a *Fundação Mies Van der Rohe*, precisão e disciplina, destacando, a mesma no projecto, o cuidado de manter os caixilhos exteriores em madeira e o restauro das paredes exteriores em pedra, aliviadas das cargas do edifício por um anel perimetral interior, em aço, que suporta as novas lajes de betão.



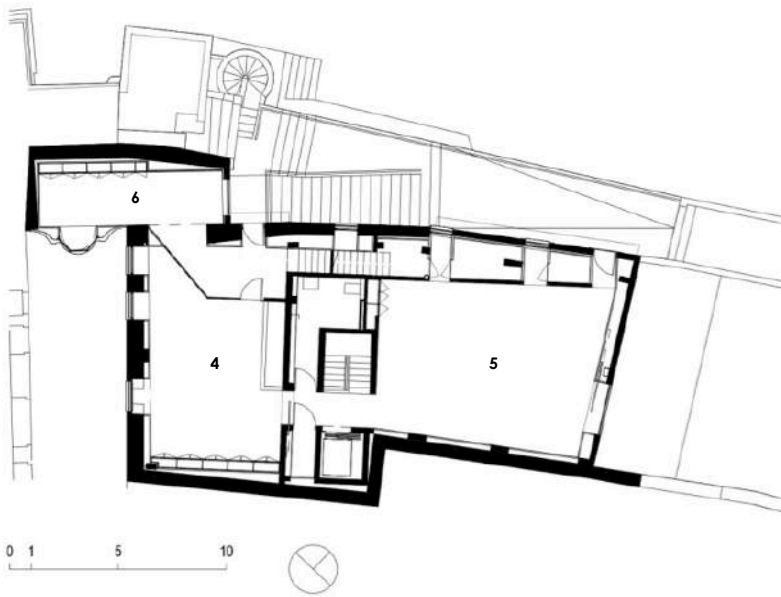
57



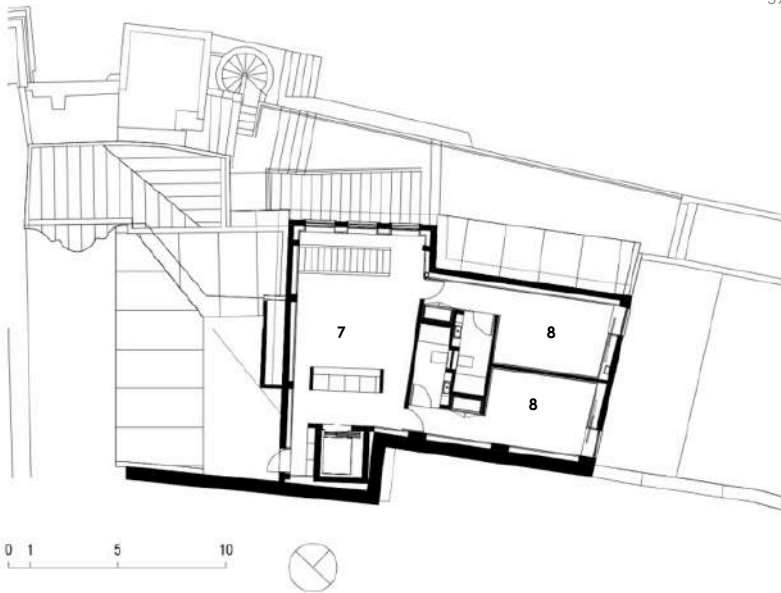
Loja / Espaço Expositivo **1**
Arrumos **2**
Sala de Formação / Oficina **3**

58

Planta Piso 0 ⁵⁷
Planta Piso 1 ⁵⁸



59



60

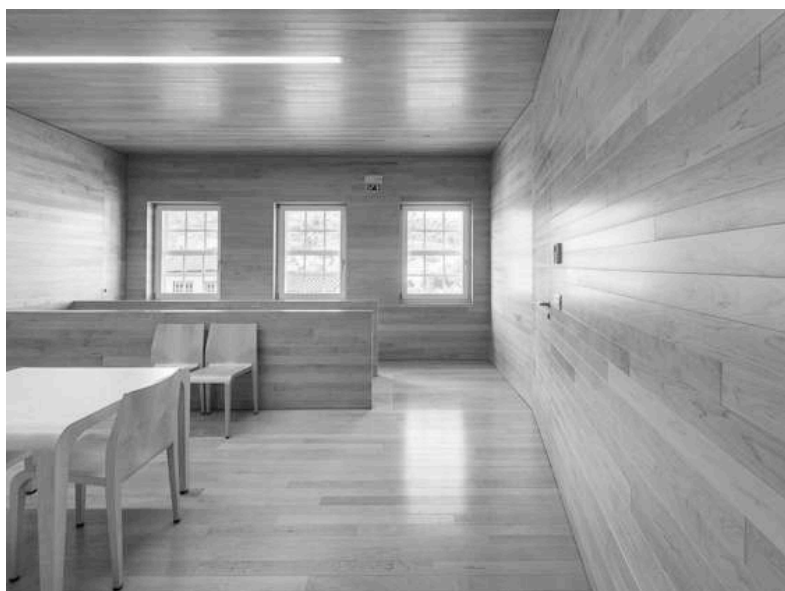
- 4 Sala de Conferências
- 5 Auditório
- 6 Biblioteca
- 7 Zona Comum / Cozinha
- 8 Quartos

59 Planta Piso 2

60 Planta Piso 3

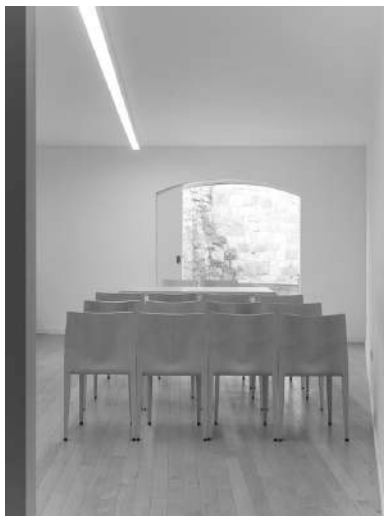


61



62

Vista interior da Biblioteca. ⁶¹
Vista interior do Sala de Estar e Cozinha. ⁶²



63



64

63 Vista interior do Auditório.

64 Vista interior do Loja/Espaço Expositivo.

No interior, somos surpreendidos por revestimentos dominantes que afirmam e assinalam a diferença dos dois programas. O uso da pedra e de poliepóxido no Centro de Artes e Ofícios Tradicionais (fig. 63 e 64) por oposição ao revestimento em madeira na Residência de Artistas (fig. 61 e 62).

Por fim, a luz natural não foi descurada e foi usada de modo criterioso, assumindo protagonismo ao criar transparências horizontais e verticais que, ao mesmo tempo, e associadas às relações visuais interiores, contradizem e enfatizam a natureza dual do novo uso do Solar da Porta dos Figs.



2.4.2 CASA DE CHÁ, MONTEMOR-O-VELHO

Da autoria de João Mendes Ribeiro, a Casa de Chá de Montemor-o-Velho, enquadrada pelas ruínas do antigo Paço das Infantas e pelas muralhas do conjunto fortificado envolvente, resulta de uma análise do monumento, procurando clarificar o seu significado. Por meio de um uso contemporâneo que se estabelece como um elemento pontual e dinamizador de uma zona histórica, pretende-se gerar uma ligação entre o Castelo e o centro da Vila, que se desenvolve na encosta Sudeste adjacente em direcção ao Rio Mondego, mas que, acima de tudo, assume uma notável conceptualidade poética e cenográfica ao relacionar arquitectura e memória.

Configurado pelas ruínas do Paço - acredita-se datado do séc. XII e o qual deve o seu nome a uma conhecida disputa do mesmo no início do séc. XIII entre D. Afonso III e as suas irmãs, D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda - num espaço aberto, dentro do antigo Castelo que alberga, também, a Igreja de Santa Maria de Alcáçova, onde permanece apenas a memória do que outrora existiu e cujas valências passam por um carácter identitário, histórico e museológico, introduziu-se o novo equipamento (fig. 65 e 66).

Verificado o aumento da procura turística do Castelo de Montemor e a inexistência de qualquer infraestrutura de apoio, o projecto, fruto de um concurso levado a cabo pelo IPPAR, surge com o intuito de dilatar a permanência dos visitantes, como um elemento de pausa e contemplação. A visita, antes restrita a um percurso deambulatório simples pelo interior das muralhas através da entrada e saída na fortaleza pela Porta da Peste, procura agora direccionar-nos para o centro histórico da vila, através da Porta da Nossa Senhora do Rosário, após um recobro de energias neste novo equipamento e absorção das deslumbrantes vistas sobre a paisagem que o Castelo oferece, devido à sua localização topográfica elevada.



65

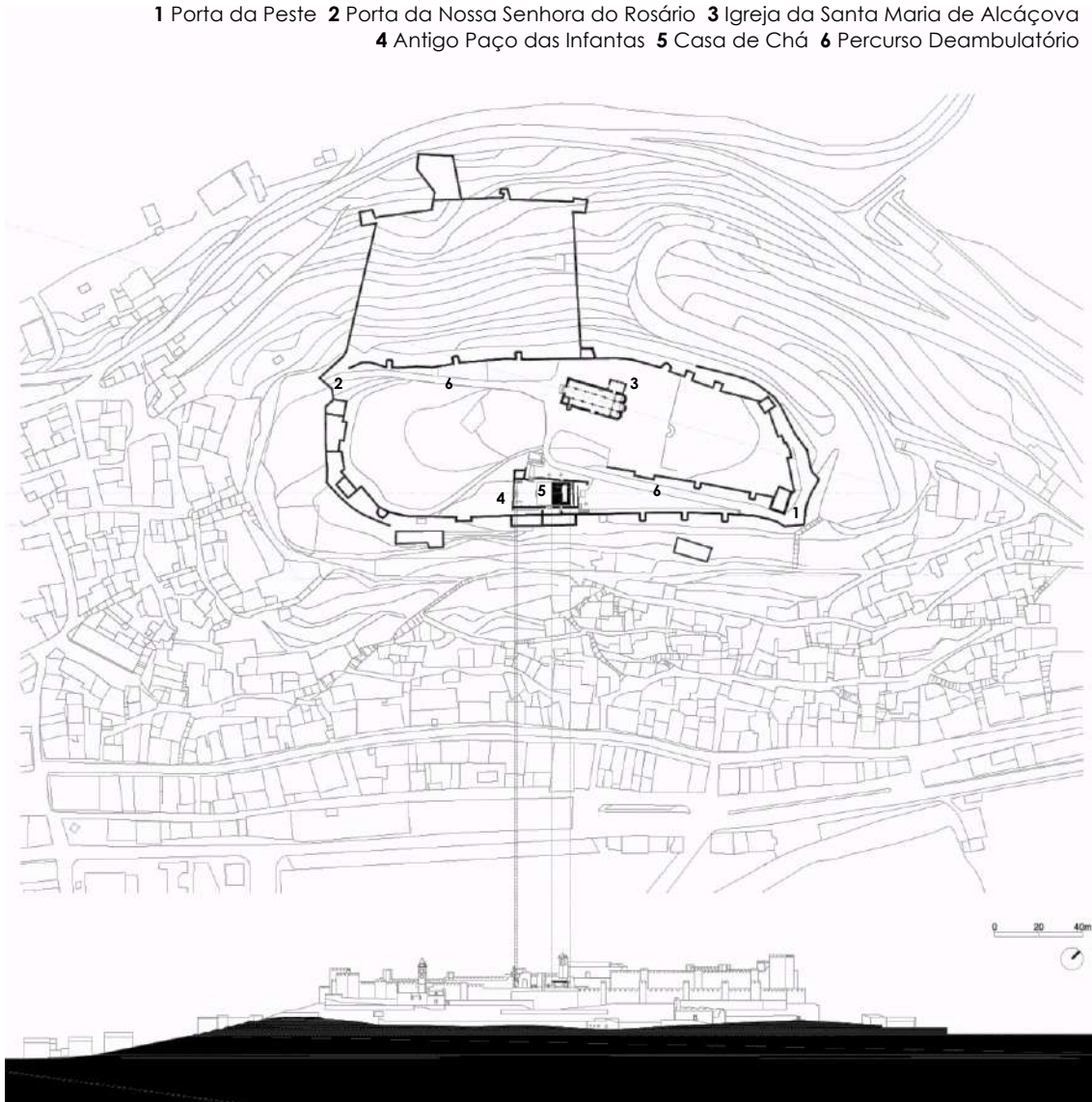


66

⁶⁵ Os planos verticais em vidro permitem uma permeabilidade visual, acentuando ainda a leveza do volume.

⁶⁶ Geométrico e destacado do solo, o volume prima pela leveza e inocuidade.

1 Porta da Peste 2 Porta da Nossa Senhora do Rosário 3 Igreja da Santa Maria de Alcáçova
4 Antigo Paço das Infantas 5 Casa de Chá 6 Percurso Deambulatório



67

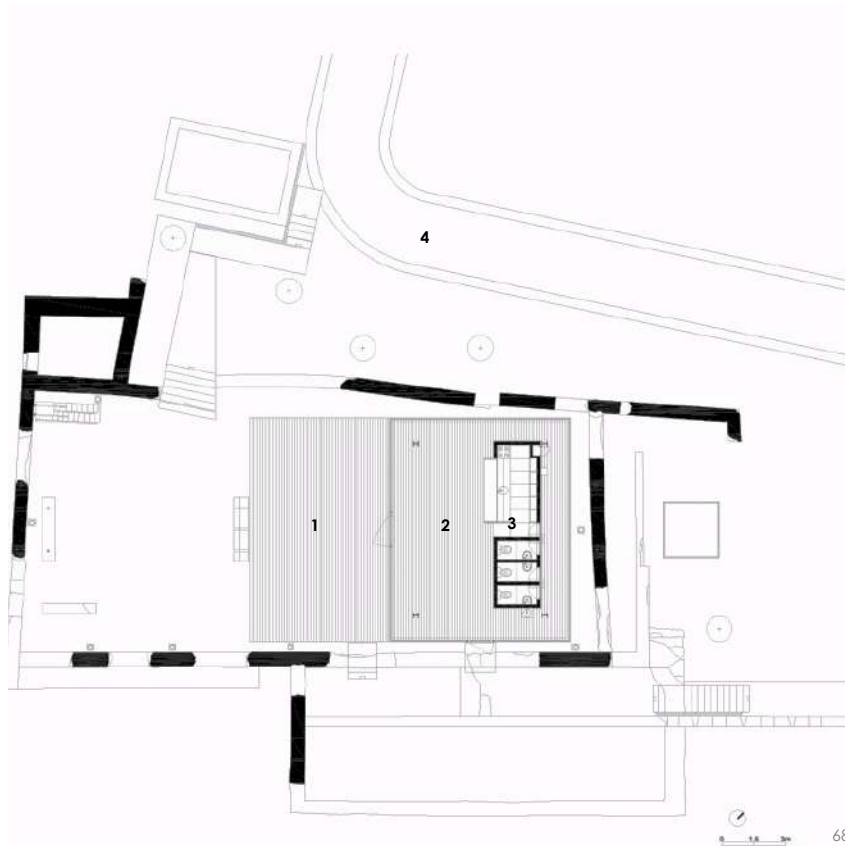
Localização da Casa de Chá no centro histórico de Montemor-o-Velho. 67

A proposta vencedora, de 1997 e concluída três anos depois, visou, assim, valorizar a paisagem envolvente e tirar partido do que restava do Paço das Infantas, passando a solução pela implantação de um programa simples no seu interior, traduzido num volume geométrico e inócuo de extrema leveza, e num espaço delimitado pelas ruínas que funcionam como um invólucro físico e conceptual. A forma sublima como é desvendada, através de escadas laterais de acesso que estabelecem uma ligação com o percurso deambulatório interior do Castelo, vai aos poucos expondo a Casa de Chá aos visitantes.

Numa clara alusão aos princípios da *Casa Farnsworth* de Mies van der Rohe, a construção consiste numa caixa de vidro, definida por dois planos horizontais (fig. 70 e 71), o do chão, elevado do solo, e do tecto, sustentados por quatro pilares em aço, de perfil H, os quais surgem recuados em relação aos planos verticais, onde se destaca a ausência de caixilho, numa solução que permite, dessa forma, diluir as fronteiras visuais entre o interior e o exterior.

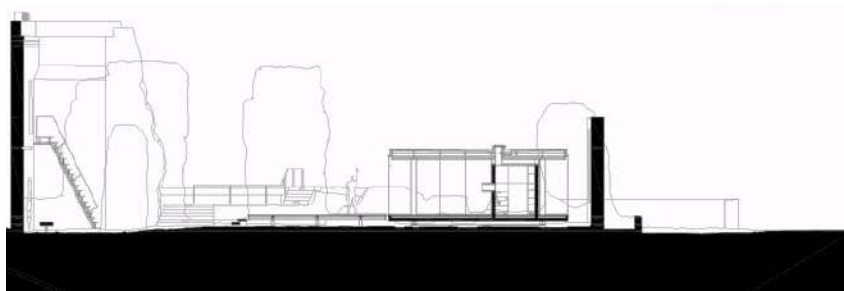
À semelhança do projecto de Mies, a entrada para a plataforma horizontal destacada do solo é assinalada pela escada frontal branca, de degraus leves e soltos, que conduz à zona de esplanada exterior, verificando-se, já no interior do edifício, que todas as zonas de serviço, como copa, arrumos e instalações sanitárias, estão configuradas num único bloco rectangular, fechado e central, separado dos planos verticais em vidro, contribuindo, desse modo, para a transparência e leitura desejada da Casa de Chá.

É ainda de destacar a materialidade dos elementos constituintes da obra, onde sobressaem a madeira e a cobertura em cobre, que ao mesmo tempo que se relacionam de forma cromática com a envolvente, em pedra e de tons acastanhados, ajudam a diferenciar o novo do antigo. Por último, a pontual escada, de degraus descontínuos (fig. 72), que surge agregada a um plano vertical em ruínas e nos transporta para um anterior vão do primeiro andar do Paço das Infantas, repõe simbolicamente a cota de um piso que já não existe e aumenta o carácter cénico da intervenção.



68

Terraço 1
Interior 2
Zonas de Serviço 3
Percurso 4
Deambulatório



69

Planta 68
Corte Longitudinal 69



70



71

70

71 O uso da madeira e cobre acentuam de forma cromática a relação da obra com a envolvente.



72



73

A escada que nos reporta para um anterior vão do Paço e aumenta o carácter cénico da intervenção.⁷²
As ruínas funcionam como um invólucro físico e conceptual.⁷³



2.4.3 CASA DA ESCRITA, COIMBRA

Também com a assinatura de João Mendes Ribeiro, a Casa da Escrita, situada na zona Alta de Coimbra, na proximidade da Torre do Antão, resulta de uma reconversão funcional e programática da Casa do Arco, outrora residência do escritor e poeta João Cochofel (1919-1982), inscrevendo-se num tecido urbano denso, de cariz maioritariamente habitacional, marcado por ruas estreitas e sinuosas, de matriz medieval no centro histórico da cidade.

Premiado em 2011 com o prémio *Diogo Castilho*, o projecto, iniciado em 2004 e concluído em 2010, debruçou-se sobre um edifício composto por três pisos – contemplando um sótão e um jardim - que tem a particularidade de ser atravessado no piso térreo pela Rua do Loureiro (fig. 74) - assumindo a intervenção, uma vez mais, um forte carácter cénico que é, aliás, uma constante no trabalho desenvolvido pelo arquitecto.

Este relacionar da arquitectura com a memória nasce de uma conciliação exemplar dos valores simbólicos e patrimoniais com os novos requisitos técnicos e de conforto e flexibilidade que uma nova adequação programática com vista a uma reutilização contemporânea exige.

“A importância da casa na vida cultural da cidade, como lugar de memória indissociável da escrita literária portuguesa do séc. XX, tornaram-na lugar de eleição para a criação de um espaço polivalente capaz de albergar vários conteúdos e actividades relacionadas com a escrita, conciliando a história e o simbolismo da preexistência com os actuais requisitos de conforto e flexibilidade.” (Pedro, 2011: 48)



74



75

74 Vista do alçado Poente e Rua do Loureiro, que atravessa e divide o edifício no piso térreo.
75 Vista da Biblioteca.



76



77

Vista do Espaço Expositivo. ⁷⁶
Vista do Arquivo Activo. ⁷⁷

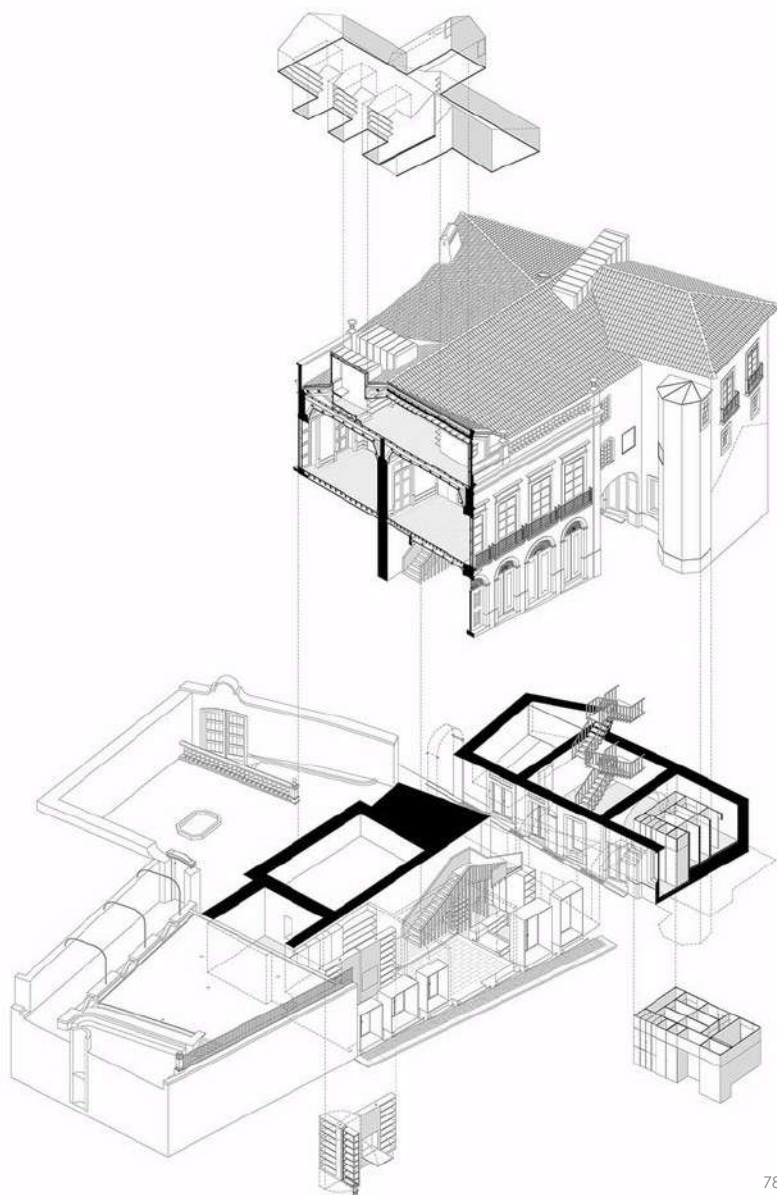
Nesse sentido, o arquitecto materializou a flexibilidade através de uma depuração formal dos espaços, legitimando-os para novos usos e interpretações, sem perder, no entanto, a referência espacial original e a atmosfera de conforto e intimidade intrínseca à antiga habitação. Assim, a complexidade orgânica existente na distribuição e circulação entre os amplos espaços interiores foi mantida, conservando e assumindo claramente uma sobreposição entre zonas públicas e privadas e tornando, os mesmos, flexíveis e versáteis para novas apropriações funcionais e atividades ligadas à escrita, uma vez que o novo programa é constituído por uma Residência Temporária Artística para Escritores, um Atelier de Escrita e um Arquivo Activo.

Contudo, em resposta aos novos requisitos funcionais e programáticos, foi necessária a introdução, na estrutura orgânica verificada, de um sistema racional de acessos e comunicações verticais, bem como de espaços de serviço e infra-estruturas técnicas, as quais, juntamente com a demolição de um acrescento efectuado nos pisos superiores do torreão da ala Sul, constituem as principais alterações ao antigo edifício.

A entrada principal, situada na Rua João Jacinto, efectuada através do piso térreo da ala Norte e destacada pela escada em madeira de estrutura visível, inclui à sua direita a recepção e à sua esquerda a livraria, cuja configuração assente no uso de estantes rotativas permite a transformação da mesma num espaço de diferentes características, como, por exemplo, uma sala expositiva.

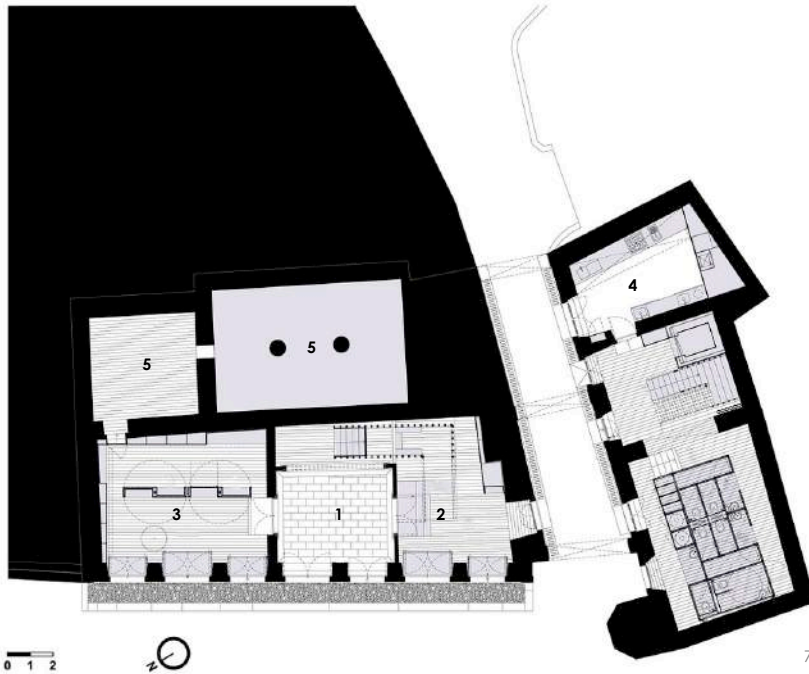
Ainda no piso térreo, na ala Sul, o acesso directo à Rua do Loureiro, que atravessa o edifício e o divide, a esta cota, em dois, foi mantido, funcionando o mesmo como entrada para a Residência Temporária. Nessa ala recolocou-se a cozinha, que antes se situava no piso superior, introduziram-se os novos acessos verticais, escadas e elevador, e compactou-se instalações sanitárias e técnicas num único volume independente, construído integralmente em madeira.

No piso superior, na ala Norte, localizam-se os salões do séc. XIX, através dos quais se acede aos jardins, espaços que mantiveram a sua configuração geral mas foram reocupados por zonas de leitura e trabalho, como biblioteca (fig. 75) e auditório, de exposição e sala polivalente (fig. 86), tendo sido estas divisões recuperadas e uniformizadas através da pintura integral a branco de paredes, rodapés, lambris em madeira e tectos existentes, direccionando o protagonismo para as peças de mobiliário existentes, em conjunto com o piso em madeira e o mobiliário de autor criteriosamente

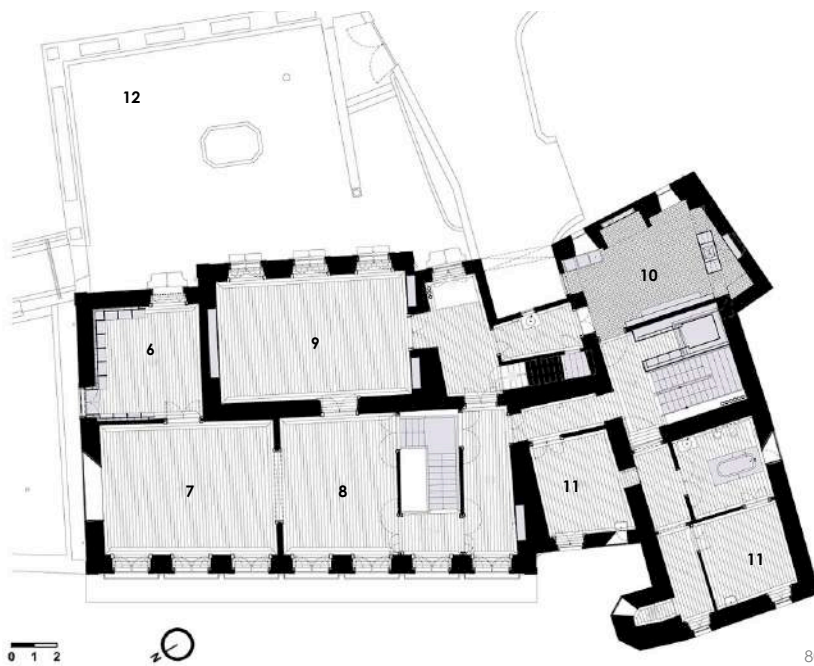


78

Diagrama tridimensional da Casa da Escrita.⁷⁸



79

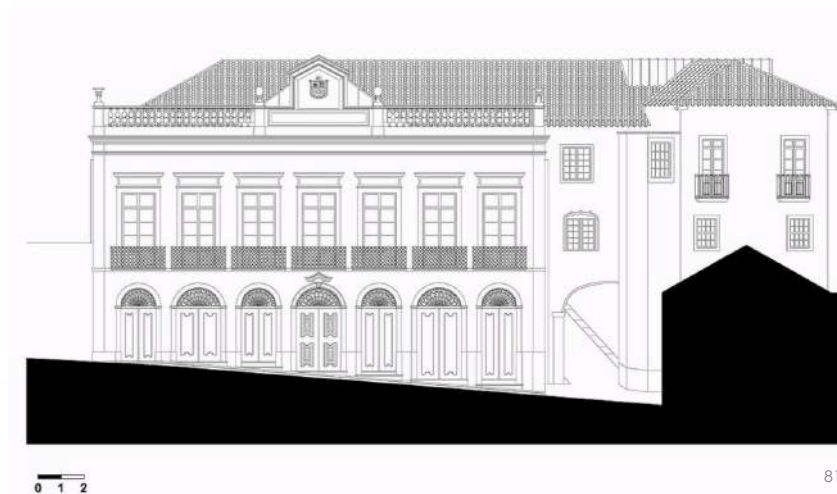


80

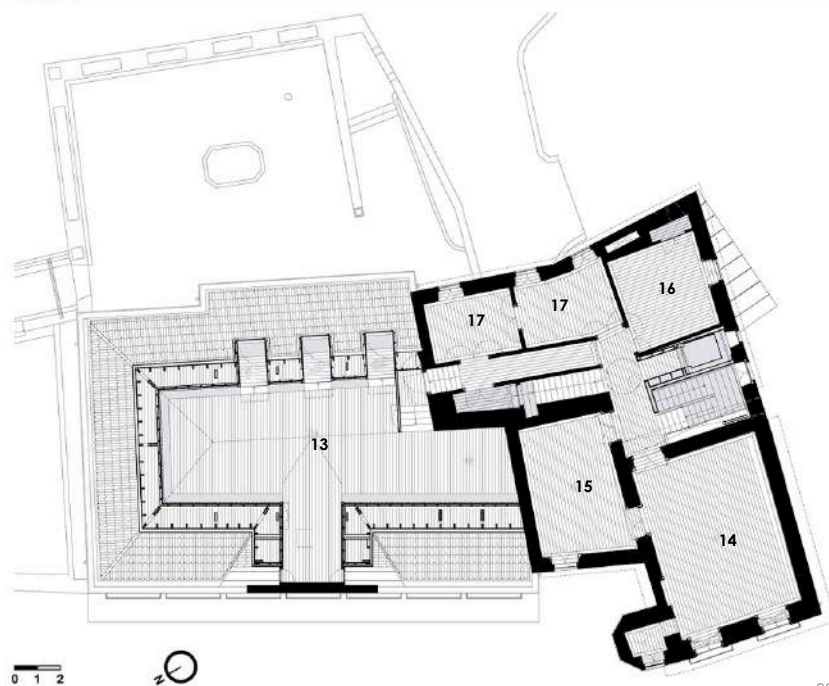
- 1 Átrio Principal
- 2 Recepção
- 3 Livraria
- 4 Cozinha
- 5 Arrumos
- 6 Biblioteca
- 7 Auditório
- 8 Sala Polivalente
- 9 Sala Expositiva
- 10 Sala de Trabalho
- 11 Quarto
- 12 Jardim

79 Planta Piso 0

80 Planta Piso 1



81



Arquivo Activo **13**
Sala de Leitura **14**
Quarto Pesquisa Literária **15**
Sala de Reuniões **16**
Sala de Administração **17**

82

Alçado Poente ⁸¹
Planta Sótão ⁸²

selecionado. Uma solução que se estende transversalmente por toda a Casa da Escrita permitindo a criação de um ambiente acolhedor e luminoso que nos reporta para o conforto e intimidade de uma habitação (fig. 83).

Na ala Sul, nas salas de menores dimensões, inclui-se o restante programa da Residência Temporária, nomeadamente um quarto com casa de banho e uma sala de trabalho que pode ser convertida num quarto adicional.

Por último, o espaço do sótão foi ocupado com uma única sala que desenha o Arquivo Activo (fig. 77), onde sobressaem três nichos de consulta e leitura individual de documentação (fig. 85), correspondentes a três novas mansardas na cobertura (fig. 84).

A ala Sul do mesmo piso contempla o restante programa do edifício, composto por salas de leitura para a realização de eventos, serviços administrativos e salas de reuniões, e ainda uma sala de pesquisa literária.



83



84

Vista do Arquivo Activo. ⁸³
Vista do alçado Nascente, com destaque para as mansardas na cobertura. ⁸⁴



85



86

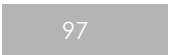
85 Nicho de consulta e leitura individual de documentação.

86 Vista da Sala Polivalente e Auditório ao fundo.

**III. CASO DE ESTUDO:
INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE AMARANTE**



3.1 ENQUADRAMENTO E ANÁLISE TERRITORIAL



3.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL E GEOGRÁFICA

Pertencente ao Distrito do Porto, tradicionalmente designado como núcleo da província do Douro Litoral, região Norte (NUTS II) e sub-região do Tâmega e Sousa (NUTS III), o concelho de Amarante, no qual a cidade de Amarante naturalmente se insere, totaliza aproximadamente, de acordo com os dados fornecidos pelo INE em 2013, 55.424 habitantes, representando 2.7% da população do distrito e 1.54% da população da região Norte.

Com 301,33km², o concelho representa cerca de 12.6% da área geográfica total do distrito, que perfaz 2.395km², e uns escassos 1.5% da área da região Norte, correspondentes a 21.278km². Comparativamente à sub-região do Tâmega e Sousa, o mesmo representa 11.5% de uma área que contabiliza no total 2.629km².

Apresentando uma densidade populacional a rondar os 183,52 habitantes/km², o concelho de Amarante encontra-se dividido em 26 freguesias, tendo os seus limites territoriais definidos a Norte, pelo município de Celorico de Basto, a Nordeste, por Mondim de Basto, a Este, por Vila Real e Santa Marta de Penaguião, a Sul, por Baião, Marco de Canaveses e Penafiel, a Oeste, por Lousada e, a Noroeste, por Felgueiras, assumindo uma posição central e estratégica na região.

Considerando a Comunidade Intermunicipal da sub-região do Tâmega e Sousa (NUTS III), confronta, ainda, a Norte, com as comunidades intermunicipais do Ave e do Alto Tâmega, a Este, com o Douro, a Sul, com a comunidade Dão-Lafões e, a Oeste, com a Área Metropolitana do Porto, dominando a sub-região em área mas ocupando, a nível populacional, apenas o quarto lugar da mesma, depois de Penafiel (72.265 habitantes), Felgueiras (58.065 habitantes) e Paços de Ferreira (56.340 habitantes), numa sub-região que é de resto composta pelos restantes concelhos de Paredes, Lousada, Celorico de Basto, Marco de Canaveses, Baião, Resende, Cinfães e Castelo de Paiva.



87



88

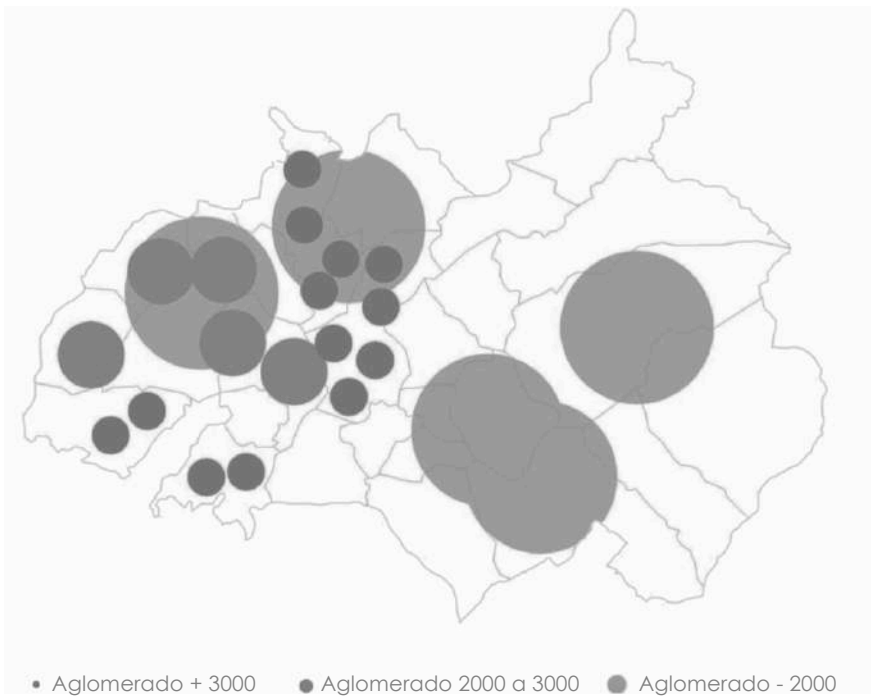


89

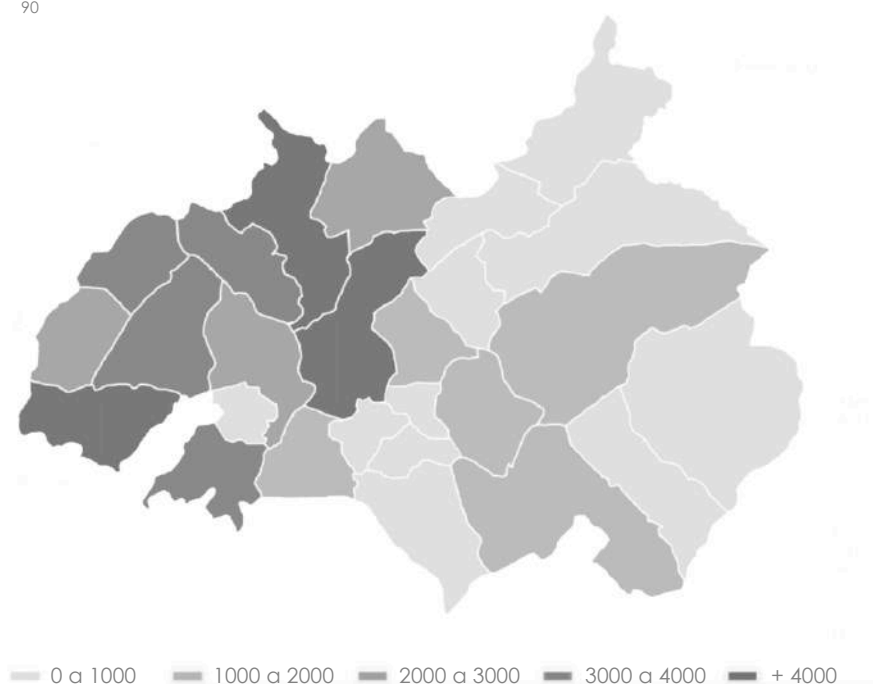
Localização do Concelho de Amarante na Sub-Região do Tâmega e Sousa. ⁸⁷

Localização do Concelho de Amarante em Portugal Continental. ⁸⁸

Localização do Concelho de Amarante no Distrito do Porto. ⁸⁹



90



91

⁹⁰ Aglomerado Populacional no Concelho de Amarante.

⁹¹ Habitantes por Freguesia no Concelho de Amarante.

As características naturais e morfológicas do terreno acabam por ditar as principais dinâmicas do concelho, onde se destaca indubitavelmente o rio Tâmega, responsável pelo recorte geográfico do território e pela divisão dual e contrastante entre margens Oeste e Este do mesmo.

Verificamos, assim, que a margem Oeste do rio Tâmega, mais dinâmica, se encontra mais povoada e apresenta um maior conjunto de equipamentos e serviços, fruto de uma maior proximidade às grandes áreas urbanas do litoral, por oposição à margem Este, mais próxima da Serra do Marão e notoriamente rural, caracterizada por um maior distanciamento e isolamento geográfico das suas freguesias.

Tomando como espaço temporal os anos compreendidos entre 2001-2013, a população residente no concelho diminuiu 7,06% nesse período, passando de 59.638 habitantes em 2001 para 55.424 habitantes em 2013, demonstrando uma tendência para a desertificação do território.

Este decréscimo populacional também é verificado no centro histórico de Amarante, que apresentava, em 2001, 1634 habitantes, por oposição aos 1373 verificados dez anos mais tarde, representando uma diferença significativa de 16%. Um decréscimo que se traduziu no aumento de edifícios desocupados e, conseqüentemente, degradados.

Esta tendência não se limitou ao concelho de Amarante, tendo a mesma sido verificada nos restantes concelhos da sub-região do Tâmega e Sousa, região Norte e um pouco por todo o país no geral, fruto, por certo, dos fenómenos emigratórios e migratórios nacionais, do interior para o litoral e para cidades de maior dimensão. Como consequência, da faixa etária compreendida entre os 15 e os 24 anos, e tendo como comparação novamente os Censos realizados em 2001 e 2011, Amarante perdeu 25,4% de indivíduos pertencentes a este grupo. Algo que não se restringe apenas ao concelho mas que, embora sendo inferior às percentagens observadas na região Norte e restante país, levanta evidentes preocupações.

Relativamente à formação Pós-secundária e/ou Superior, o concelho segue as propensões verificadas no restante país e apresenta, também, um aumento de indivíduos instruídos.

Do ponto de vista cultural, Amarante surge como um núcleo fortemente artístico, de onde se destacam as componentes literárias e as artes plásticas, tendo como nome maior o pintor Amadeo de Souza-Cardoso, apresentando, porém, uma grande

potencialidade de maior crescimento e desenvolvimento nesse campo, uma vez que, embora pesem algumas iniciativas, essa vertente se encontra pouco explorada naquilo que é a dinamização e valorização do seu património.

Não podemos deixar de referir, no entanto, alguns edifícios que procuram promover, ainda que de uma forma superficial, a vertente cultural da cidade, como a Centro Cultural, o Museu Amadeo de Souza-Cardoso (fig. 92), localizado no Convento de São Gonçalo e a Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, instalada na Casa da Cerca num terreno correspondente à implantação do antigo convento de Santa Clara, cujas reconversões são da autoria do arquitecto Alcino Soutinho e, por fim, o Cineteatro de Amarante.

Este último imóvel, construído em 1947 e adquirido pelo Município em 2000 após vários anos de inactividade, é o rosto maior de um défice na aposta cultural, apesar de existir um projecto, de 2011 e vencedor de um concurso público internacional, do arquitecto Carlos Prata para a requalificação do mesmo (fig. 93). Contudo, o projecto inicial, a pedido da autarquia, sofreu alterações com o objectivo de baixar o seu custo de construção. Uma nova versão foi entregue à Câmara Municipal no primeiro trimestre de 2017, apresentando uma redução na ordem dos 50% ao estipulado previamente (de 7 milhões para 3 milhões e 600 mil euros), não havendo ainda certezas de quando a obra poderá avançar. Estamos, portanto, a falar, no mínimo, de um período de quase duas décadas desde a compra do imóvel até à, eventual, materialização da requalificação.

Por último, num tópico referente a acessibilidades e mobilidade, nomeadamente a infraestruturas viárias, o concelho de Amarante apresenta uma condição favorável no contexto regional, ao ser servido pela Autoestrada A4 (Matosinhos-Amarante) e pelo Itinerário Principal IP4 (Amarante-Quintanilha). Vias que são complementadas pelas Estradas Nacionais EN15 (Porto-Bragança) e EN101 (Valença-Mesão Frio). O mesmo é ainda servido por várias Estradas Municipais que estabelecem a ligação entre as suas localidades, verificando-se uma maior afluência das mesmas na margem Oeste.

Quanta a infraestruturas férreas, o concelho já apresentou melhores condições, sendo esta via praticamente inexistente nos dias correntes, limitando-se a sua extensão até Vila Meã. Após ter servido o centro do concelho, valorizando o seu potencial industrial, a mesma caiu em desuso e acabou por ser suspensa para obras e mais tarde, em 2011, parcialmente desativada.



92



93

Museu Amadeo Souza-Cardoso. ⁹²
Proposta do arquitecto Carlos Prata para a recuperação do Cineteatro. ⁹³

Os transportes colectivos dentro da cidade de Amarante e na ligação do mesmo às periferias é, também, praticamente inexistente, devido à pequena escala do seu centro e à dispersão urbana verificada, situação que conduz a população a uma dependência automóvel acentuada.

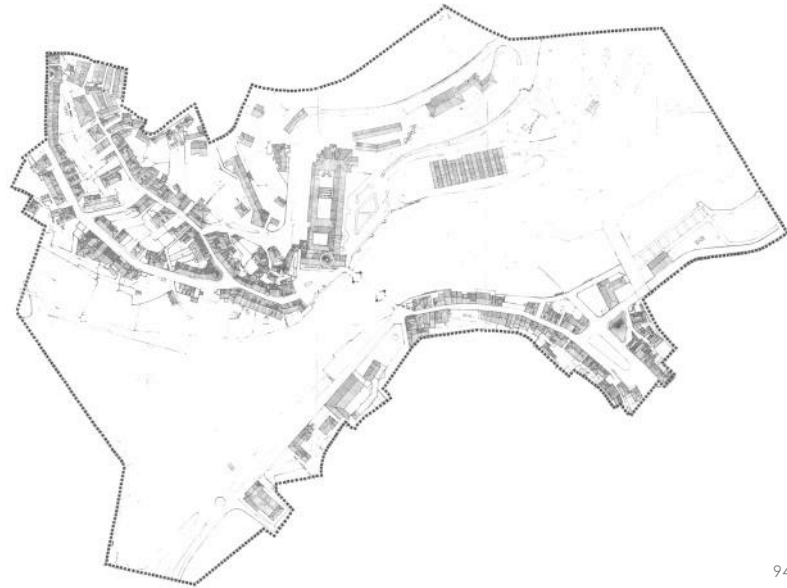
3.1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E URBANA

Acredita-se que por volta do ano 1250, um povoado chamado Amarante, ao qual deve o seu nome, possivelmente, pela sua localização "ante-Marão" (antes do Marão) ou a um general romano chamado Amarantus, surgiu na margem Oeste do rio Tâmega e mais a Poente do actual centro histórico da cidade que hoje conhecemos.

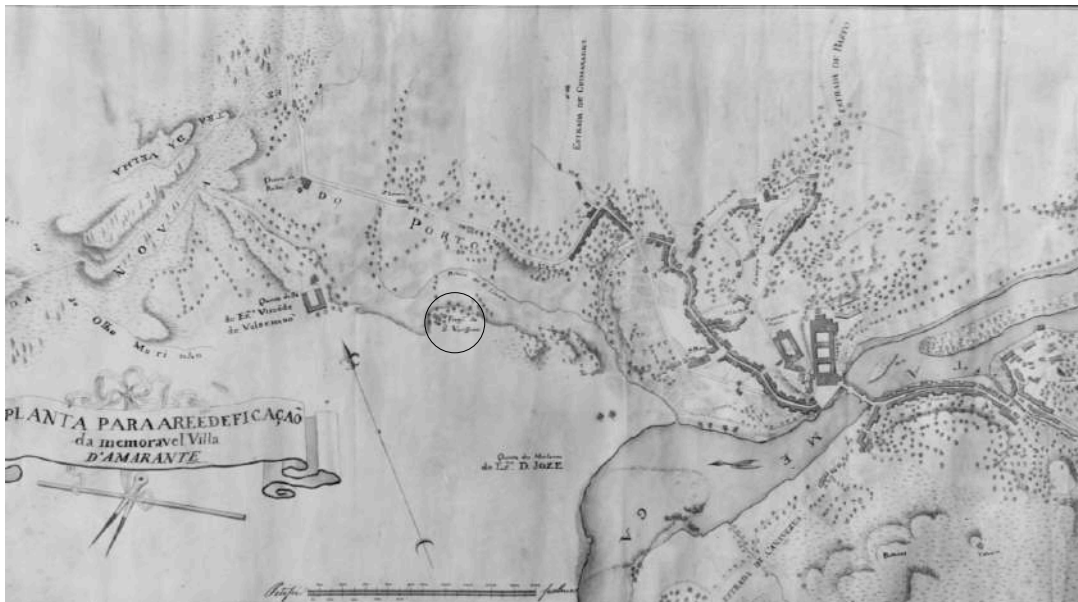
O assentamento populacional nesse local, de onde resta a Igreja de S. Veríssimo (fig. 95), testemunho dessa fixação humana, estaria ligada a um fundamental Eixo Romano nas suas imediações, que estabelecia ligação entre importantes cidades, como Braga, Guimarães, Porto, Lamego e Viseu relacionando-as do ponto de vista político, económico e religioso, e a características morfológicas do terreno mais favoráveis, nomeadamente uma topografia menos acidentada, campos férteis, fruto da irrigação de vários ribeiros adjacentes, e proximidade ao Rio Tâmega, o qual apresenta nessa área um alargamento do seu caudal o que tornaria a travessia do mesmo mais acessível.

Não obstante, julga-se que o primeiro edifício erguido nos limites do actual centro histórico da cidade, tenha sido a Albergaria do Covelo do Tâmega, no séc. XII, por ordem da Rainha D. Mafalda, esposa de D. Afonso Henriques, destinando-se o mesmo a atender as necessidades dos viajantes e peregrinos da rota de Santiago de Compostela que à data atravessariam a região.

Deste modo, crê-se que a Albergaria, aliada, mais tarde, e também por volta de 1250, à construção (ou reconstrução, acreditando-se na existência primitiva de uma ponte Romana no mesmo local) da Ponte de São Gonçalo, por parte do beato de mesmo nome, facilitando a travessia, tenha sido o embrião que ditou uma mudança na fixação da população que se viria a estabelecer, ao longo do séculos seguintes, nas margens mais íngremes do rio Tâmega e naquele que é hoje considerado o centro histórico da cidade.



94



95

Delimitação do Centro Histórico de Amarante. Plano Pormenor Municipal '94. ⁹⁴
Plano para Reedificação de Amarante em 1809 e localização da Igreja de S. Veríssimo. ⁹⁵

Gonçalo de Amarante, que ali se fixou depois de peregrinar por Roma e Jerusalém, viria a tornar-se um ícone para a cidade e região, trazendo importância e visibilidade à mesma ao operar vários milagres e ao ganhar a fama de "casamenteiro". Já no séc. XVI, por volta de 1540, sob a ordem do Rei D. João III e da sua esposa D. Catarina de Áustria, é mandado erguer, no sítio da ermida onde S. Gonçalo viveu e terá sido sepultado, um Mosteiro e Igreja, em honra do mesmo, que até aos dias de hoje se tornaram também símbolos e marcos importantes da cidade de Amarante e que contribuíram, inevitavelmente, para o progresso da mesma.

De um ponto de vista mais primitivo, podemos apenas mencionar os indícios de povos que terão habitado a região na Idade da Pedra e posteriormente na Idade do Bronze e época Romana, ainda que não seja possível precisar onde tais se poderão ter fixado, acreditando-se, porém, que os mesmos se tenham dispersado mais pelo território e serras envolventes, nomeadamente na Serra da Abobadeira.

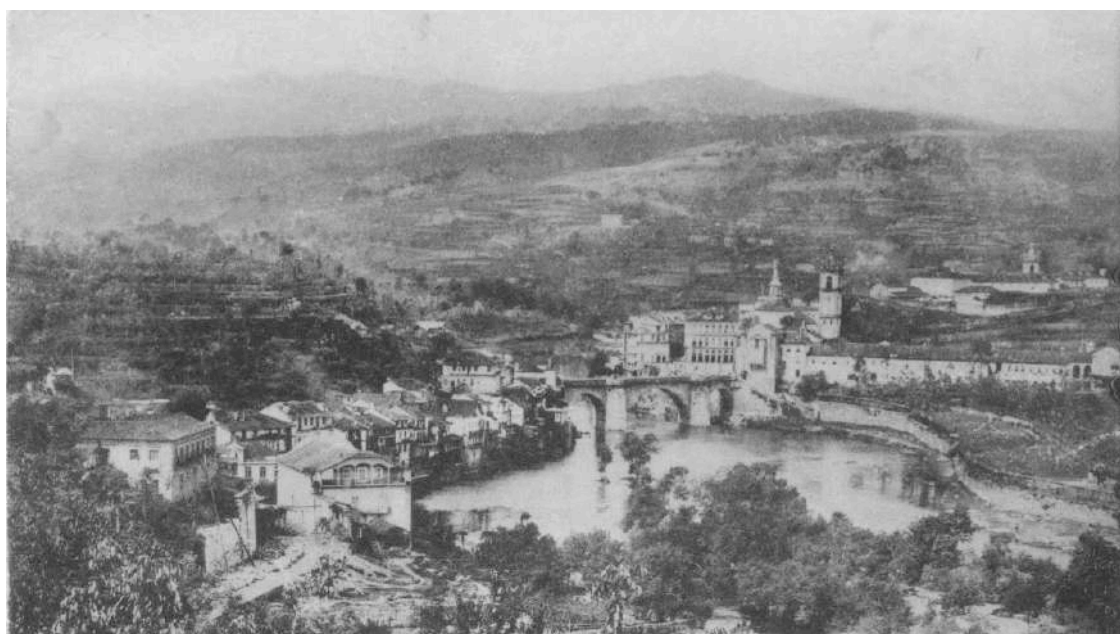
À data de 1809, após as Invasões Francesas que passaram por, e devastaram a, ainda, vila, Amarante apresentava, e também de acordo com o plano para a sua reedificação (fig. 95) uma malha urbana pouco densificada mas singular, devido a um desenho linear configurado pelas ruas de São Pedro, actual Rua Teixeira de Vasconcelos, de São Gonçalo, actual Rua 5 de Outubro, e do Covelo, actual Rua 31 de Janeiro, que confluíam de ambas as margens do Rio Tâmega para a Ponte de São Gonçalo. Ruas relativamente estreitas e de traçado sinuoso e irregular que configuravam um eixo viário tradicional, ditando um desenvolvimento urbanístico ao longo do mesmo, e que estabeleciam a ligação das zonas Entre-Douro-E-Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro.

Uma organização linear visível não só ao nível do conjunto habitacional como também dos equipamentos e serviços que se inseriam à face das ruas referidas, destacando-se as características da casa urbano tradicional ainda hoje existentes – a casa nobre, de construção horizontal e baixa, com rés-do-chão e andar nobre, frequentemente brasonada e a casa estreita, de construção vertical e alta, com vários andares e vãos e varandas voltados à rua.

Dentro deste segundo tipo de habitação verificam-se algumas variações, nomeadamente as em pedra, visíveis nas molduras dos vãos, sobressaindo ainda o último andar em tabique e, por norma, a sua varanda, em ressalto sobre falsa cornija ou em avanço à rua, ocupando a totalidade da largura da fachada com gradeamentos em ferro ou balaustradas de madeira pintada.



96



97

Novo eixo viário, a Rua Cândido dos Reis.⁹⁶
Postal ilustrado de Amarante por volta de 1900.⁹⁷

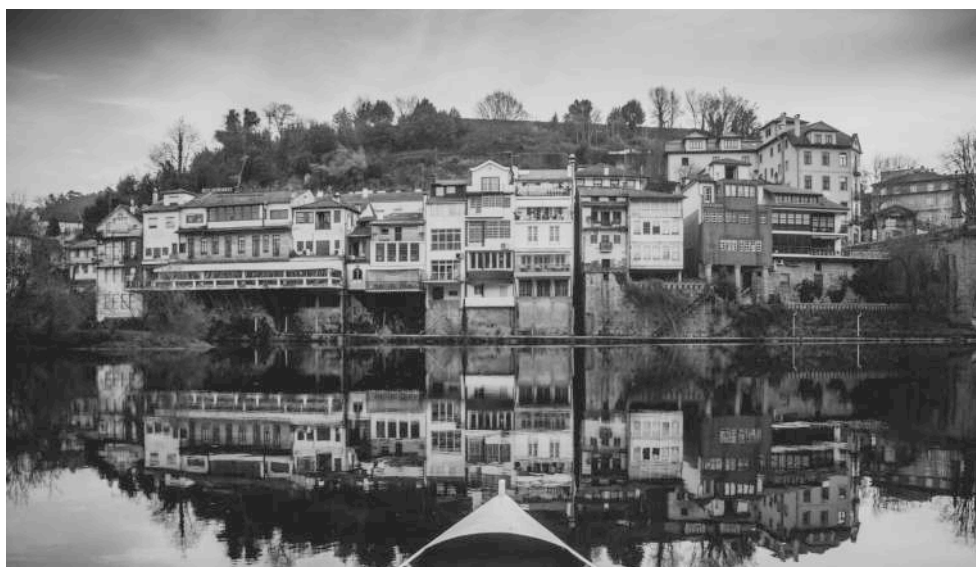
De acordo com o mesmo plano é ainda de ressaltar, apesar da clara importância da rua no desenho da cidade, o aparecimento dos primeiros espaços de estar e de permanência, como largos e praças, sendo que alguns ainda se mantêm na actual malha urbana e configuram importantes papéis nas dinâmicas da cidade, nomeadamente o Arquinho, à data zona de entrada na vila através da Estrada do Douro, o Largo de São Gonçalo, ponto religioso, de culto e de trocas comerciais, a Alameda Teixeira de Pascoaes, o Largo de São Pedro, o Largo de Santa Luzia, onde se insere o Solar dos Magalhães, e o Campo da Feira.

É ainda observável a proposta de abertura de um novo eixo viário, a actual Rua Cândido dos Reis (fig. 96), com o intuito de ligar a Rua de São Gonçalo, actual 5 de Outubro, ao Largo de Santa Luzia. Eixo esse, mais largo e com maior salubridade, que evoluiu e tornou-se de extrema importância na configuração da cidade ao assumir um importante papel no comércio e atraindo, conseqüentemente, uma maior movimentação e fluxo de bens e pessoas. Facto que de resto, e com a acção do tempo, levou a uma significativa desertificação habitacional e comercial da Rua de São Pedro, actual Teixeira de Vasconcelos, mais estreita e sinuosa, outrora uma das vias de maior vitalidade de Amarante.

Em 1960 urgia desviar o trânsito pesado do centro da cidade e da Ponte de São Gonçalo, único elemento que, até então, permitia a travessia do rio Tâmega naquela zona. Nesse sentido, com o intuito de descongestionar o centro histórico de Amarante, iniciou-se um planeamento para a construção de uma nova ponte, cujas obras, após local definido, viriam a arrancar em 1965 e a estar concluída dois anos mais tarde. A nova ponte, aliada à construção de vários equipamentos e serviços, como um novo hospital, o Palácio da Justiça e várias escolas, ditaram uma transformação na cidade e nas suas dinâmicas ao incrementar exponencialmente o aglomerado urbano sobretudo nas coroas periféricas, fruto dos princípios do Movimento Moderno. Estas alterações na malha urbana ditaram um *boom* construtivo do parque habitacional e uma mudança nos costumes da população que, já em 1988 e, mais tarde, em 1995, viu a comunicação e a relação com o polo regional de Vila-Real e com a área metropolitana do Porto facilitada, fruto, respectivamente, da inauguração do Itinerário Principal IP4 e da Auto Estrada A4



98



99

Vista da margem Oeste, com destaque para a Igreja de S. Gonçalo ao centro.⁹⁸
Conjunto edificado da margem Este visto do rio Tâmega.⁹⁹



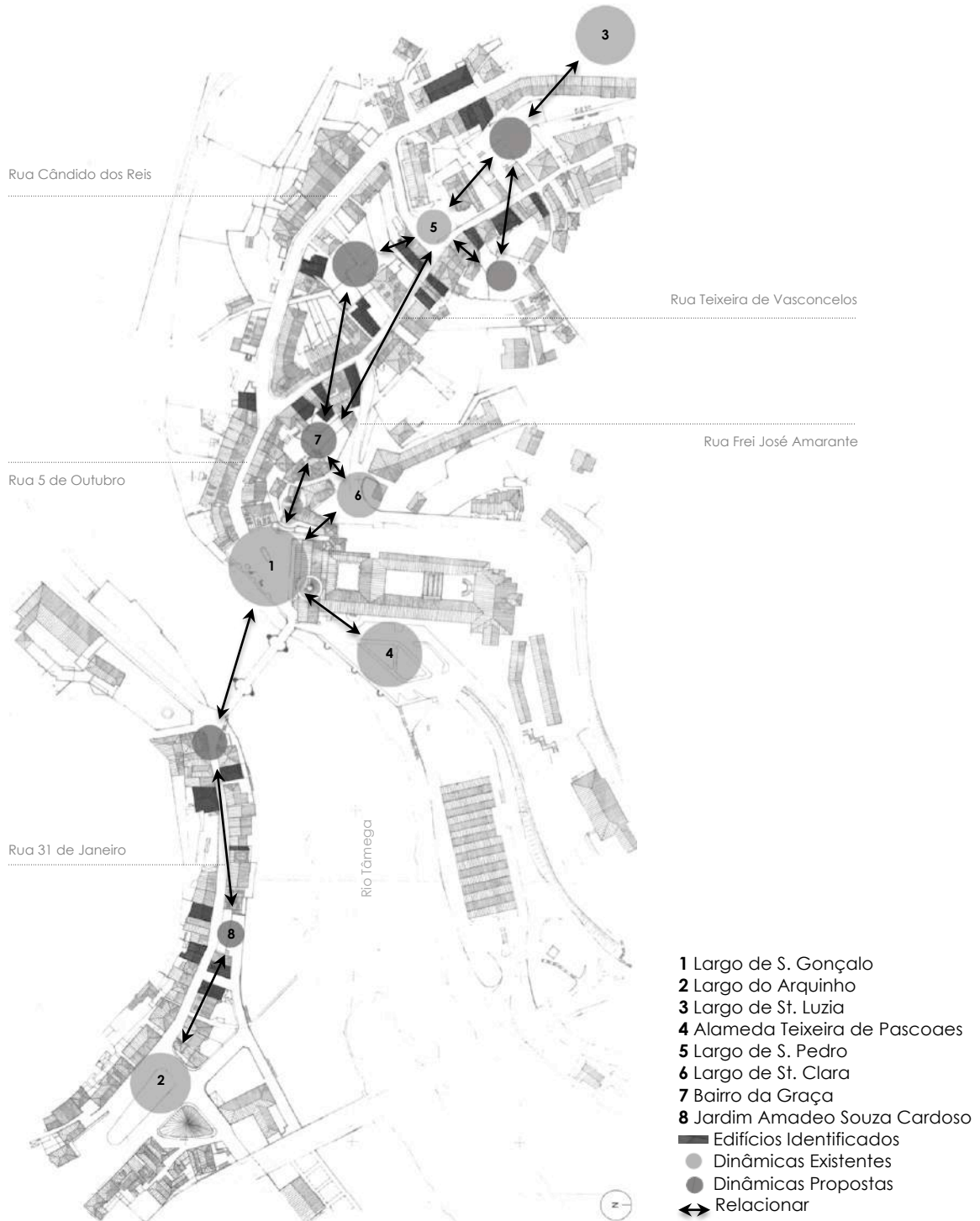
3.2 ESCALA DO CONJUNTO

Embora tenhamos sentido carências que, perante a pluralidade de questões que se colocam quando tratamos de intervenções em núcleos históricos e face aos problemas decorrentes da análise territorial desenvolvida sobre o centro histórico de Amarante, apenas uma equipa multidisciplinar seria capaz de solucionar, procuramos, de acordo com os conhecimentos adquiridos ao longo da presente investigação, elaborar uma estratégia geral interventiva sobre o local referido que promovesse a sua dinamização e revitalização funcional e, conseqüente, reintegração na cidade.

As primeiras intenções projectuais pretenderam, desde cedo e após várias visitas ao local, responder a dois problemas principais identificados e que, aliás, tendem a mostrar-se transversais às zonas históricas: a desertificação, derivada da falta de estímulos sociais e culturais, incentivos à residência e de uma maior tendência para o comércio e turismo, e a conseqüente degradação de grande parte do conjunto edificado, fruto da fraca ou inexistente manutenção do mesmo.

Deste modo, numa primeira fase de intervenção, começámos por definir uma estratégia geral e abrangente, assente nos pressupostos da *Acupuncture Urbana*, relativa à requalificação e revitalização do centro histórico de Amarante, que se reproduzisse sobre o edificado que se impõem de modo negativo no local, nomeadamente edifícios devolutos e em mau estado conservativo, procurando dar resposta às suas necessidades, Traduzindo-se o mesmo em possíveis intervenções cirúrgicas e pontuais de pequena escala, premiamos, ainda, a relação destas com o espaço público contíguo, numa clara intenção de valorizar o património edificado existente e identitário do lugar.

Como resultado dessa primeira abordagem, numa escala de conjunto, identificamos ao longo das ruas 31 de Janeiro, na margem Este, e Teixeira de



100

100 Primeiras Intenções.

Vasconcelos e Cândido dos Reis, na margem Oeste do rio Tâmega, um total de vinte e seis edifícios passíveis de intervenção, composto, tal como pretense, por unidades unicamente devolutas e em mau estado conservativo (fig. 100). Do conjunto identificado, verificamos que a Rua Teixeira de Vasconcelos, de perfil estreito e sinuoso, apresenta o maior número de edifícios degradados, justificados por uma mudança comercial e residencial, ao longo dos anos, para a Rua Cândido dos Reis, de maior salubridade e perfil amplo, a qual ditou uma acentuada desertificação. É observável, ainda, ao longo da Rua Teixeira de Vasconcelos, vários solares e casas brasonadas, tratando-se da mesma uma das artérias mais antigas da cidade.

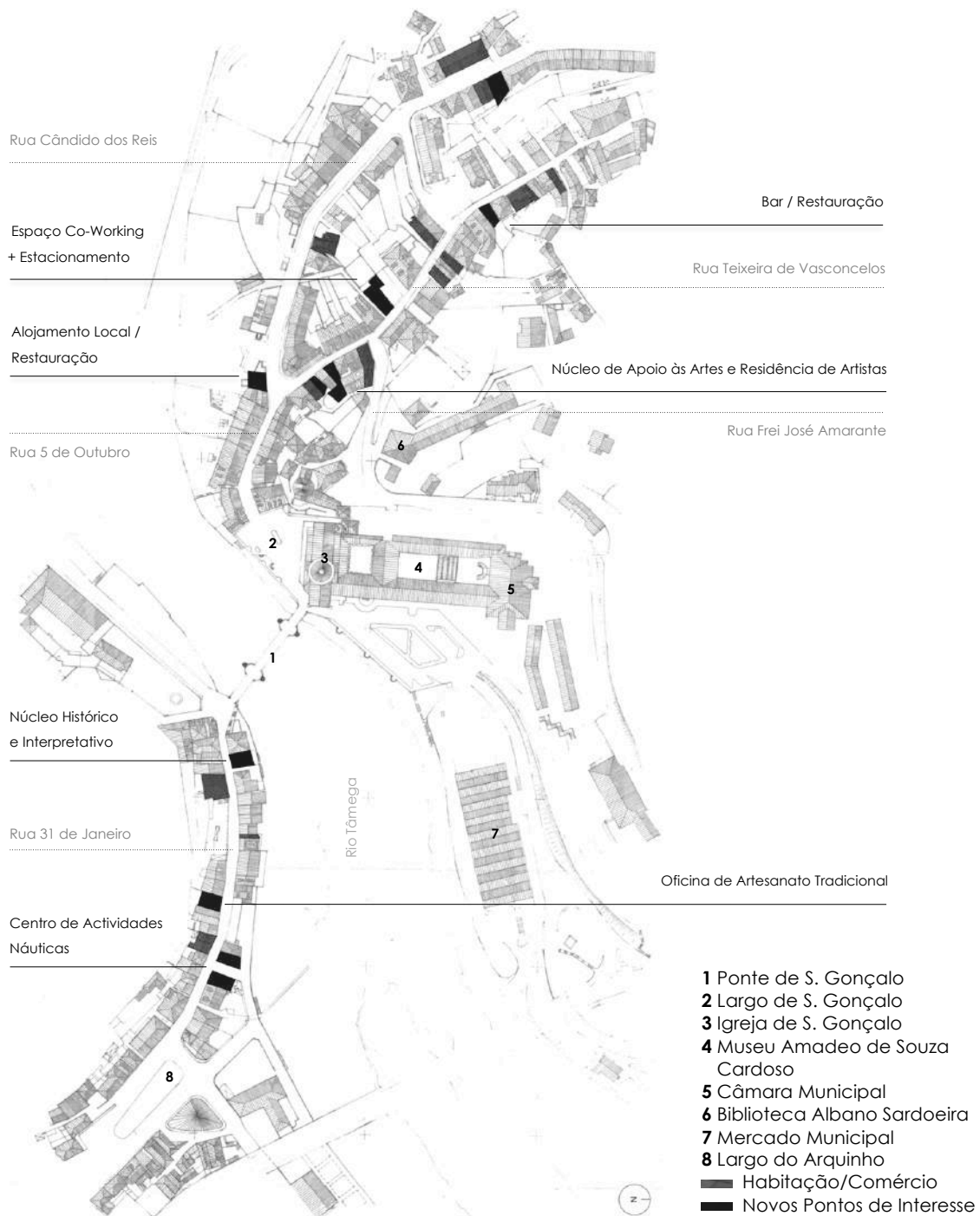
Por oposição, a Rua 5 de Outubro, unicamente pedonal, apresenta um conjunto edificado em bom estado, com uma ocupação e utilização elevada, consequência de um cuidado estético dado sua proximidade ao Largo, Igreja e Ponte de S. Gonçalo, marcos importantes na cidade e na sua imagem.

Na margem contrária do Rio Tâmega, verificamos que a Rua 31 de Janeiro, também uma das mais antigas da cidade e a mais fustigada pelas cheias devido à sua cota mais baixa, apresenta, igualmente, vários edifícios carentes de intervenção. Contudo, representa uma forte aposta no sector terciário devido à importante ligação que estabelece entre o Largo do Arquinho e a Ponte de S. Gonçalo, tornando-a num local de obrigatória passagem.

Assinalamos, ainda, os largos presentes e a importância que estes assumem nas dinâmicas sociais existentes, e o vital relacionamento destes com os novos elementos propostos, em uma procura de novas sinergias e vivências colectivas.

Dada a flexibilidade da intervenção no plano geral idealizado, onde urgiu primariamente identificar os pontos mais críticos e problemáticos, mas com potencialidades de regeneração urbana, reconhecemos que a recuperação vivencial e habitacional deste núcleo, de modo a se expandir e contagiar os edifícios e zonas públicas contíguas e a atrair a população, passaria pela criação de novos pontos de interesse que aumentassem e promovessem a sua vitalidade, relacionando-os com o espaço público e, em alguns casos, com o interior do quarteirão.

Assim, com vista à valorização e reintegração dos edifícios no núcleo histórico e, consequentemente na aproximação destes com a restante cidade, tendo reconhecido nos mesmos várias oportunidades interventivas, avaliamos a inclusão de novos conteúdos programáticos, maioritariamente sobre os edifícios devolutos, que nos permitissem alcançar esse objectivo (fig. 101). Para tal, reconhecendo as actividades culturais, sociais



101

¹⁰¹ Estratégia Geral.

e desportivas como ferramentas fundamentais, propusemos a criação, ao longo das referidas ruas, de um *Centro de Actividades Náuticas*, de um *Núcleo Histórico e Interpretativo da Cidade*, de uma *Oficina de Artesanato Tradicional* e de um *Núcleo de Apoio às Artes e Residência de Artistas*, e ainda a criação de espaços dedicados à restauração, lazer, trabalho e alojamento local, com o intuito de introduzir novas dinâmicas sociais e funcionais no quotidiano, que ditassem novas acções por todo o centro histórico de Amarante.

Algo que numa fase posterior, com a aproximação à escala de três edifícios, aprofundamos, focando-nos na elaboração do *Núcleo de Apoio às Artes e Residência de Artistas*, procurando, desse modo, o alcance dos objectivos referidos através de um modelo protótipo.

No campo habitacional, verificamos que a falta de estímulos e incentivos à residência, que ao longo dos últimos anos levaram a população a mover-se para zonas periféricas em busca de melhores e, financeiramente mais favoráveis, condições físicas e sociais, orientou o centro histórico de Amarante para uma zona maioritariamente laboral e de consumo, pouco residencial, criando desequilíbrios e distanciando-o do contexto de cidade, algo que consideramos fundamental contrariar. Desse modo, no nosso plano interventivo não descuramos a requalificação de várias unidades em mau estado conservativo que já apresentam um programa habitacional, procurando aumentar, também, o índice de qualidade e atractividade do parque residencial.

De salvaguardar ainda que, de acordo com os ideais da *Acupunctura Urbana*, o plano apresentado, procura materializar-se em intervenções faseadas ao longo do núcleo histórico da cidade, ao contrário de uma grande e única intervenção de carácter moroso e dispendioso, actuando sobre pontos que consideramos nevrálgicos para a sua dinamização e revitalização funcional.



102/103



104

102/103 Rua Teixeira de Vasconcelos.

104 Largo e Igreja de S. Gonçalo.

3.3 | ESCALA DO EDIFÍCIO



3.3.1 PRÉ-EXISTÊNCIA

Porque seria impraticável abordar ao detalhe todo o plano geral apresentado e proposto, conduzimos a aproximação a três edifícios identificados previamente, sobre os quais nos propusemos a intervir com vista à sua reintegração no centro histórico da cidade, servindo o mesmo de protótipo para a restante estratégia de dinamização e relação de pontos de interesse, novos e existentes.

A escolha recaiu sobre um conjunto degradado, situado no designado Bairro da Graça, definido pelas Ruas Teixeira de Vasconcelos, 5 de Outubro e Frei José de Amarante, onde visualizamos, pelas suas particularidades físicas, bem como do restante edificado que o compõe, uma excelente oportunidade de dinamização e regeneração urbana que se estendesse e contagiasse todo o Bairro, bem como os edifícios e espaços públicos a ele adjacentes (fig. 105).

A proximidade deste aglomerado à Biblioteca Municipal Albano Sardoeira e ao Museu Amadeo de Souza-Cardoso teve ainda relevante importância na nossa escolha, uma vez que, desde as primeiras visitas ao local, e pela carência no apoio às artes, conceptualizamos um novo ponto de interesse que fosse capaz de actuar em conjunto com essas duas entidades e, conseqüentemente, fomentar as Artes locais.

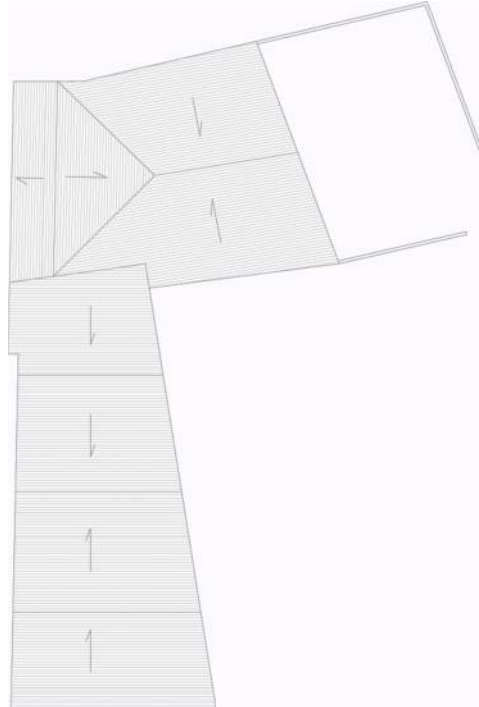
Deparamo-nos, então, com três edifícios devolutos, de planta irregular e construção tradicional, verticais e estreitos, onde urgia intervir sob o risco de ruírem, uma vez verificado o seu avançado estado de degradação. Recorrendo ao Arquivo Municipal, foi-nos possível obter as plantas e alçados dos três edifícios, datadas de Fevereiro de 1994 e executadas pelo GAT local, que nos ajudaram na preparação e levantamento do conjunto, antes da elaboração da nossa proposta interventiva.



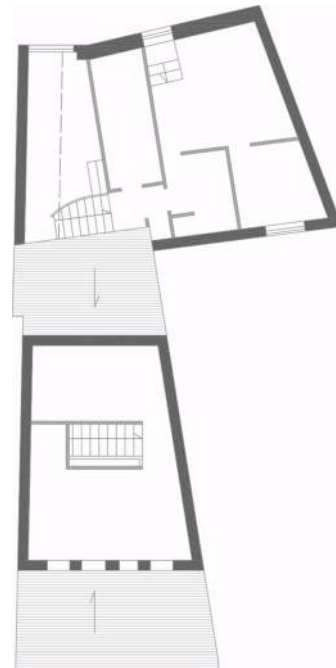
105

¹⁰⁵ Localização do conjunto.

Edifício A



Cobertura



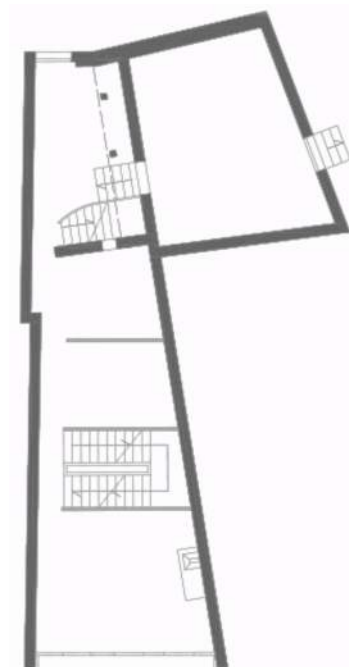
3º Piso



Rés-do-Chão



1º Piso



2º Piso

106

Edifício A. Plantas pré-existência. ¹⁰⁶



107

¹⁰⁷ Edifício A. Fotografias pré-existência.

Designando, por uma questão de facilidade na sua identificação, os três edifícios como A, B e C (fig. 105), apresentamos, para uma melhor apreensão do seu estado e características físicas, as plantas e fotografias da situação de pré-existência, procurando permitir, deste modo, uma leitura mais clarificadora das construções em análise.

Uma particularidade que se mostra transversal ao conjunto, e que, desde cedo, foi vista como uma potencialidade, é sua a relação directa com o interior do quarteirão, o qual já usufrui de um sinuoso acesso pedonal, uma viela, que estabelece uma relação entre a Rua Teixeira de Vasconcelos, a uma cota inferior, e a Rua Frei José de Amarante, situada a uma cota superior, sendo que todos podem ser acedidos através de diversos pontos. Contudo, e dado o deteriorado estado de conservação e a desocupação deste conjunto, a utilização quer do percurso bem como do interior do quarteirão é inexistente.

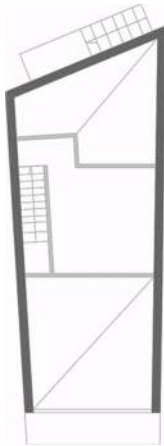
O edifício A (fig. 106 e 107), composto por quatro pisos, apresenta uma planta trapezoidal e características constructivas tradicionais, destacando-se o uso predominante da pedra granítica, nas paredes exteriores e de meação, e a da madeira, nos vãos e divisões interiores, nomeadamente nas paredes em tabique, no soalho, nas escadas e na estrutura de cobertura. O programa é maioritariamente habitacional, salvo o rés-do-chão, em contacto com a Rua Teixeira de Vasconcelos, voltado para a vertente comercial. Características que, aliás, também se repetem nos outros dois edifícios seleccionados.

Apesar do seu alçado principal, voltado à face da Rua Teixeira de Vasconcelos, apresentar um bom estado de conservação, quando nos debruçamos sobre os restantes, todos eles já pertencentes ao interior do quarteirão, facilmente verificamos a sua avançada degradação.

O rés-do-chão e o primeiro piso, com uma área de sensivelmente 63,82m², apresentam uma planta equivalente, exceptuando as divisões interiores e espaços de circulação que definem, respectivamente, o programa comercial e habitacional cujo o acesso a ambos é efetuado através da cota da rua. De notar ainda que estes têm apenas um alçado visível, uma vez que os laterais são de meação e o tardo de contenção de terras.

A planta do segundo piso, de maiores dimensões e com uma área a rondar os 130,40m², desenha a forma geral do edifício e conseqüentemente o desenho do interior do quarteirão e percurso existente, uma vez que este circula, em grande parte, em torno

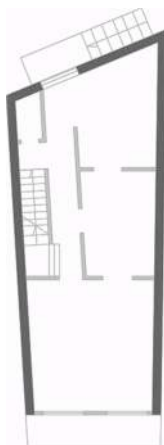
Edifício B



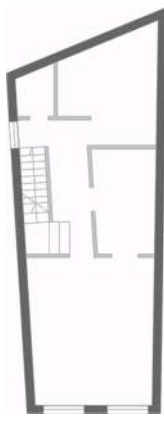
3º Piso



Cobertura



2º Piso



1º Piso



Rés-do-Chão

108

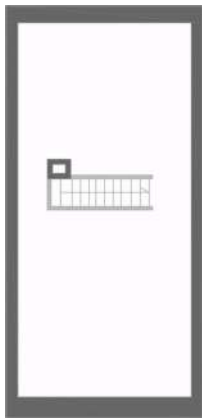
¹⁰⁸ Edifício B. Plantas pré-existência.



109

Edifício B. Fotografias pré-existência. 109

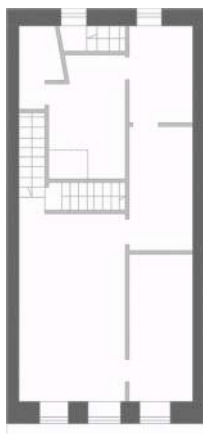
Edifício C



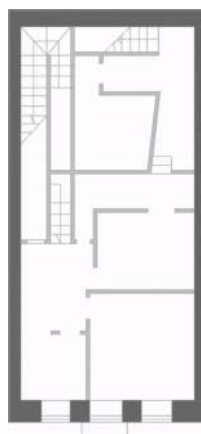
3º Piso



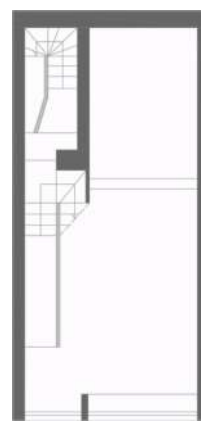
Cobertura



2º Piso



1º Piso



Rés-do-Chão

110

¹¹⁰ Edifício C. Plantas pré-existência.

do mesmo. A existência de uma varanda, de largura total da fachada, e de um outro ponto de acesso exterior, lateral através da viela, são ainda de salientar.

Por último, o terceiro piso é composto por dois volumes, com cerca de 36,83m² e 60,49m² que não são mais do que extensões parciais verticais do piso inferior. Tirando partido da sua posição mais elevada, surgem, ainda, outros dois pontos de acesso exterior no alçado tardoz e, também, usufruindo do percurso interior existente.

De planta também trapezoidal, o edifício B (fig. 108 e 109), apresenta sensivelmente a mesma área em todos os pisos, de cerca de 41,31m², com a excepção do terceiro piso, em águas furtadas e dimensões inferiores. A sua análise leva-nos a crer que este pertenceria a uma única família responsável pelo espaço comercial, o que justifica a relação do primeiro piso, de cariz habitacional com o interior do piso inferior, através da caixa de escadas.

O rés-do-chão não é mais que uma zona ampla destinada a comércio e cuja excepção é o volume fechado de comunicação vertical e uma parede de tabique que procura regularizar o espaço. Com excepção da face voltada à rua, as paredes exteriores são de contenção e meação. Os pisos seguintes, primeiro e segundo, são destinados à habitação e relacionam-se através de uma única caixa de escadas, tendo a particularidade de poderem ser acedidos independentemente por um vão lateral e outro posterior, respectivamente, fruto da viela que surge do lado direito do volume, em escadaria. O terceiro piso, sem iluminação natural, é apenas uma zona dedicada a arrumação.

Característica visível ao longo de todo o conjunto edificado do centro histórico de Amarante, no segundo piso, observamos novamente a existência de uma varanda da largura total da fachada.

O edifício C (fig. 110 e 111), por fim, apresenta uma planta rectangular, com cerca de 55,29m², e é composto por quatro pisos, sendo o rés-do-chão, mais uma vez, destinado ao comércio, o primeiro e segundo a duas habitações distintas e independentes e o terceiro, em águas furtadas a arrumação pertencente ao piso inferior.

A organização interior do espaço neste volume é algo confusa, fruto das várias divisões existentes e do acesso às habitações, através do piso térreo em contacto com a Rua Teixeira de Vasconcelos, ser efectuado por duas caixas de escadas que nos conduzem directamente ao primeiro ou ao segundo piso. Pisos esses que também podem ser acedidos por uma cota superior através da fachada tardoz e da sua relação directa com a viela e interior do quarteirão.



111

111 Edifício C. Fotografias pré-existência.

Mais uma vez, o segundo piso possui uma varanda a toda a largura da fachada e o primeiro piso uma pequena varanda central. Igualmente, o edifício apresenta paredes exteriores laterais de meiação e, no rés-do-chão e primeiro piso, parede exterior posterior de contenção de terras. Já o segundo piso apresenta dois alçados, o principal, volvido à rua, e o tardo associado ao interior do quarteirão.

O estado de degradação nestes dois últimos volumes, B e C, é também avançado e visível nos seus alçados e nos avisos existentes que alertam para a possibilidade de queda de materiais.

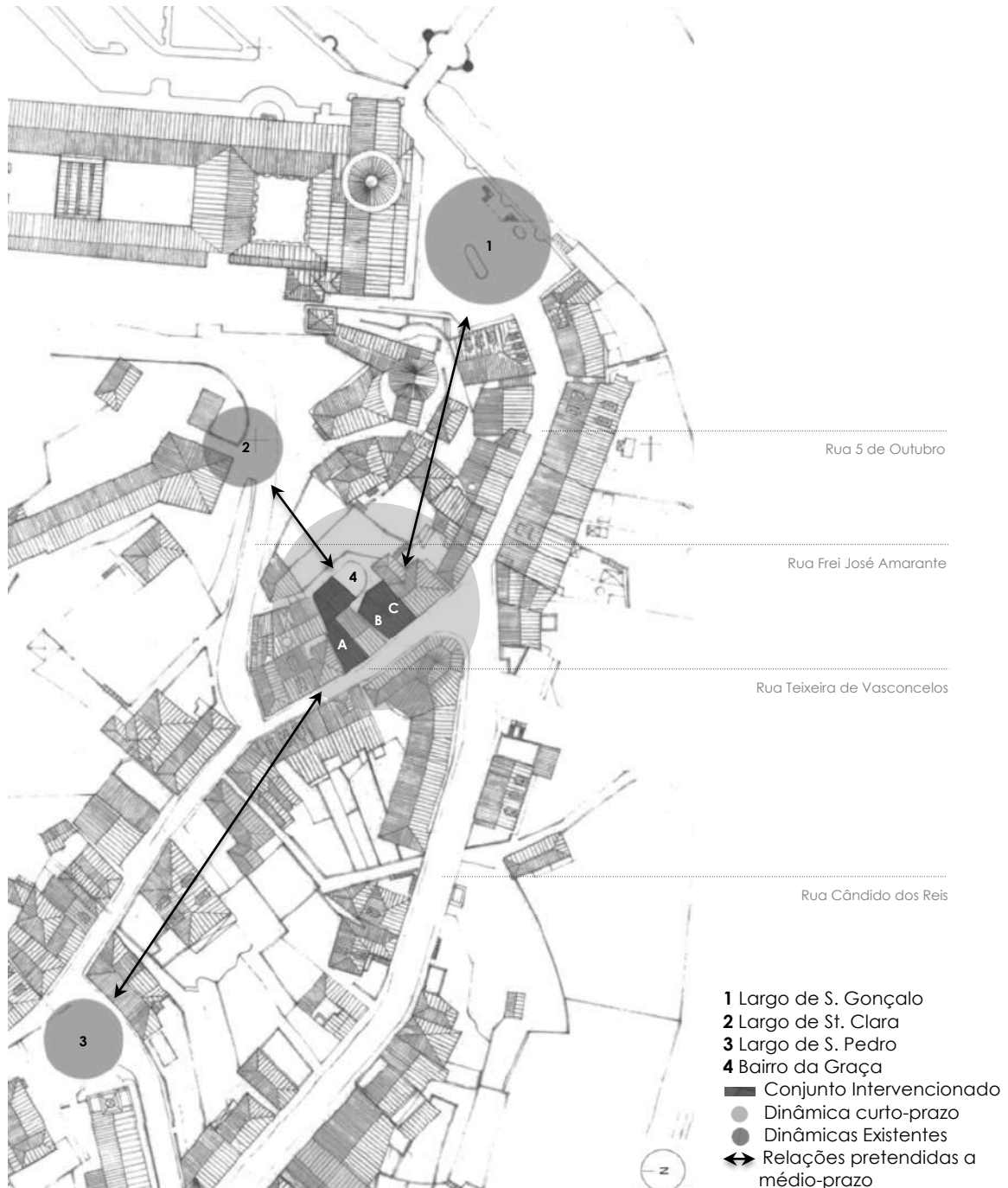


3.3.2 | PROPOSTA

Devidamente analisada e caracterizada a edificação alvo da nossa intervenção, apresentamos, de seguida, o desenvolvimento do processo de projecto de arquitectura proposto para a sua revitalização e dinamização funcional, procurando explicar as preocupações sentidas e a abordagem escolhida para a concretização do resultado final pretendido.

Face à diversidade dos problemas assimilados, bem como da complexidade interventiva em núcleos históricos, os quais fomos procurando expor ao longo da dissertação, o primeiro passo prendeu-se, essencialmente, com a elaboração de um conteúdo programático compatível com as características das edificações seleccionadas. Assim, optámos por definir uma metodologia de revitalização dessa estrutura através da elaboração de uma proposta com um conteúdo programático distinto do existente, que apresentasse capacidades de dinamização funcionais mais vastas do que apenas a usual recuperação para fins habitacionais e comerciais, propondo uma transformação da casa tradicional num volume de valências artísticas e culturais como forma de resposta às necessidades do lugar, promovendo o seu uso comunitário e social e, ainda, a sua relação com a Biblioteca Municipal Albano Sardoeira e Museu Amadeo de Souza Cardoso (fig. 112).

Desse modo, começamos por ponderar a alteração da função inicial de habitação e comércio do edifício A, testando a sua capacidade para acolher um novo uso destinado a um *Núcleo de Apoio às Artes*, com o intuito do mesmo se afirmar como um novo ponto de interesse e dinamismo nevrálgico do quarteirão do Bairro da Graça. Consideramos que este volume do conjunto intervencionado seria aquele que, quer pelas suas dimensões e forma, quer pela sua intrínseca relação com o interior do



112

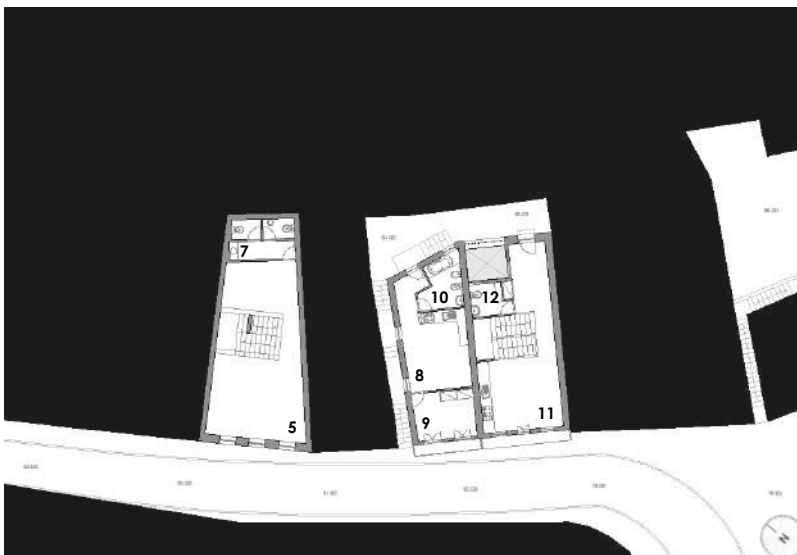
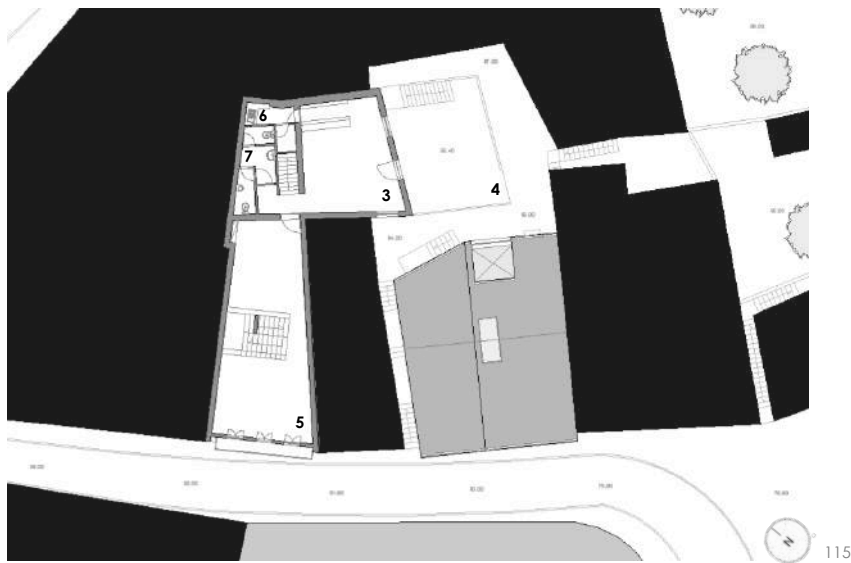
¹¹² Dinâmicas e relações propostas.



A | Núcleo de Apoio às Artes

Sala Polivalente **1**
Sala Introspectiva / Biblioteca **2**

Planta de Cobertura ¹¹³
Planta cota 90.00 ¹¹⁴



A | Núcleo de Apoio às Artes

- 3 Lounge Bar
- 4 Esplanada / Zona Polivalente
- 5 Oficina
- 6 Copa
- 7 Instalações Sanitárias

B | Residência Artística

- 8 Sala / Cozinha
- 9 Quarto
- 10 W.C.

C | Habitação Unifamiliar

- 11 Sala / Cozinha
- 12 W.C.

116

115 Planta cota 88.00

116 Planta cota 86.00

quarteirão e percurso existente, se mostraria mais susceptível a albergar um novo programa. Contudo, na ausência de área suficiente, porque sentimos necessidade de criar um espaço de residência temporária para artistas, providenciando um maior conforto e qualidade, e reforçando, também, a ideia de relação entre edifícios, olhamos para o volume B, pela autonomia individual dos seus pisos, como uma sequência e extensão lógica das nossas intenções.

Assim, edifício A e B, perpetuam, respectivamente, o *Núcleo de Apoio às Artes e Residência de Artistas* de Amarante, encontrando nestes o principal objetivo do projecto: a criação de um novo foco de interesse e dinamização funcional e vivencial, complementar e agregador dos pontos de interesse e dinâmica contíguos já existentes.

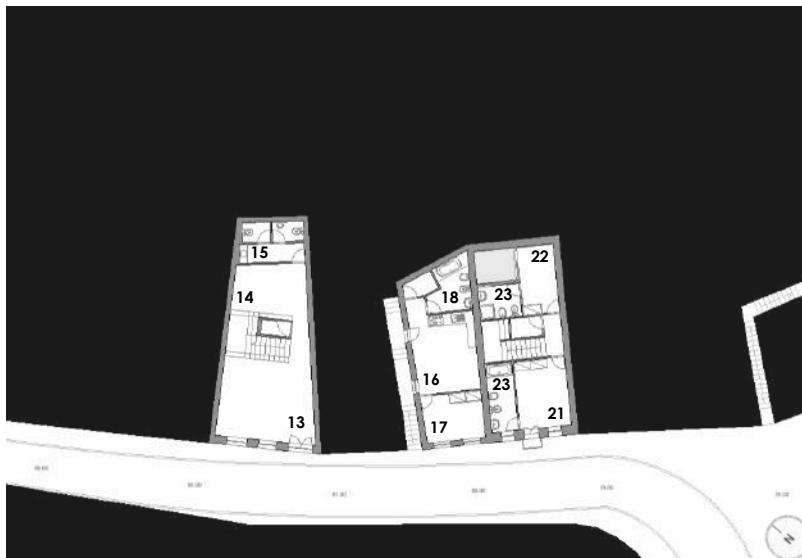
Considerando ainda fundamental, como referido anteriormente, aumentar a qualidade do parque residencial e continuar a criar bases para a fixação de residentes e novos moradores, mantivemos o uso da habitação no volume C.

O desenvolvimento do projecto inicia-se, então, através da leitura e reinterpretação da edificação existente, partindo de um processo de desenho e reestruturação interior, face à necessidade de criação de novos espaços capazes de albergar a totalidade dos programas propostos.

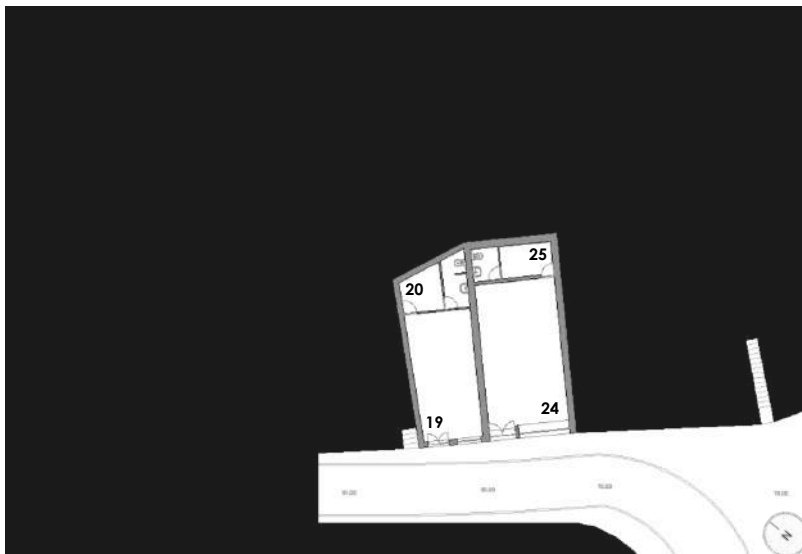
A configuração da organização espacial de cada edifício produz-se tendo em conta as duas componentes fulcrais, por nós entendidas, da construção primária: a Rua Teixeira de Vasconcelos e o pátio e percurso interior do quarteirão. Assim, premiamos e mantemos a ligação directa de cada piso de cada edifício com estes espaços exteriores adjacentes, numa clara e racional intenção de circulação contínua ao longo das diferentes cotas que marcam o terreno.

Definimos, como espaços indissociáveis deste novo programa do *Núcleo de Apoio às Artes*, para além da introdução das necessárias infraestruturas de apoio, como recepção e gabinete administrativo, e sanitárias, zonas amplas de trabalho, sala polivalente, capaz de albergar diversas atividades como exposições e workshops, uma sala de introspecção, configurada por uma pequena biblioteca, e ainda, associado ao interior do quarteirão, um *lounge bar* com esplanada exterior.

Um novo conteúdo programático que implicou, inevitavelmente, um redesenhar lógico e racional do interior edifício A, resultante em uma linear e sequencial clareza dos



117



118

A | Núcleo de Apoio às Artes

- 13 Recepção
- 14 Gabinete de Administração
- 15 Instalações Sanitárias

B | Residência Artística

- 16 Sala / Cozinha
- 17 Quarto
- 18 W.C.
- 19 Loja
- 20 Arrumos / W.C.

C | Habitação Unifamiliar/Comércio

- 21 Quarto
- 22 Quarto
- 23 W.C.
- 24 Espaço Comercial
- 25 Arrumos / W.C.

117 Planta cota 83.00

118 Planta cota 81.00

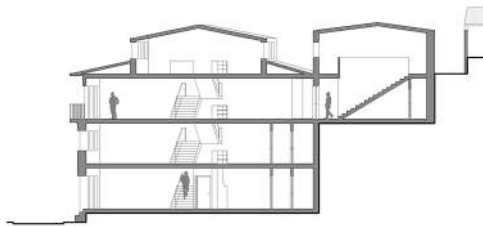
espaços, com capacidade de dar resposta às suas novas necessidades. Na procura da relação das zonas interiores com o espaço público exterior, a principal dificuldade relacionou-se com uma redefinição das cotas dos pisos, evitando, dessa forma, os desníveis e meios-pisos que marcavam parte da pré-existência.

Sentindo necessário, ainda, proporcionar uma zona dedicada à venda de algumas das criações artísticas efectuadas neste novo núcleo, e olhando para o volume B como uma extensão natural e complementar dos nossos ideais projectuais propostos, pareceu-nos coerente a utilização do espaço destinado ao comércio desse edifício para o efeito, introduzindo apenas uma zona de arrumações e uma pequena instalação sanitária de uso privado.

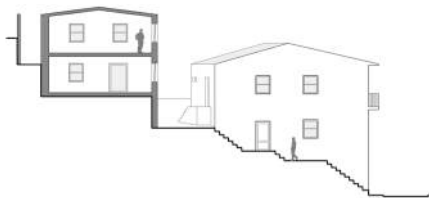
Do mesmo modo, tirando proveito do acesso individual dos restantes pisos, através da viela existente e interior do quarteirão, promovendo o uso e a circulação por esses espaços, surgem no mesmo edifício duas unidades destinadas à *Residência Artística* totalmente autónomas, compostas por uma zona de sala e cozinha, quarto e casa-de-banho, em uma tipificação que se repete em ambos os pisos. Alterações que obrigaram, de igual modo, a uma reorganização dos espaços interiores existentes, de onde se destaca a abertura de novos vãos e a remoção da caixa de escadas, fruto da salubridade e independência funcional pretendida para cada piso, respectivamente.

Apresentando, de todo o conjunto, a planta mais complexa, o edifício C, ainda que mantendo a sua função habitacional e comercial, sofreu alterações profundas quer na sua acessibilidade como no seu desenho interior, tendo-se procedido, ainda, a uma remoção parcial do edifício no alçado tardoz para a introdução de um pátio, por questões de salubridade, capaz de iluminar e ventilar naturalmente o piso inferior. Promovendo a utilização do percurso exterior existente, e uma vez que a Rua Frei José de Amarante, por oposição à Rua Teixeira de Vasconcelos, oferece maior opções e facilidade no estacionamento de viaturas privadas, o acesso à nova unidade de habitação unifamiliar, de tipologia T2, passou a fazer-se exclusivamente pela cota superior no interior do quarteirão. Por outro lado, a relação directa da zona comercial, no mesmo volume, com a Rua Teixeira de Vasconcelos, foi preservada, tendo-se acrescentado à mesma algumas infraestruturas de apoio, como zona de arrumos e instalação sanitária de uso privado.

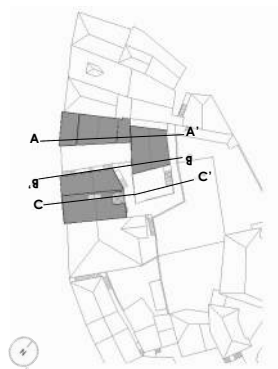
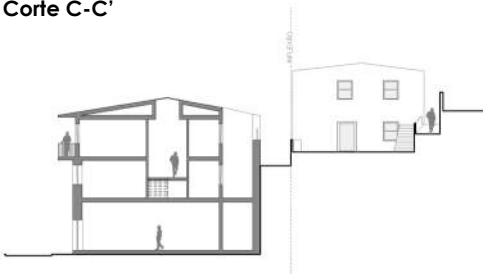
Corte A-A'



Corte B-B'



Corte C-C'

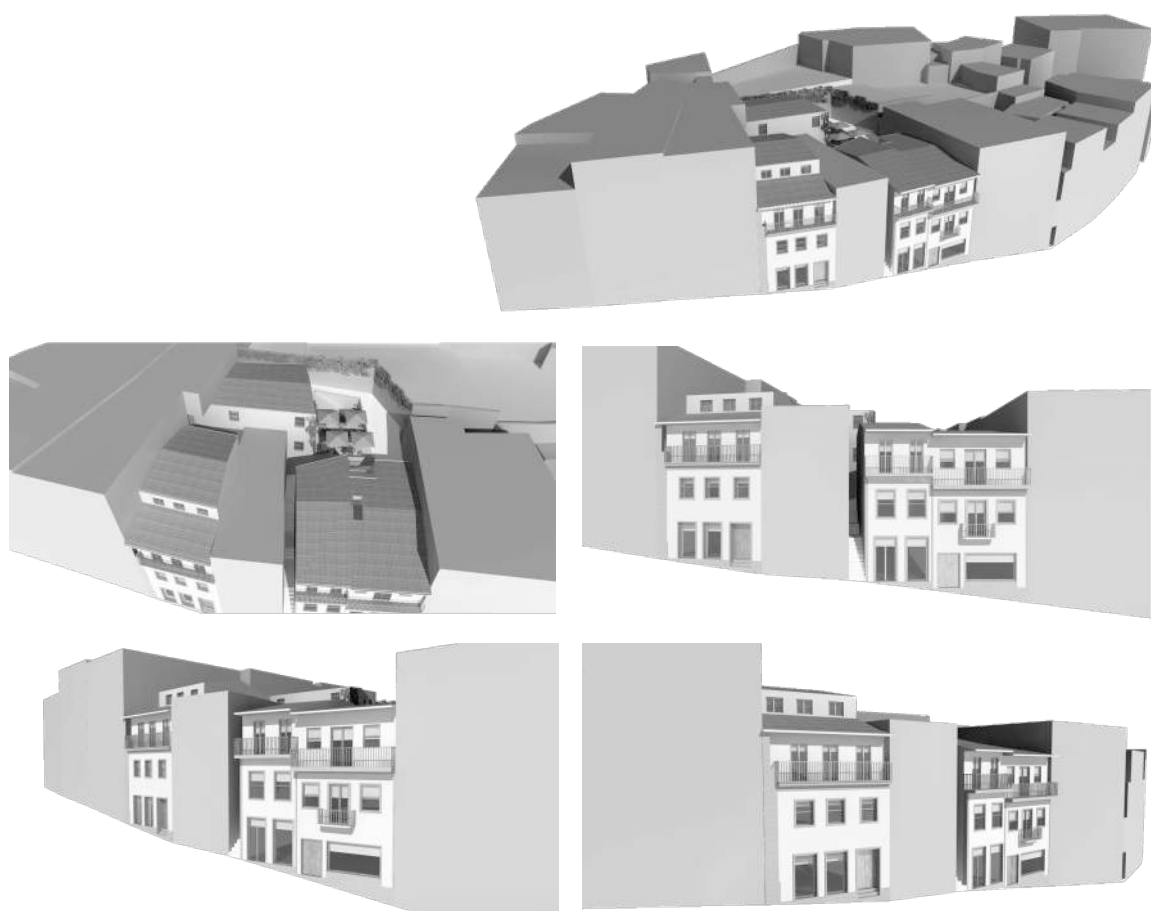


Alçado Rua Teixeira de Vasconcelos



119

119 Alçado e cortes.



120

Imagens tridimensionais da proposta. Vista da Rua Teixeira de Vasconcelos.. 120



121

¹²¹ Imagens tridimensionais da proposta. Vista do interior do quarteirão.

Preservando a identidade e memória e promovendo a harmonia do conjunto, do ponto de vista exterior, a intervenção é marcada pela recuperação das qualidades e características presentes ao longo de todo o edificado do centro histórico de Amarante que consideramos pertinente salvaguardar.

Nesse sentido, procurou-se não alterar a forma original dos volumes existentes, mantendo os vãos e varandas e destacando-os através das molduras em pedra, em contraste com as paredes lisas e brancas, e promovendo o uso da madeira nos caixilhos e nas balaustradas. A pendente dos telhados foi igualmente mantida, recuperando ainda o uso tradicional da telha na cobertura.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do desenvolvimento da dissertação fomos nos apercebendo da complexidade e todas as problemáticas que o tema de intervenção em centros históricos encerra, compreendendo de que forma a *Arquitectura* pode desempenhar um papel fundamental na revitalização e dinamização destes núcleos providos de um valor identitário e histórico-patrimonial.

De facto, tendo-nos proposto desde início a versar sobre as problemáticas inerentes à intervenção nestes núcleos urbanos, não arriscaríamos imaginar a quantidade de questões, termos e conceitos, que constantemente se cruzam e contribuem para a compreensão destas primitivas estruturas das cidades, os quais fomos tentando, ao longo deste trabalho, interpelar e compreender.

Nesse sentido, a abordagem ao tema pela análise do percurso evolutivo dos centros históricos, pela sua origem e expansão, assimilando a importância que o património assume no contexto de cidade e de que forma se relaciona e influencia a sua identidade em geral, mas também os elementos conducentes à sua degradação e declínio, prova-se essencial. Assim, as matérias presentes permitem-nos a compreensão do que são os centros históricos, constatando os factores que conduziram à sua perda de dinâmicas funcionais e sociais, bem como a importância das estratégias de intervenção.

De modo a apreendemos os mecanismos e a capacidade de acção das estratégias interventivas, reconhecendo a *Acupunctura Urbana* como uma ferramenta eficaz para a introdução de dinâmicas espaciais nestes núcleos, procedendo a uma análise desta metodologia que se reproduz sobre pontos nevrálgicos do território, detém-se que uma reintegração de funções é prática indispensável para uma actuação eficaz. Contudo, esta, não pode colocar em causa a memória e a identidade do lugar sob o

risco de descaracterização do legado histórico, reconhecendo, ainda, o espaço público como potencial catalisador urbano no desenvolvimento de novas sinergias e estímulos que se procuram introduzir, de modo a combater a degradação e desertificação dos centros históricos.

No sentido de representar tais procedimentos em casos práticos, selecionamos e analisamos três projectos de referência, que se revelaram essenciais, na medida em que, por uma natureza de escala, contexto, ideais e objectivos, não só nos possibilitaram novas aprendizagens e pensamento crítico, como também ajudaram a desenvolver e delinear, da melhor forma a nossa proposta interventiva.

A construção do trabalho agora sintetizado, teve como motivação uma intervenção no centro histórico de Amarante com a selecção de a três edifícios da Rua Teixeira de Vasconcelos, os quais, apesar da sua localização estratégica e nevrálgica, apresentam fortes sinais de degradação e abandono.

Reconhecendo que "cada caso é um caso" e a consequente relevância de um enquadramento e análise territorial no sucesso de qualquer intervenção, deve-se proceder, numa primeira fase, a uma contextualização social e geográfica da cidade e, posteriormente, a uma contextualização histórica e urbana, incidente no seu centro histórico. Um estudo que nos permite diagnosticar o seu crescimento e evolução bem como as suas potencialidades e fraquezas.

Perante as carências patentes na pluralidade de questões que se levantam e face aos problemas decorrentes da análise histórica e territorial, apenas uma equipa transdisciplinar seria capaz de solucionar as propostas gerais interventivas tendo por base a *Acupunctura Urbana* como metodologia de intervenção.

Caracterizada por um conjunto de acções pontuais, ao longo dos centros histórico, com a possibilidade de se implementar de forma faseada, as propostas devem ditar a introdução de novas dinâmicas espaciais e funcionais mas, também, procurar uma valorização social e cultural do lugar intervencionado.

A aproximação aos diferentes espaços selecionados, e entendidos como potencializadores de regeneração urbana, quando abordados na escala do conjunto e relacionados com outros locais e construções existentes de dinamização, assentam na

introdução de novos usos compatíveis com a cidade e com a revitalização do edificado selecionado, procurando responder às necessidades de vida contemporâneas.

Através destas intervenções pontuais e precisas é possível gerar novos estímulos que se relacionem com os existentes e que estendam aos edifícios e zonas públicas contíguas, sem encerrar, no entanto, futuras possibilidades de crescimento e adaptação a outras realidades, sendo, por isso, fundamental o registo científico das pré-existências e das intervenções efectuadas.

Constatamos, assim, que intervir em núcleos históricos, com vista à sua revitalização e dinamização, é uma tarefa árdua e complexa, mas que representa, agora, uma necessidade imensurável de preservação, protecção e valorização não só de um legado passado e herança colectiva, como também da identidade e memória das nossas cidades.

Contudo, longe de uma ideia de conservação museológica e intransigente, é igualmente importante viver o tempo presente, e é neste equilíbrio e respeito de tempos distintos –passado, presente e até futuro – que se poderá definir o sucesso de qualquer intervenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, monografias e publicações periódicas consultadas:

AMARANTE, Câmara Municipal, 2009, *II Congresso Histórico de Amarante*, Actas, Gráfica do Norte, Amarante.

BENEVOLO, Leonardo, 1984, *A Cidade e o Arquitecto*, Edições 70, Lisboa.

BENEVOLO, Leonardo, 2003, *A História da Cidade*, Editora Perspectiva, São Paulo, Brasil.

BERNHARDT, Erica Maria Barroso, 2008, *Gentrificação e Revitalização: perspectivas teóricas e seus papéis na construção de espaços urbanos contemporâneos*, Revista Urbanidades, nº 5, Brasília.

BRANDI, Cesare, 2004, *Teoria da Restauração*, Ateliê Editorial, Cotia.

CHOAY, Françoise, 1999, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa.

CHOAY, 2011, *As Questões de Património*, Edições 70, Lisboa.

COELHO, Paulo, 2011, *Fernando Távora*, Colecção Arquitectos Portugueses, nº 6, QN.

COSTA, Alexandre Alves, 2002, *Arquitectura como Arte de Transformar, A Intervenção no Património, Práticas de Conservação e Reabilitação*, FEUP, Porto.

COSTA, Aníbal, 2002, *A Intervenção no Património, Práticas de Conservação e Reabilitação*, FEUP, Porto.

COSTA, Jorge, 2002, *A Intervenção no Património, Práticas de Conservação e Reabilitação*, FEUP, Porto.

CPD, Centro Português de Design, 2005, *Do Projecto ao Objecto – Manuel de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos*, Lisboa.

DGOTDU, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2005, *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*, Colecção Informação, Direcção de Estudos e Planeamento Estratégico, Lisboa.

DIAS, Adalberto, 2002, *Mudar Sem Mudar – O Património e o Espaço Público, A Intervenção no Património, Práticas de Conservação e Reabilitação*, FEUP, Porto.

GONÇALVES, Jorge Manuel, 2006, *Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*, Colecção Teses, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.

JANSON, H. W., 1998, *História da Arte*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia, 2001, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- LAMAS**, José Manuel Ressano Garcia, 2006, *Plano dos Centros Históricos – Tavira, Moura, Ponte da Barca*, Revista Arquitectura Ibérica, nº 12 – Reabilitação, Caleidoscópio.
- LERNER**, Jaime, 2011, *Acupuntura Urbana*, Editora Record, Rio de Janeiro.
- LOPES**, Filipe Mário, 1997, *Reabilitação Urbana de Lisboa, Regionalização e Identidades Locais – Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*, Actas do IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, Edições Cosmos, Lisboa.
- MACEDO**, Luis Van Zeller, 1989, *Pequena História de Amarante*, Amarante.
- MARQUES**, Helder e **MARTINS**, Luís Saldanha, 1988, *Património e Identidade Territorial: apontamentos geográficos sobre novas (uma “nova”) componentes do processo de desenvolvimento*, Cadernos de Geografia, nº 17.
- MARQUES**, Teresa Sá, 2005, *Portugal na Transição do Século – Retratos e Dinâmicas Territoriais*, Edições Afrontamento, Porto.
- MESTRE**, Vitor, 2006, *Intervenções Contemporâneas em Património Paisagístico, Urbano e Arquitectónico – A Cura Pela Morte*, Revista Arquitectura Ibérica, nº 12 – Reabilitação, Caleidoscópio.
- MORAIS**, Isaltino Afonso, 1997, *Regionalização e Identidades Locais – Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*, Actas do IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, Edições Cosmos, Lisboa.
- MUMFORD**, Lewis, 2004, *A Cidade na História – suas origens, transformações e perspectivas*, Martins Fontes, São Paulo.
- MUXI**, Zaida, 2010, *Episódios da Transformação Urbana de Barcelona*, Revista Arqtexto 17, Porto Alegre.
- PEDREIRINHO**, José Manuel, 2008, *Espaço e Público*, Darco Magazine, nº 03, Julho/Agosto.
- PEDRO**, Désirée, 2011, *João Mendes Ribeiro*, Colecção Arquitectos Portugueses, nº 7, QN.
- PEIXOTO**, Paulo, 2002, *Os Meios Rurais e a Descoberta do Património*, Centro de Estudos Sociais – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- PEIXOTO**, Paulo, 2003, *Centros Históricos e Sustentabilidade Cultural das Cidades*, Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 13.
- POL**, Francisco, 1991, *La Ciudad como Proyecto – Recuperación, Transformación, Innovación en los Centros Históricos Europeos*, MOPU, UIMP.
- QUEIRÓS**, João, 2007, *Estratégias e Discursos Políticos em Torno Da Reabilitação de Centros Urbanos*, Sociologia, Problemas e Práticas, nº 55.
- QUEIROZ**, Francisco e **PORTELA**, Ana Margarida, 2009, *Conservação Urbana e Territorial Integrada – Reflexões sobre a Salvaguarda, Reabilitação e Gestão de Centros Históricos em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa.

- RECASENS**, Gonzalo Díaz, 2006, *Sobreposição e Acumulação do Tempo na Arquitectura de Sevilha*, Revista Arquitectura Ibérica, nº 12 – Reabilitação, Caleidoscópio.
- RODRIGUES**, Carlos Tavares, 1997, *A Identidade Local no Contexto Europeu, Regionalização e Identidades Locais – Preservação e Reabilitação dos Centos Históricos*, Actas do IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, Edições Cosmos, Lisboa.
- ROSSI**, Aldo, 2001, *A Arquitectura da Cidade*, Edições Cosmos, Lisboa.
- RUSKIN**, John, 2008, *A Lâmpada da Memória*, Ateliê Editorial, Cotia.
- SALGUEIRO**, Teresa Barata, 1992, *A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana*, Edições Afrontamento, Porto.
- SALGUEIRO**, Teresa Barata, 2005, *Geografia de Portugal: Sociedade, Paisagens e Cidades*, Círculo de Leitores, Volume 2, Lisboa.
- SITTE**, Camilo, 1945, *The Art of Building Cities*, Reinhold Publishing Corporation, New York.
- TAVARES**, Domingos, 2002, *O Significado Histórico e Sócio-Cultural do Monumento como Primeiro Critério de Conservação e Intervenção, A Intervenção no Património, Práticas de Conservação e Reabilitação*, FEUP, Porto.
- TÁVORA**, Fernando, 1999, *Da Organização do Espaço*, FAUP Publicações, Porto.
- TOMÉ**, Miguel, 2002, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, FAUP Publicações, Porto.
- VIEIRA**, Álvaro Siza, 2002, *Recuperação e Manutenção, A Intervenção no Património, Práticas de Conservação e Reabilitação*, FEUP, Porto.
- VINUESA**, Miguel Ángel Troitiño, 2003, *La Protección, Recuperación Y Revitalización Funcional De Los Centros Históricos*, Cidades, Arquitectura Y Espacio Urbano, Vol. 3 de la Colección Mediterráneo Económico.
- VIOLLET-LE-DUC**, Eugène-Emmanuel, 2000, *Restauração*, Ateliê Editorial, Cotia.
- ZEVI**, Bruno, 2002, *Saber Ver a Arquitectura*, Editorial Martins Fontes, São Paulo.
- ZUMTHOR**, Peter, 2005, *Pensar a Arquitectura*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona.

Dissertações consultadas:

- CASTRO**, Maria Alexandre Correia de, 2008, *História e Tradição na Arquitectura Contemporânea Portuguesa*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.
- CAVÉM**, Mara, 2007, *Centros Históricos Contemporâneos: Mudanças de Perspectiva na Gestão – caso de estudo de Lisboa e Bruxelas*, Dissertação de Mestrado em Geografia

Humana, Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

FREITAS, Ricardo Mendes, 2012, *Identidade, Tempo e Memória*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.

GOMES, Edson Humberto Baltazar, 2015, *Acupunctura Urbana - Revitalização do Quarteirão da Fontinha, Porto*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada do Porto, Porto.

GORDILLO, Pilar Daniela Ferreira, 2015, *Intervenção Mínima – Quando Menos é Suficiente*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.

LOURENÇO, João Ricardo Vieira, 2011, *Gestão Integrada de Projectos*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

MILÃO, Susana, 2006, *A Cidade Criativa e os Modelos de Regeneração Urbana*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação do Património Edificado, Faculdade de Engenharia Universidade do Porto, Porto.

QUEIRÓS, João e **RODRIGUES**, Vanessa, 2005, *Recriar a Cidade: Dinâmicas Culturais Emergentes e Reabilitação Urbana da Baixa do Porto*, Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

RIBEIRO, Daniel, 2009, *Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização*, Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

ÍNDICE DE FIGURAS

Imagem de Capa | *Margem Oeste de Amarante*

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://cdn.flixbus.de/2017-09/amarante-header.jpg>

[10.10.2018]

Fig. 1 | *Largo da Oliveira, Guimarães* 17

Fotografia de Paulo Pacheco. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://paginas.fe.up.pt/~esicup/extern/11IWCPRT/pmwiki.php?n=Conference.AboutGuimarEs>

[16.11.2017]

Fig. 2 | *Vista aérea de Valença do Minho* 17

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.starforts.com/gr/valenca/valencalarge.jpg>

[16.11.2017]

Fig. 3 | *Arco da Porta Nova, Braga* 17

Fotografia de Paulo Azevedo. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.viagensasolta.com/2016/11/braga-roteiro-de-um-dia-na-minha-cidade.html>

[18.11.2017]

Fig. 4 | *Morro da Sé, Porto* 19

Fotografia de Daniel Rodrigues Ferreira. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://olhares.sapo.pt/morro-da-se-foto7786153.html>

[20.11.2017]

Fig. 5 | *Igreja de Santa Cruz, Coimbra* 19

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.serenatahostel.com/coimbra-tosee>

[20.11.2017]

Fig. 6 | *Praça da República, Viana do Castelo* 19

Fotografia de Roberto Smera. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.pbase.com/image/82069925>

[20.11.2017]

Fig. 7 | *Castelo de São Jorge, Lisboa* 19

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível online em:

<http://www.noticias.nova-acropole.pt/?p=994>

[20.11.2017]

Fig. 8 | Centro Histórico do Porto 22

Fotografia de satélite Bing Maps. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.bing.com/maps/>

[16.03.2017]

Fig. 9 | Centro Histórico de Salamanca 22

Fotografia de satélite Bing Maps. Processada pelo autor. Disponível em

<https://www.bing.com/maps/>

[16.03.2017]

Fig. 10 | Centro Histórico de Évora 22

Fotografia de satélite Bing Maps. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.bing.com/maps/>

[16.03.2017]

Fig. 11 | Centro Histórico de Lagos 22

Fotografia de satélite Bing Maps. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.bing.com/maps/>

[21.03.2017]

Fig. 12 | Centro Histórico de Ávila 23

Fotografia de satélite Bing Maps. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.bing.com/maps/>

[21.03.2017]

Fig. 13 | Centro Histórico de Barcelona 23

Fotografia de satélite Bing Maps. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.bing.com/maps/>

[16.03.2017]

Fig. 14 | Centro Histórico de León 23

Fotografia de satélite Bing Maps. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.bing.com/maps/>

[16.03.2017]

Fig. 15 | Centro Histórico de Lamego 23

Fotografia de satélite Bing Maps. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.bing.com/maps/>

[21.02.2017]

Fig. 16 | Rua da Pena Ventosa, Porto 25

Fotografia de José Paulo Andrade. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.pbase.com/jandrade/image/43035180>

[09.05.2018]

Fig. 17 | *Porta do Alcázar, Ávila* 25

Fotografia de Patrick Dobeson. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.terranostrum.es/turismo/el-romanico-en-avila-las-murallas>

[09.05.2018]

Fig. 18 | *Vista aérea do Centro Histórico de Lamego* 26

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://noticiasdelamego.com/2014/10/marque-encontro-com-historia-castelo-de-lamego/>

[09.05.2018]

Fig. 19 | *Vista aérea do Centro Histórico de Elvas* 26

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://discoverportugal2day.com/elvas/>

[09.05.2018]

Fig. 20 | *Catedral de Santa Maria del Fiore, Florença* 29

Fotografia de Sarah Turner. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.railbookers.com/vacation/venice-florence-and-rome/cathedral-santa-maria-del-fiore-in-florence-skyline-city-1800x600-4/>

[01.03.2018]

Fig. 21 | *Catedral de Saint Paul's, Londres* 29

Fotografia de Phil Parsons. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/essexglover/907944582>

[01.03.2018]

Fig. 22 | *Votivekirche, Viena* 29

Fotografia de Boris Breytman. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.dreamstime.com/stock-photography-votive-church-vienna-neo-gothic-located-ringstrasse-austria-image36610902>

[01.03.2018]

Fig. 23 | *Ópera de Semper, Dresden* 29

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.expedia.com.br/Opera-De-Semper-Dresden.d6073373.Guia-de-Viagem>

[01.03.2018]

Fig. 24 | *Igreja de Trinity, Nova Iorque* 31

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.boweryboyshistory.com/2010/01/trinity-church-anchor-of-wall-street.html>

[02.03.2018]

Fig. 25 | *Catedral de Saint Patrick, Nova Iorque* 31

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://forchee.com/st-patrick-church-new-york/stpatsnyc-stpatsnyc-twitter-3/>

[02.03.2018]

Fig. 26 | *Igreja de Saint Thomas, Nova Iorque* 31

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://hojeconhecemos.blogspot.pt/2014/06/do-saint-thomas-church-nova-iorque-eua.html>

[02.03.2018]

Fig. 27 | *"Aqui Nasceu Portugal", Guimarães* 34

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.viajaremfamilia.com/castelo-de-guimaraes-roteiro-para-um-passeio-em-familia/>

[27.04.2018]

Fig. 28 | *Castelo de Óbidos, Óbidos* 34

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/Óbidos_view592.jpg

[27.04.2018]

Fig. 29 | *Rua do Barredo, Porto* 38

Fotografia de José Paulo Andrade. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.pbase.com/jandrade/image/34485428>

[09.05.2018]

Fig. 30 | *Bairro da Sé, Porto* 38

Fotografia de Yanidel. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.yanidel.net/category/round-the-world-2011/stage-4-portugal/>

[11.04.2017]

Fig. 31 | *Sé do Porto, Porto* 38

Fotografia de Yanidel. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.yanidel.net/category/round-the-world-2011/stage-4-portugal/>

[11.04.2017]

Fig. 32 | *Mercado do Bolhão, Porto* 42

Fotografia de Yanidel. Processada pelo autor. Disponível em::

<http://www.yanidel.net/category/round-the-world-2011/stage-4-portugal/page/2/>

[11.04.2017]

- Fig. 33** | *Rua dos Mercadores, Porto* 42
Fotografia de José Paulo Andrade. Processada pelo autor. Disponível em:
<http://www.pbase.com/jandrade/image/125229739>
[9.05.2018]
- Fig. 34** | *Baixa do Porto, Porto* 42
Fotografia de Yanidel. Processada pelo autor. Disponível em:
<http://www.yanidel.net/category/round-the-world-2011/stage-4-portugal/page/2/>
[11.04.2017]
- Fig. 35** | *Acupuntura Urbana* 47
Fotomontagem [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:
<https://pilaralicea.wordpress.com/2013/05/10/urbanism-context-urban-acupuncture/>
[18.04.2018]
- Fig. 36** | *Museu Guggenheim, Bilbao* 47
Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:
<https://www.travelweare.com/magazine/guggenheim-museum-di-bilbao-un-tuffo-nell-arte-contemporanea/>
[25.04.2018]
- Fig. 37** | *Estádio Municipal de Braga, Braga* 47
Fotografia de Márcia Ishikawa. Processada pelo autor. Disponível em:
<https://arquiteturafalada.wordpress.com/2012/10/29/fados-tropicais-estadio-municipal-de-braga/>
[25.04.2018]
- Fig. 38** | *Mercado do Bolhão, Porto* 49
Fotografia de Yanidel. Processada pelo autor. Disponível em:
<http://www.yanidel.net/2011/06/06/bolhao-market/>
[27.04.2018]
- Fig. 39** | *Mercado de La Boqueria, Barcelona* 49
Fotografia de Adriano Aguiló. Processada pelo autor. Disponível em:
<https://www.intrepidtravel.com/adventures/mi-gusto-a-guide-to-barcelonas-la-boqueria/>
[27.04.2018]
- Fig. 40** | *Deli Shop, Nova Iorque* 49
Fotografia de Shawn Hoke. Processada pelo autor. Disponível em:
<https://newyorkyimby.com/2017/09/why-bodegas-are-crucial-to-the-continued-success-of-new-york-city-real-estate.html>
[27.04.2018]
- Fig. 41** | *Deli Shop, Nova Iorque* 49

- Fotografia de James e Karla Murray. Processada pelo autor. Disponível em:
<http://hungrygerald.com/2016/10/farewell-carnegie-deli/>
[27.04.2018]
- Fig. 42 | *Viollet-Le-Duc*** 55
- Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:
https://claudiocostaarquitetura.blogspot.com/2010/08/viollet-le-duc-1814-1879_23.html
[13.11.2018]
- Fig. 43 | *John Ruskin*** 55
- Fotografia de William Downey. Disponível em:
https://en.wikipedia.org/wiki/John_Ruskin#/media/File:John_Ruskin_1863.jpg
[13.11.2018]
- Fig. 44 | *Cesare Brandi*** 55
- Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:
<https://alchetron.com/Cesare-Brandi#->
[13.11.2018]
- Fig. 45 | *Espaço Público. Palco de relações sociais e humanas*** 59
- Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:
<http://www.osimpublicaveis.com.br/2015/03/20/meu-espaco-publico/>
[07.08.2018]
- Fig. 46 | *Espaço Público. Vida quotidiana*** 59
- Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:
<https://economia.ig.com.br/2018-08-29/populacao-brasil.html>
[07.08.2018]
- Fig. 47 | *Central Park, Nova-Iorque*** 61
- Fotografia de Central Park Conservancy. Processada pelo autor. Disponível em:
<https://www.mommynearest.com/edition/nyc/article/40-things-to-do-in-central-park-with-kids>
[09.08.2018]
- Fig. 48 | *Espaço Público. Local democrático, de expressão e direito*** 61
- Fotografia de Nathan Keirn. Processada pelo autor. Disponível em:
<https://www.theodysseyonline.com/protests-that-changed-history>
[09.08.2018]
- Fig. 49 | *Musealização Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa*** 65
- Fotografia de Fernando Guerra. Processada pelo autor. Disponível em:
<http://www.cultour.com.pt/sites/default/files/styles/galeria-colorbox/public/galerias/castejo-sjorge-1-fg.jpg>

[12.05.2018]

Fig. 50 | *Reconversão do Mosteiro de Santa Maria do Bouro em Pousada* 65

Fotografia de Luis Ferreira Alves. Processada pelo autor Disponível em:

<https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira>

[12.05.2018]

Fig. 51 | *Casa da Rua Nova, Guimarães* 65

Fotografia de Francisco Portugal e Gomes. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>

[12.05.2018]

Fig. 52 a 55 | *Solar da Porta dos Figos, Lamego* 68/69

Fotografias de Fernando Guerra. Processadas pelo autor. Disponíveis em:

<http://ultimasreportagens.com/full/946.php>

[15.03.2018]

Fig. 56 | *Localização do Solar da Porta dos Figos no Centro Histórico de Lamego* 70

Desenho rigoroso de António Belém Lima. Disponível em:

<http://www.miesarch.com/work/3441>

[15.03.2018]

Fig. 57 a 60 | *Solar da Porta dos Figos, Lamego* 72/73

Desenhos rigorosos de António Belém Lima. Disponíveis em:

<http://afasiaarchzine.com/2016/04/belem-lima/>

[17.03.2018]

Fig. 61 a 64 | *Solar da Porta dos Figos, Lamego* 74/75

Fotografias de Fernando Guerra. Processadas pelo autor. Disponíveis em:

<http://ultimasreportagens.com/full/946.php>

[17.03.2018]

Fig. 65 e 66 | *Casa de Chá, Montemor-o-Velho* 79

Fotografias de João Mendes Ribeiro. Processadas pelo autor. Disponíveis em:

<https://divisare.com/projects/301569-edgar-martins-joao-mendes-ribeiro-tea-house-montemor-o-velho-castle>

[24.05.2018]

Fig. 67 a 69 | *Casa de Chá, Montemor-o-Velho* 80/82

Desenhos rigorosos de João Mendes Ribeiro. Disponíveis em:

<https://divisare.com/projects/301569-edgar-martins-joao-mendes-ribeiro-tea-house-montemor-o-velho-castle>

[24.05.2018]

Fig. 70 a 73 <i>Casa de Chá, Montemor-o-Velho</i>	83/84
Fotografias de João Mendes Ribeiro. Processadas pelo autor. Disponíveis em: https://divisare.com/projects/301569-edgar-martins-joao-mendes-ribeiro-tea-house-montemor-o-velho-castle [24.05.2018]	
Fig. 74 <i>Casa da Escrita, Coimbra</i>	87
Fotografia de Fernando Guerra. Processada pelo autor. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/784988/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro [04.07.2018]	
Fig. 75 <i>Casa da Escrita, Coimbra</i>	87
Fotografia de Do Mal o Menos. Processada pelo autor. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/784988/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro [04.07.2018]	
Fig. 76 <i>Casa da Escrita, Coimbra</i>	88
Fotografia de Do Mal o Menos. Processada pelo autor. Disponível em: https://www.archdaily.com/150913/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro [04.07.2018]	
Fig. 77 <i>Casa da Escrita, Coimbra</i>	88
Fotografia de Do Mal o Menos- Processada pelo autor. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/784988/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro [04.07.2018]	
Fig. 78 a 82 <i>Casa da Escrita, Coimbra</i>	90/91/92
Desenhos rigorosos de João Mendes Ribeiro. Disponíveis em: https://www.archdaily.com/150913/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro [04.07.2018]	
Fig. 83 a 85 <i>Casa da Escrita, Coimbra</i>	94/95
Fotografias de Do Mal o Menos, Processadas pelo autor. Disponíveis em: https://www.archdaily.com/150913/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro [04.07.2018]	
Fig. 86 <i>Casa da Escrita, Coimbra</i>	95
Fotografia de Do Mal o Menos. Processada pelo autor. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/784988/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro [04.07.2018]	
Fig. 87 <i>Localização do Concelho de Amarante na sub-Região do Tâmega e Sousa</i>	100

Desenho do autor.

Fig. 88 | *Localização do Concelho de Amarante em Portugal Continental* 100

Desenho do autor.

Fig. 89 | *Localização do Concelho de Amarante no Distrito do Porto* 100

Desenho do autor.

Fig. 90 | *Aglomerado Populacional no Concelho de Amarante* 101

Desenho do autor.

Fig. 91 | *Habitantes por Freguesia no Concelho de Amarante* 101

Desenho do autor.

Fig. 92 | *Museu Amadeo de Souza-Cardoso* 104

Fotografia de Fernando Guerra. Processada pelo autor. Disponível em:

<https://www.archdaily.com.br/br/01-156940/faleceu-esta-semana-o-arquiteto-portugues-alcino-soutinho>

[12.05.2018]

Fig. 93 | *Proposta do arquitecto Carlos Prata para a recuperação do Cinetreatro* 104

Render de Estúdio Goma. Processado pelo autor. Disponível em:

<https://www.tamegasousa.pt/cineteatro-de-amarante-arranca-este-ano-e-vai-custar-metade-do-previsto/>

[12.05.2018]

Fig. 94 | *Delimitação do Centro Histórico de Amarante, Plano Pormenor de '94* 108

Desenho de Arquivo Municipal. Processado pelo autor.

Fig. 95 | *Plano para a Reedificação de Amarante em 1809* 108

Desenho de Arquivo Municipal. Processado pelo autor.

Fig. 96 | *Rua Cândido dos Reis, Amarante* 110

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em:

<http://www.unicre.pt/site/index.php?action=10&idc=18&idi=96>

[13.06.2018]

Fig. 97 | *Amarante por volta de 1900* 110

Postal ilustrado [s.n.]. Processado pelo autor. Disponível em:

<http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2010/07/amarante-inicio-do-sec-xx-cidade-de.html>

[13.06.2018]

Fig. 98 | *Vista da margem Oeste de Amarante* 112

Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em: http://www.pureviagem.com.br/noticia/portugal-se-encante-com-a-pequena-cidade-de-amarante_a20590/1 [13.06.2018]	
Fig. 99 <i>Vista da margem Este de Amarante</i>	112
Fotografia de Paulo Teixeira. Processada pelo autor. Disponível em: https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/amarante-um-adeus-ao-mundo-um-ola-a-tranquilidade [13.06.2018]	
Fig. 100 <i>Primeiras Intenções</i>	115
Desenho de Arquivo Municipal, processado pelo autor.	
Fig. 101 <i>Estratégia Geral</i>	117
Desenho de Arquivo Municipal, processado pelo autor.	
Fig. 102 <i>Rua Teixeira de Vasconcelos, Amarante</i>	119
Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em: http://www.baixotamega.pt/frontoffice/pages/311?geo_article_id=328 [10.10.2018]	
Fig. 103 <i>Rua Teixeira de Vasconcelos, Amarante</i>	119
Fotografia de Helder Barros. Processada pelo autor. Disponível em: https://informaticahb.blogspot.com/2016/09/cidade-de-amarante-na-confluencia-de.html [10.10.2018]	
Fig. 104 <i>Largo e Igreja de São Gonçalo, Amarante</i>	119
Fotografia [s.n.]. Processada pelo autor. Disponível em: https://www.turismoenportugal.org/monasterio-de-sao-goncalo-amarante [10.10.2018]	
Fig. 105 <i>Localização do Conjunto</i>	123
Desenho de Arquivo Municipal. Processado pelo autor.	
Fig. 106 <i>Edifício A. Plantas Pré-Existência</i>	124
Desenhos rigorosos do autor.	
Fig. 107 <i>Edifício A. Fotografias Pré-Existência</i>	125
Fotografias do autor.	
Fig. 108 <i>Edifício B. Plantas Pré-Existência</i>	127
Desenhos rigorosos do autor.	
Fig. 109 <i>Edifício B. Fotografias Pré-Existência</i>	128
Fotografias do autor.	

Fig. 110 <i>Edifício C. Plantas Pré-Existência</i>	129
Desenhos rigorosos do autor.	
Fig. 111 <i>Edifício C. Fotografias Pré-Existência</i>	131
Fotografias do autor.	
Fig. 112 <i>Dinâmicas e Relações Propostas</i>	135
Desenho de Arquivo Municipal. Processado pelo autor.	
Fig. 113 a 118 <i>Plantas Proposta Interventiva</i>	136/137/139
Desenhos rigorosos de autor.	
Fig. 119 <i>Alçado e Cortes</i>	141
Desenhos rigorosos de autor.	
Fig. 120 e 121 <i>Renders Proposta Interventiva</i>	142/143
Imagens tridimensionais do autor.	

CARTA DE ATENAS

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ATENAS SOBRE O RESTAURO DOS MONUMENTOS

Serviço Internacional de Museus, Atenas, 21 a 30 de Outubro de 1931

I - Doutrinas. Princípios Gerais

A Conferência ouviu a exposição dos princípios gerais e doutrinas relativas à protecção de monumentos.

Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos, em que cada um possa comportar uma solução, constatou que, nos diversos Estados representados, predomina uma tendência geral para abandonar as reconstituições integrais e evitar os seus riscos, pela instituição de uma manutenção regular e permanente, adequada a assegurar a conservação dos edifícios.

Na situação em que um restauro surja como indispensável, como consequência de degradação ou de destruição, recomenda o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época.

A Conferência recomenda que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.

II - Administração e Legislação dos Monumentos Históricos

A Conferência ouviu a exposição sobre as legislações cujo objectivo é o de proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou científico pertencentes às diferentes nações. Aprovou unanimemente a tendência geral que consagra nesta matéria um certo direito da colectividade perante a propriedade privada. Constatou que as diferenças entre estas legislações provinham das dificuldades de conciliar o direito publico e o direito dos particulares.

Em consequência, ao aprovar-se a tendência geral destas legislações, estima-se que elas devem ser apropriadas às circunstâncias locais e ao estado da opinião publica, de forma a encontrar o mínimo de oposição possível, tendo em conta, em relação aos proprietários, os sacrifícios que eles são chamados a assumir no interesse geral.

Faz votos para que em cada Estado a autoridade pública esteja investida do poder, em caso de urgência, de tomar as medidas de conservação.

Deseja vivamente que o Conselho Internacional de Museus publique uma recolha e um quadro comparativo das legislações em vigor nos diferentes Estados e a mantenha actualizada.

III - A valorização dos monumentos

A Conferência recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas.

Há também necessidade de estudar as plantas e ornamentações vegetais adequadas a certos monumentos ou conjuntos de monumentos para lhes conservar o seu carácter antigo.

Recomenda sobretudo a supressão de toda a publicidade, de toda a presença abusiva de postes ou fios telefónicos, de toda a indústria ruidosa, incluindo as chaminés altas, na vizinhança dos monumentos artísticos ou históricos.

IV - Os materiais do restauro

Os peritos ouviram diversas comunicações relativas ao emprego dos materiais modernos para a consolidação dos edifícios antigos.

Aprovam o emprego sensato de todos os recursos da técnica moderna e muito especialmente do betão armado.

Especificam que os elementos resistentes devem ser dissimulados, salvo impossibilidade total, a fim de não alterar o aspecto e o carácter do edifício a restaurar.

Recomendam-nos, muito especialmente, nos casos onde se considere conveniente evitar os riscos de desmontagem e remontagem dos elementos a conservar.

V - As degradações dos monumentos

A Conferência constata que, nas condições de vida moderna, os monumentos do mundo inteiro se encontram cada vez mais ameaçados pelos agentes atmosféricos.

Para além das precauções habituais e das soluções felizes obtidas na conservação da estatuária monumental pelos métodos correntes, não se saberia, tendo em consideração a complexidade dos casos e o estado actual dos conhecimentos, formular regras gerais, para lá das precauções habituais e das soluções bem sucedidas que se verificaram na estatuária monumental pelos métodos correntes.

A Conferência recomenda:

1º - A colaboração, em cada país, dos conservadores de monumentos e dos arquitectos com os representantes das ciências físicas, químicas e naturais, para conseguir alcançar métodos aplicáveis aos diferentes casos.

2º - Ao Conselho Internacional de Museus que se mantenha ao corrente dos trabalhos empreendidos em cada país sobre estas matérias e que lhes dê lugar nas suas publicações.

A Conferência, no que respeita à conservação da escultura monumental, considera que o deslocamento das obras do enquadramento para o qual elas tinham sido criadas é em princípio indesejável. Recomenda, a título de precaução, a preservação dos modelos originais, e, na sua falta, a execução de moldes.

VI - A técnica de conservação

A Conferência constata com satisfação que os princípios e as técnicas expostas nas diversas comunicações de pormenor se inspiram numa tendência comum, a saber:

Quando se trata de ruínas impõe-se uma conservação escrupulosa, recolocando no seu lugar os elementos originais encontrados (anastilose) sempre que o caso o permita; os materiais novos necessários a este efeito deverão ser sempre identificáveis. Quando a conservação de ruínas, trazidas à luz do dia no decurso de uma escavação for reconhecida como impossível, é aconselhado enterrá-las de novo, depois de, bem entendido, terem sido feitos levantamentos rigorosos.

Deve dizer-se que a técnica e a conservação de uma escavação impõem a colaboração estreita do arqueólogo e do arquitecto.

Quanto aos outros monumentos, os peritos estiveram unanimemente de acordo em aconselhar, antes de qualquer consolidação ou restauro parcial, a análise escrupulosa das patologias desses monumentos. Eles reconheceram, com efeito, que cada caso constituía um caso específico.

VII - A conservação dos monumentos e a colaboração internacional

a) Cooperação técnica e moral

A Conferência, convencida de que a conservação do património artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiões da civilização;

Deseja que os Estados, agindo de acordo com o espírito do Pacto da Sociedade das Nações, se prestem a uma colaboração sempre mais vasta e mais concreta, com o objectivo de favorecer a conservação dos monumentos artísticos e históricos;

Estima ser altamente desejável que as instituições e agrupamentos qualificados possam, sem prejuízo do direito publico internacional, manifestar o seu interesse pela salvaguarda das obras primas nas quais a civilização se exprimiu ao mais alto nível e que pareçam ameaçadas;

Faz votos para que os pedidos submetidos com este fim ao organismo da cooperação intelectual da Sociedade das Nações, possam ser confiados à benevolente atenção dos Estados.

Caberia à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, após informação do Conselho Internacional de Museus e após ter recolhido toda a informação útil, especialmente junto da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual interessada, pronunciar-se sobre a oportunidade das diligências a empreender e sobre o procedimento seguir em cada caso particular.

Os membros da Conferência após terem visitado, no decurso dos trabalhos e do intercâmbio de estudos que fizeram nessa ocasião, diversos campos de arqueológicos e monumentos antigos da Grécia, foram unânimes em render homenagem ao Governo Grego que, durante longos anos, ao mesmo tempo que assegurava ele próprio trabalhos consideráveis, aceitou a colaboração de arqueólogos e especialistas de todos os países. Os referidos membros viram aí um exemplo que não pode senão contribuir para a

realização dos objectivos de cooperação intelectual e cuja necessidade lhes ocorreu no decurso dos trabalhos.

b) O papel da educação no respeito pelos monumentos

A Conferência está profundamente convicta de que a melhor garantia de conservação dos monumentos e obras artísticas vem do respeito e do empenhamento dos próprios povos e, considerando que estes sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma acção apropriada dos poderes públicos, faz votos para que os educadores habituem a infância e a juventude a abster-se de degradar os monumentos quaisquer que sejam, e lhes transmitam o interesse, de uma maneira geral, pela protecção dos testemunhos de todas as civilizações.

c) Criar uma documentação internacional

A Conferência faz votos para que:

1º - Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidas competentes para esse fim, publiquem um inventário dos monumentos históricos nacionais acompanhado de fotografias e descrições;

2º - Cada Estado constitua arquivos onde sejam reunidos todos os documentos relativos aos seus monumentos históricos;

3º - Cada Estado deposite no Conselho Internacional de Museus as suas publicações;

4º - O Conselho consagre, nas suas publicações, artigos relativos aos processos e aos métodos gerais de conservação de monumentos históricos;

5º - O Conselho estude a melhor utilização das informações assim centralizadas.

CARTA DE VENEZA

CARTA INTERNACIONAL SOBRE A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DOS MONUMENTOS E DOS SÍTIOS*

Portadoras de uma mensagem espiritual do passado, as obras monumentais dos povos constituem actualmente o testemunho vivo das suas tradições seculares. A humanidade, que toma cada dia consciência da unidade dos valores humanos, considera-os como um património comum e, face às gerações futuras, reconhece-se solidariamente responsável pela sua salvaguarda. Ela compromete-se a transmiti-los em toda a riqueza da sua autenticidade.

É assim essencial que os princípios que devem presidir à conservação e ao restauro dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados no plano internacional, deixando a cada nação o cuidado de assegurar a sua aplicação no quadro da sua própria cultura e das suas tradições. Ao dar uma primeira forma a estes princípios fundamentais, a CARTA DE ATENAS de 1931 contribui para o desenvolvimento de um vasto movimento internacional, que se traduziu nomeadamente em documentos nacionais, na actividade do ICOM e da UNESCO e na criação deste Centro Internacional de estudos para a conservação e restauro de bens culturais. A sensibilidade e o espírito crítico orientaram-se para problemas cada vez mais complexos e mais variados; também parece chegado o momento de reexaminar as princípios da CARTA a fim de as aprofundar e de lhes alargar a alcance através de um novo documento.

Em consequência, o 2º Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos de Monumentos Históricos, reunidos em Veneza de 25 a 31 de Maio de 1964 aprovam o seguinte texto.

Definições

Artº 1º - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações mas também as obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.

Artº 2º - A conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que podem contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental.

Artº 3º- A conservação e o restauro dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.

Conservação

Artº 4º - A conservação dos monumentos impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos.

Artº 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade: tal afectação é pois desejável mas não deve alterar a disposição ou a decoração de edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber e que se pode autorizar as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.

Artº 6º- A conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala. Quando subsiste o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, e qualquer construção nova, qualquer distribuição e qualquer arranjo susceptível de alterar as relações de volume e cor, devem ser prescritos.

Artº 7º - O monumento é inseparável da História da qual é testemunho e também do meio em que está situado. Por conseguinte, a deslocação de todo ou de parte de um monumento não pode ser tolerada, a não ser no caso em que a salvaguarda do monumento o exija, ou quando razões de um grande interesse nacional ou internacional o justifiquem.

Artº 8º - Os elementos de escultura, pintura ou de decoração que fazem parte integrante do monumento não podem ser separados, a não ser quando esta seja a única medida susceptível de assegurar a sua conservação.

Restauro

Artº 9º- O restauro é uma operação que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos do monumento e baseia-se no respeito pelos materiais originais e em documentos autênticos. O restauro pára onde começa a hipótese: ao nível das reconstituições conjecturais, todo o trabalho de complemento que se reconheça indispensável por razões estéticas ou técnicas depende da composição arquitectónica e possuirá a marca do nosso tempo. O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Artº 10º- Sempre que as técnicas tradicionais se revelem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser assegurada com o apoio de todas as técnicas modernas de conservação e de construção cuja eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência.

Artº 11º- Os contributos validos das diferentes épocas referentes à edificação de um monumento devem ser respeitados, não sendo a unidade de estilo um objectivo a alcançar no decurso de um restauro. Desde que um edifício comporte várias épocas sobrepostas, a evidência de uma época subjacente

não se justifica senão a título excepcional e na condição de que os elementos eliminados tenham pouco interesse, de maneira a que a composição final constitua um testemunho

de alto valor histórico, arqueológico ou estético e que o seu estado de conservação seja aceitável. O juízo sobre o valor dos elementos em questão e a decisão sobre as eliminações a efetuar não podem depender unicamente do autor do projeto.

Artº 12º- Os elementos destinados a substituir as partes em falta devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se sempre as partes originais, a fim de que o restauro não falseie o documento de arte e de história.

Artº 13º - Os acrescentas não podem ser tolerados a não ser que respeitem todas as partes interessadas do edifício, o seu quadro tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas relações com o meio envolvente.

Sítios monumentais

Artº 14º - Os sítios monumentais devem ser objecto de cuidados especiais a fim de salvaguardar a sua integridade e assegurar a sua sanidade, organização e valorização. Os trabalhos de conservação e de restauro que forem efectuados nos sítios monumentais devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

Escavações

Artº 15º - Os trabalhos de escavação devem executar-se em conformidade com normas científicas e com a "Recomendação" definidora dos princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações "arqueológicas" adoptada pela Unesco em 1956. O ordenamento das ruínas e as medidas necessárias à conservação e à protecção permanente dos elementos arquitectónicos e dos objetos descobertos serão assegurados. Além disso, todas as iniciativas serão tomadas no sentido de facilitar a compreensão do monumento trazido à luz do dia sem nunca desvirtuar o seu significado. Todo o trabalho de reconstrução deverá, no entanto, ser excluído à partida; somente a anastilose (recomposição das partes existentes mas desmembradas), poderá ser encarada. Os elementos de integração serão sempre reconhecíveis e representarão o mínimo necessário para assegurar a condição de conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas.

Documentação e publicação

Artº 16º - Os trabalhos de conservação, de restauro e de escavacado serão sempre acompanhados pela compilação de uma documentação precisa, sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases de trabalho, de desobstrução, de consolidação, de recomposição e de integração, assim como os elementos técnicos e formais identificados no decorrer dos trabalhos serão anotados. Esta documentação será guardada nos arquivos de um organismo público e colocada à disposição dos investigadores; recomenda-se a sua publicação.